Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 769
22 de Setembro de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

XII CONGRESSO

Debate das propostas sobre o Programa e os Estatutos é tarefa essencial

XII congresso PCP

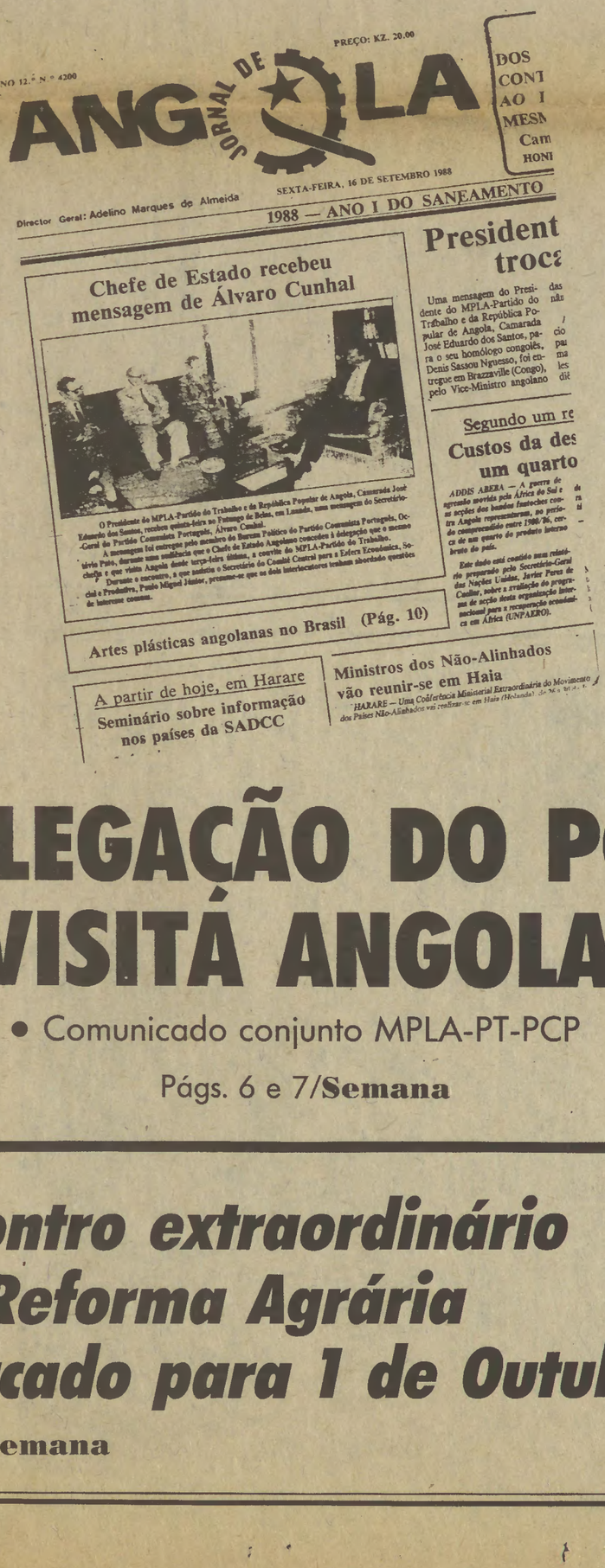
Pág. 9/**Semana**

inflação

9,4%

EVIDENTE DERROTA DE CAVACO

Págs. 1 e 2/**Semana**



ANO 12.º N.º 4200 — PREÇO: KZ. 20.00

JORNAL DE ANGOLA

Director Geral: Adelino Marques de Almeida — SEXTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO 1988 — 1988 — ANO I DO SANEAMENTO

Chefe de Estado recebeu mensagem de Álvaro Cunhal

O Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, Camarada José Eduardo dos Santos, recebeu quinta-feira no Futungo de Belas, em Luanda, uma mensagem do Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal.

A mensagem foi entregue pelo membro do Bureau Político do Partido Comunista Português, Octávio Pato, durante uma audiência que o Chefe de Estado Angolano concedeu à delegação que o mesmo chefia e que visita Angola desde terça-feira última, a convite do MPLA-Partido do Trabalho.

Durante o encontro, a que assistiu o Secretário do Comité Central para a Esfera Económica, Social e Produtiva, Paulo Miguel Júnior, prosseguiu-se que os dois interlocutores trataram abordado questões de interesse comum.

President troca

Uma mensagem do Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, Camarada José Eduardo dos Santos, para o seu homólogo congolês, Denis Sassou Nguesso, foi entregue em Brazzaville (Congo), pelo Vice-Ministro angolano

Segundo um re

Custos da des um quarto

ADDIS ABEBA — A guerra de agressão movida pela África do Sul e as acções dos bandos fantoches contra Angola representaram, no período compreendido entre 1980/86, cerca de um quarto do produto interno bruto do país.

Este dado está contido num relatório preparado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, sobre a avaliação do programa de acção desta organização internacional para a recuperação económica em África (UNPAERO).

Artes plásticas angolanas no Brasil (Pág. 10)

A partir de hoje, em Harare
Seminário sobre informação nos países da SADCC

Ministros dos Não-Alinhados vão reunir-se em Haia

HARARE — Uma Conferência Ministerial Extraordinária do Movimento dos Países Não-Alinhados vai realizar-se em Haia (Holanda)

DELEGAÇÃO DO PCP VISITÁ ANGOLA

• Comunicado conjunto MPLA-PT-PCP

Págs. 6 e 7/**Semana**

Encontro extraordinário da Reforma Agrária marcado para 1 de Outubro

Pág. 5/**Semana**

AÇORES E MADEIRA

CDU prepara eleições regionais

Pág. 8/**Semana**

ESPECTACULAR SUBIDA DA CDU EM MACEDA

Pág. 12/**Semana**

Editorial

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 769
25 de Setembro de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

O momento é de unidade e convergência

A vida política portuguesa, sob a ofensiva restauracionista da direita governante, retoma o seu curso — um recomeço que se antevê agitado nos passos imediatos mas no qual se inscrevem também significativos êxitos das forças democráticas mais consequentes.

Os democratas portugueses, os partidos e organizações e todos os cidadãos identificados com os ideais de Abril e empenhados na continuação e fortalecimento do regime democrático, têm, na situação actual, vasta matéria de preocupação, solicitações e estímulos para uma intervenção mais activa de que seria, no mínimo, reprovável eximir-se.

Nestes dias novas medidas governativas antipopulares e anti-sociais, novas manifestações do carácter pro-monopolista de classe do Governo cavaquista, novas nuvens acumuladas nos horizontes da democracia portuguesa e novos desafios a exigirem resposta adequada e firme e grande sentido de responsabilidade das forças democráticas.

O Partido Comunista Português, como grande partido dos trabalhadores profundamente enraizado no povo, não foge às suas obrigações nem às suas responsabilidades. Está na luta e pronto para ela. Impulsiona o combate à política antipopular do Governo e aos seus planos de restauração dos monopólios e simultaneamente prepara o seu XII Congresso e com ele as respostas aos desafios de uma época em transição que coloca um exigente acerto de vistas e de métodos de intervenção na luta por uma democracia avançada neste limiar do século XXI.

Não se extinguiram ainda os ecos da magnífica jornada político-cultural de massas que foi a Festa do «Avante!». Também nas últimas três semanas significativos êxitos eleitorais foram averbados em 36 eleições autárquicas antecipadas.

Destas não é lícito tirar conclusões de valor absoluto em termos de política geral, mas não se pode deixar de extrair delas um relevante significado político.

Nas 36 eleições, 21 saldaram-se pela vitória da CDU, das quais 20 por maioria absoluta, e resultados positivos foram obtidos nas restantes. E nestas é justo salientar as do último domingo em Maceda, concelho de Ovar, distrito de Aveiro, em que a CDU subiu de 70 votos nas eleições anteriores para 464 no último domingo e de zero para quatro mandatos.

Estes êxitos do PCP e dos seus mais directos aliados políticos agrupados na CDU são partes da necessária resposta democrática à ofensiva contra-revolucionária num momento em que são nítidos os agravamentos produzidos na vida do povo e do País pela governação cavaquista.

Neste recomeço da actividade política depois das férias e num curto período produziram-se actos e acontecimentos, vieram a lume novos indícios e novas manifestações ilustrativas do carácter antipopular de classe do Governo que temos à frente do País.

Uma política económica e financeira que anda a reboque das oscilações da conjuntura; um comportamento de classe alinhado pela defesa dos interesses das camadas mais favorecidas; a continuação das medidas inconstitucionais de reprivatização do sector público e nacionalizado; novos agravamentos da nossa dependência económica e política no quadro da CEE.

É nos aspectos mais sensíveis da existência diária dos trabalhadores e das classes e camadas mais desfavorecidas do povo que se materializa a ofensiva de classe do Governo cavaquista.

O ataque aos salários e aos rendimentos dos trabalhadores é o ponto fulcral das últimas medidas governativas.

Apesar da subida incontroversa da taxa de inflação, que baseou o injusto Acordo de Política de Rendimentos do ano passado, e da alta tendencial dos preços o Governo cavaquista em conluio com as confederações patronais recusa-se a actualizar os salários de acordo com os dados reais em que se basearam as decisões do CPCS.

Uma taxa de inflação que já atinge os 9% e um aumento de preços que atinge os 10% deitam por terra os cálculos de Cavaco e Cadilhe para a imposição de um tecto salarial de 6,5%.

Simultaneamente e em contraste, acréscimos muito significativos das margens de lucro das empresas e a imposição de uma política fiscal que agrava a tributação dos pobres e alivia a dos ricos. Na determinação dos tectos dos rendimentos colectáveis o Governo, sob a cortina nominal de um abaixamento do tecto de rendimento colectável mais baixo — 16,5% sobre os rendimentos até 450 contos — acaba de retirar dos abatimentos no rendimento colectável despesas tais como as da educação, dos encargos com lares e outras instituições sociais de apoio à terceira idade, os prémios dos seguros de vida e as contribuições para sistemas facultativos de segurança social — o que na prática representa um agravamento de facto dos impostos no mais baixo escalão de rendimentos.

Neste quadro, a reivindicação de um salário mínimo nacional de 31 200 escudos pela CGTP-Intersindical, que aponta uma queda de 11% nos salários reais dos trabalhadores desde 1974 é inteiramente justificada.

No plano económica e financeiro a realidade está deitando por terra os «sábios» cálculos tecnocráticos da equipa Cavaco/Cadilhe. O ministro das Finanças vem agora «queixar-se» como um inocente da balda de 100 milhões de contos que se movimenta à revelia do Orçamento do Estado.

Também como bom servidor do capital usurário decretou agora a liberdade da taxa de juro máxima que, num período de restrições de crédito, encarece de facto o dinheiro para os que necessitam do recurso ao empréstimo, favorece os compadrios, abre o caminho a taxas de juro leoninas que vão pesar em áreas tão sensíveis da vida da população como a da compra e construção de habitação própria.

As indemnizações aos agricultores pelos danos das destruições das colheitas, das epizootias e outros, estão submetidas à morosidade de uma pesada máquina burocrática que não se compadece com a situação de desespero e ruína de vastos sectores da agricultura.

No quadro da CEE começa a redução dos benefícios líquidos de Portugal, parceiro pobre da Comunidade, que só uma patriótica e enérgica acção dos portugueses e dos seus representantes nos centros de decisão da CEE pode alterar. Os comunistas lá estarão na primeira fila do combate.

Foram agora reduzidas as verbas para o desenvolvimento e para a ajuda à agricultura; foram agravadas as insuficiências dos fundos estruturais; no capítulo das pescas as previsões pessimistas dos armadores portugueses, pelo caminho que as coisas levam, apontam para a desaparição no prazo de 10 anos das nossas actividades piscatórias.

Agrava-se o défice da Balança Comercial, numa tendência que se verificou na Grécia e se está já a verificar na Espanha que viu o saldo positivo do seu comércio com os outros países da CEE antes da adesão passar a saldo negativo nos dias actuais.

As reprivatizações, cuja inconstitucionalidade é posta em incontroversas dúvidas, prosseguem. Estão já na calha as da Quimigal, da Setenave, da Siderurgia Nacional para cujo «saneamento» prévio, em atenção aos interesses dos candidatos à compra, foi agora presenteado com uma verba de 170 milhões de contos pelo Estado por decisão do Governo cavaquista.

É neste quadro de aberto restauracionismo dos monopólios e do seu poder que se processam as negociações de gabinete entre o PS e o PSD para a revisão constitucional.

As cedências que se anunciam da parte do PS aos projectos de revisão do PSD são de efectiva gravidade.

Não serve de nada as nuvens de poeira dos «ataques» de dirigentes do PS à política económica e financeira do Governo cavaquista, em absoluto inconsequentes, para ocultar ilícitos conluios.

Os dirigentes do PS, recusaram de forma ostensiva, e em termos impróprios de um diálogo democrático, as propostas de conversações com o PCP sobre a situação política actual, fabricam nos bastidores acordos escusos para uma revisão da Constituição que se propõe desfigurar Portugal de Abril e podem constituir um perigo mortal para o regime democrático saído da heróica Revolução dos Capitães, acordos que os amarrariam a um acto indecoroso e antidemocrático.

O PS — a prestar-se ao jogo das forças mais reaccionárias do xadrez social e político da sociedade portuguesa — comprometeria gravemente perante o povo português e a massa socialista a sua fisionomia democrática e socialista.

É desejável e de interesse vital para a democracia portuguesa que no seio do PS triunfe uma visão unitária e democrática com as forças realmente apostadas na defesa do património revolucionário do 25 de Abril.

A unidade e a convergência democráticas são imperativos do momento actual.

É esta preocupação fundamental que norteia toda a acção dos comunistas portugueses e do seu Partido no plano da luta popular e democrática e de toda a sua movimentação interna que com determinação e objectividade se centra nos dias actuais na preparação do seu XII Congresso.

Resumo

14
Quarta-feira

O secretário-geral do PSD recomenda ao PS que «faça ouvidos de mercador às propostas do PCP, nomeadamente as feitas na Festa do "Avante!", solicitando uma acção conjunta contra a revisão constitucional» ■ Os ministros português e espanhol dos Negócios Estrangeiros afirmam em Lisboa que as divergências entre os dois países sobre a participação da Espanha na NATO eram «questões mínimas» e foram solucionadas ■ Morre em Lisboa o Prof. Dr. José Manuel Pinto Correia, vice-reitor da Universidade Clássica de Lisboa ■ Os Estados Unidos criam um novo míssil nuclear. Em Moscovo, a afirmação de que este facto é «o início de mais uma espiral da corrida aos armamentos nucleares» ■ Ao falar perante o grupo socialista europeu, Yasser Arafat diz que a OLP planeia «a formação de um Estado palestiniano com um sistema político multipartidário».

15
Quinta-feira

O secretário-geral do PS considera que a proposta do PCP para um entendimento entre os dois partidos contra a direita «não é aceitável» e sustenta ser "desejável" um entendimento com o PSD para a revisão constitucional ■ A CGTP revela que «o último índice de preços ao consumidor, relativo a Agosto, denota um agravamento da inflação» ■ O general Conceição e Silva é nomeado para o cargo de chefe do Estado-Maior da Força Aérea ■ O Parlamento Europeu aprova o relatório sobre Timor-Leste que condena a ocupação deste território pela Indonésia ■ «Gilbert» é o nome do maior furacão do século que está a semear a destruição nas Caraíbas e no golfo do México ■ Ao perder por 2-1 com a selecção espanhola, Portugal desperdiçou a oportunidade de se sagrar campeão do mundo de hóquei em patins.

16
Sexta-feira

O Presidente da República promulga a Lei de Licenciamento das Rádios Locais ■ O PCP afirma, em nota da SIP, «a necessidade imperiosa de actualizações salariais que protejam e reponham o poder de compra dos trabalhadores» por não se registar qualquer diminuição da taxa de inflação ■ Explosão em navio acostado no Terminal Petrolífero de Sines, seguida de incêndio, fere gravemente um operário ■ O movimento de passageiros nas fronteiras portuguesas em Agosto, registou um decréscimo de quase dois milhões, informa o chefe do Estado-Maior da Guarda Fiscal ■ A União Soviética anuncia sete novas iniciativas para a paz mundial, orientadas basicamente para o reforço da segurança na Ásia e no Pacífico ■ A presidente das Filipinas considera ser possível a retirada das bases norte-americanas instaladas no seu país.

17
Sábado

Em Seul, começam os Jogos da XXIV Olimpíada ■ Em conferência de imprensa, a CGTP reclama compensações para os trabalhadores pela derrapagem da inflação ■ Rádios locais do sul do País criticam decreto-lei que regulamenta a atribuição de alvarás de novas estações de radiodifusão ■ Na Birmânia, o minsitro da Defesa toma o poder e impõe o recolher obrigatório. A população sai para as ruas protestando contra o golpe militar ■ Golpe também no Haiti. O novo presidente é o general Prosper Avril ■ Repressão continua nos territórios árabes ocupados, com o exército israelita a matar um manifestante e a ferir outros 27.

18
Domingo

Vítor Constâncio afirma no Funchal que o seu partido e o PSD «devem chegar a um acordo e a uma maioria que viabilize uma revisão constitucional o mais consensual e alargada possível» antes de 15 de Outubro ■ O ministro da Educação afirma que o equilíbrio entre «a oferta e a procura» no ensino superior será atingido dentro de dois anos ■ O PSD vence as eleições para a freguesia de Maceda, Ovar. A CDU reforça substancialmente a sua votação, passando de 98 para 464 votos ■ Um autocarro dos serviços urbanos de Braga despista-se. Balanço: um morto e dez feridos graves ■ O Papa João Paulo II apela à solidariedade internacional com Moçambique, durante uma homilia proferida no Maputo ■ O presidente do Conselho Mundial das Igrejas critica João Paulo II por não fazer qualquer referência à África do Sul na homilia de Maputo. Uma homilia que tinha como tema a paz e a justiça ■ Pelo menos 200 pessoas morrem e noventa são dadas como desaparecidas no México devido ao furacão Gilbert.

19
Segunda-feira

O ano lectivo 88/89 para os ensinos básico e secundário começa em várias escolas. A abertura das aulas estará completa até ao final do mês ■ Dados estatísticos do INE revelam que a produção agrícola para o corrente ano será consideravelmente mais baixa em quase todas as culturas ■ Partido «Os Verdes» denuncia que as obras em curso no Campo de Tiro de Alcochete são clandestinas ■ Chega a Portugal a delegação do PCP que visitou Angola a convite do MPLA. Os dois partidos decidiram aprofundar a cooperação entre si ■ No Parlamento da Suécia, sociais-democratas e comunistas mantêm a maioria absoluta, segundo os dados oficiais agora revelados ■ A China e as Filipinas saúdam a proposta soviética de desmantelamento das suas bases no Vietname se os Estados Unidos fizerem o mesmo às que mantêm nas Filipinas ■ Demite-se o governo polaco.

20
Terça-feira

Lisboa é reconhecida, pela Organização das Nações Unidas, como «mensageira da paz» ■ Sindicato dos Professores da Região Centro denuncia formas de corrupção que estarão a ser cometidas por algumas escolas superiores de educação no recrutamento de professores ■ Dirigente comunista Decq Mota denuncia que a economia dos Açores está à beira de uma crise sem precedentes ■ Governo congela a exportação de armas e munições portuguesas para o Irão ■ Parlamento da Polónia aceita a demissão de Messner e aprova uma resolução sobre a «realização da reforma e sobre a situação socioeconómica» do país ■ Tem início em Nova York a 43.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, num ambiente marcado pelo optimismo patente no relatório de Perez de Cuellar ■ Registam-se novos conflitos na região de Nagorni-Karabakh ■ Perez de Cuellar inicia visita a Pretória e Luanda ■ O presidente do Vietnam afirma que Hanoi está pronta a iniciar negociações com a China ■ O imperiador japonês, Hirohito, está em estado crítico.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Agosto: 23412 exemplares

Semana

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 769
22 de Setembro de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Fracasso desinflacionista assinalado pela CGTP

Aprovadas reivindicações pelo Conselho Nacional

Ao fazer incidir uma série de reivindicações na verificação concreta pelo próprio Governo da derrapagem inflacionista, o Conselho Nacional da CGTP, que se reuniu em Lisboa, sexta e sábado da semana passada, reclamou a actualização do salário mínimo nacional, o desenvolvimento da negociação colectiva, a superação dos impasses negociais, e disse **não** a uma revisão constitucional «à porta fechada» e a um Orçamento do Estado com base «em factos consumados», impossíveis de aceitar.

***As principais preocupações dos trabalhadores** voltam a presidir aos comícios do 18.º aniversário da CGTP*

Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional, diria aos jornalistas que os trabalhadores «estão lesados e têm que ser compensados». Referiu-se designadamente aos trabalhadores da Função Pública (**ver nesta secção a página três**), que são quase meio milhão e cuja situação salarial (6,5 por cento de aumentos em 1988) tem que ser revista rapidamente. Referiu-se também aos restantes trabalhadores, no sentido de serem reparados os prejuízos que tiveram este ano a nível salarial.

Na sua reunião de dois dias o Conselho Nacional da Inter, órgão dirigente da Central, propôs o aumento do salário mínimo nacional para **31 200 escudos mensais** a partir de 1 de Novembro próximo, ainda (e sobretudo) antes da apresentação da proposta do Orçamento do Estado para 1989.

O Orçamento (OE) não pode ser elaborado a partir de «factos consumados», salientou aquele dirigente nacional da CGTP. É necessário que o Governo e os parceiros sociais discutam abertamente e com urgência a reparação dos prejuízos de ordem económica e social que os trabalhadores sofreram este ano. Antes da apresentação do OE, o Governo e os parceiros sociais deverão debater, **«com seriedade e sentido de solidariedade social»**, assuntos tão importantes e decisivos como salários mínimos, pensões, transferências para a Segurança Social, política fiscal, política de emprego e duração do trabalho.

O coordenador nacional da CGTP recordou que a população do nosso país já tem **«os mais baixos índices europeus de natureza social»**. A população não precisa que o Governo os faça descer ainda mais.

Numa nota distribuída à Imprensa quinta-feira passada, os dirigentes da CGTP recordavam que **«o último índice de preços no consumidor, relativo ao mês de Agosto, denota um agravamento da inflação»** (mais 1,4 por cento do que no mês anterior) e relativamente ao mês de Agosto do ano passado o mesmo índice **«fixa a taxa de inflação em cerca de 10 por cento, valor que já não se registava desde Dezembro de 1986»**.

No ponto três da mesma nota destaca-se o seguinte:

«A taxa de inflação média anual em Agosto persistiu nos 9 por cento e, caso não houvesse mais aumentos de preços até ao fim do ano, essa taxa seria em 1988 de 8,6 por cento. Contudo, essa hipótese é absurda, sendo razoável prever-se, mantendo-se a tendência actual, que a taxa de inflação média, sem habitação, tenha um valor de 9,1 por cento, sendo previsivelmente superior a taxa de inflação média anual global.»

Sem incluir a classe de preços da habitação, sublinha a mesma nota da CGTP, poderão esperar-se taxas da ordem dos 8 a 9 por cento, sem dúvida superiores aos 6,5 por cento, como o próprio Governo implicitamente já admitiu.

Se o Governo não libertar a negociação colectiva, especialmente em empresas onde a fez chegar a um beco sem saída, é muito provável que aumentem os conflitos e se agrave a sua incidência social.

As próprias medidas anunciadas quinta-feira passada pelo ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, revelam o **«fracasso da política desinflacionista do Governo»**, como assinala a CGTP, que «em breve tomará uma posição mais desenvolvida sobre o alcance e as consequências dessas medidas no nível de vida dos trabalhadores».

Na conferência de Imprensa em que, além de Manuel Carvalho da Silva, estiveram José Luís Judas, Manuel Lopes, Manuela Medeiros e José Ernesto Cartaxo, foi salientado que não se reclamam aumentos de «36,5 por cento», iguais aos dos deputados. Mas não se pode esquecer é que o salário mínimo em Portugal corresponde a **metade do espanhol e a um quarto do francês**.

Além disso, se fosse seguido hoje o critério do salário mínimo de 1974, o valor a reivindicar não seria de 31 200 escudos, mas de 40 500.

Quanto às lutas dos trabalhadores, a CGTP considera «tarefas prioritárias» a **acção reivindicativa nos locais de trabalho**, o **desenvolvimento da negociação colectiva** (contratos, acordos e convenções de outro tipo) e o combate ao «pacote laboral», cujos objectivos estão longe de ser alcançados devido à forte oposição do movimento sindical e de outras forças democráticas da sociedade portuguesa.

Por outro lado, disse ainda Carvalho da Silva em nome da Central, não aceitaremos que a revisão constitucional seja feita à porta fechada, isto é, sem a participação dos trabalhadores. Uma série de iniciativas foi anunciada pela CGTP a fim de dinamizar a intervenção nesse processo.

Quanto às comemorações do 18.º aniversário da fundação da Inter, além do comício de Lisboa (**ver esta página**) efectua-se um outro no Porto (comício-festa) o mesmo sucedendo na Covilhã — todos no dia 1 de Outubro. Em Braga, está programado um colóquio sobre o movimento operário, bem como um Encontro Nacional da Reforma Agrária, em Montemor.

Confirma-se, entretanto, a realização em 22 de Outubro da Conferência Nacional da CGTP, como o «Avante!» oportunamente noticiou. Uma Conferência Nacional da Juventude está prevista para Março do próximo ano. Será organizada também pela CGTP.

Comício em Lisboa no dia 1

O 18.º aniversário da fundação da Intersindical, hoje CGTP-IN, será este ano comemorado com um comício no próximo dia 1 de Outubro em Lisboa. A iniciativa anunciada para o Pavilhão Carlos Lopes, ex-Pavilhão dos Desportos, ao Parque Eduardo VII, efectua-se na tarde daquele dia sob o lema «Emprego certo e seguro/Defender Abril na Constituição». O mesmo lema cobre todo o programa comemorativo, que terá o seu ponto alto no comício sindical de Lisboa.

O departamento de informação da Central acrescenta que a realização do comício é da responsabilidade conjunta da CGTP e da USL — União dos Sindicatos de Lisboa.

O mesmo departamento de informação lembra que este aniversário coincide com uma política salarial do Governo que lesa profundamente centenas de milhares de trabalhadores, como é o caso flagrante da Função Pública.

Ainda a propósito é sublinhado pela CGTP que o Governo e o grande patronato continuam a procurar impor salários muito abaixo da inflação verificada, agravando cada vez mais a injustiça na distribuição do rendimento nacional.

Por outro lado, o 18.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional ocorre numa ocasião em que as forças da direita procuram «pôr em causa direitos fundamentais dos trabalhadores» através da revisão da lei fundamental do País.

Num telex do passado dia 10, a CGTP, que cita como facto «exemplarmente visível» dos ataques da direita a questão do pacote laboral, afirma que já decidiu neste aniversário desencadear uma «intensificação da acção sindical a partir dos locais de trabalho», ao mesmo tempo que preparará «vários comícios sindicais em diversos sectores e regiões do País, dos quais se destaca o comício agora anunciado para Lisboa, na tarde de 1 de Outubro, no Pavilhão Carlos Lopes».

Lei ameaça liberdade de expressão

A seguir se transcreve na íntegra uma nota da CGTP sobre liberdade de expressão. Datada de anteontem, 13, a nota é do seguinte teor:

«A Lei n.º 97/88 de 17 de Agosto regula a afixação e inscrição de mensagens, publicidade e propaganda, sob o pretexto de disciplinar tais actividades e invocando a defesa do ambiente e da qualidade de vida, do património público e do direito à propriedade.

«No entender da CGTP-IN a Lei 97/88 é um mecanismo destinado a limitar a liberdade de expressão e informação, encapotado, hipocritamente, com argumentos sobre o ambiente e o património público.

«A CGTP-IN denuncia e contesta que, na Lei 97/88 a informação política, sindical e de outras áreas de interesse social inerentes à liberdade de expressão sejam tratadas do mesmo modo que a propaganda comercial, como se fossem realidades idênticas e comparáveis, a pretexto de que umas e outras utilizam os mesmos suportes materiais.

«A CGTP-IN suscita dúvidas sobre a constitucionalidade da Lei 97/88 na medida em que atribui a cada Câmara Municipal poderes para regulamentar matéria do domínio da competência reservada da Assembleia da República, relativa a direitos, liberdades e garantias, expressamente prevista no artigo 37.º da Constituição.

«A CGTP-IN apela às forças democráticas que se unam contra mais esta tentativa de cerceamento de um garante básico da liberdade de expressão e informação, que teve e continua a ter um papel importante na defesa e consolidação da nossa democracia, sobretudo quando se observa, cada vez mais, o controlo dos meios de comunicação social pelo poder político e económico.»

edições Avante!

Discursos políticos

Álvaro Cunhal

Falência da política de direita do PS (1983-1985)

em 2 volumes

À VENDA

a Talhe de FOICE

Os Jogos

Estamos a viver tempos olímpicos. Todos os dias, aos nossos olhos maravilhados, exibe-se a nata do desporto mundial derrubando recordes, repetindo ou ultrapassando proezas, concretizando perante o mundo fascinado as provas provadas de que não há limites para a capacidade humana.

Isto numa fruição superficial e imediata do maior espectáculo desportivo do mundo, o que só por si alimentaria, agora mesmo, uma apaixonante conversa aqui entre a gente que nem de perto nem de longe caberia nesta coluna.

Prescindamos pois da cavaqueira lúdica acerca dos Jogos, arrumando-a como uma unanimidade que pode ser fruída por todos e em qualquer lugar (sobretudo frente ao televisor, durante a cobertura das competições), libertando assim este espaço para mais breves considerações.

Uma, que salta à vista, será a constatação de que a generalidade dos atletas presentes nos Jogos exibem capacidades e qualidades desportivas que transcendem as aptidões naturais que, logicamente, todos e cada um possuem para a prática das modalidades em que actuam, o que é uma maneira talvez um pouco palavrosa de chegar a outra coisa óbvia — que o desporto de alta competição exige treino, apoios e incentivos em abundância, pois só assim os atletas podem desenvolver até onde puderem as suas capacidades.

Ora toda a gente sabe que os treinos, apoios e incentivos a este nível não se realizam, propriamente, com uns exercícios de fim-de-semana no descampado mais próximo, incentivados pela vizinhança com uns aplausos bem dispostos e, eventualmente, apoiados por uns carolas organizados ou não em colecta que pague (ao menos) um par de botas.

O desporto exige meios — muitos meios — desde as instalações desportivas aos equipamentos, dos treinadores à alimentação adequada, da prática regular às disponibilidades de tempo, do igual acesso de oportunidades à descoberta natural de novos valores, da vigilância sanitária ao apoio material. Satisfazer tudo isto (e muito mais) é condição «sine qua non» para se chegar ao desporto de alta competição; satisfazer tudo isto só está ao alcance, naturalmente, de gente, clubes ou organizações com grandes capacidades financeiras — ou do próprio Estado.

Daí que ao seguirmos, entusiasmados, os feitos de atletas de todo o mundo em mais estes Jogos Olímpicos, se nos imponha à consideração este pormenor, digamos, de «retaguarda».

Daí que ao aplaudirmos, fascinados, as exibições individuais ou colectivas dos desportistas olímpicos, a curiosidade nos empurre, instintivamente, para a identificação dos mesmos e do país a que pertencem Para sabermos onde estão as melhores «retaguardas».

Porque sabemos que são as melhores «retaguardas» que podem produzir os grandes feitos desportivos, independentemente do tamanho do país, do número de habitantes ou das cores da bandeira. A RDA cabe num cantinho do Brasil e possui uma população 30 vezes menor que a Índia (só para darmos um exemplo) e é, no entanto, uma das grandes potências desportivas mundiais, sem comparação possível com os outros dois países citados.

Todos sabemos entretanto — e sem precisarmos de ir à matriz da Grécia Antiga — como o apoio ao desporto e à cultura é um indicador seguro do nível de desenvolvimento e saúde dos povos.

Posto isto e sem querermos «politizar» os Jogos — já há quem o faça em demasia — avancemos uma última consideração, ou melhor, uma sugestão: por favor não se desunhem à volta de leituras bizarras sobre as «qualidades desportivas» destes ou daqueles, mas recordem-se das «retaguardas» e do seu significado. Depois limitem-se a contar as medalhas.

■ **H.C.**

PCP

Inflação sobe salários não

• Nota da SIP do PCP

1. A taxa de crescimento de 1,4 por cento no índice de preços em Agosto significa que se até ao fim do ano os preços subirem mensalmente 0,7 por cento (o que é perfeitamente comedido), a taxa de inflação situar-se-á nos 9,4 por cento (sem rendas de casa), ou seja, na taxa registada no ano passado, **não havendo portanto qualquer diminuição na taxa de inflação em 1988.**

2. Hoje não pode mais haver dúvidas de que, por força da política governamental, a economia portuguesa anda à deriva e de que a principal variável estratégica do Governo PSD — a inflação — entrou em óbvia derrapagem, penalizando fortemente os assalariados, os reformados e todos aqueles que vivem de rendimentos fixos. Só os trabalhadores da Função Pública terão uma grave quebra nos seus salários reais de três pontos percentuais. Esta situação é ainda particularmente mais gravosa quando se verifica um substancial agravamento da carga fiscal, nomeadamente do imposto complementar com acréscimos que chegam a atingir os 50 por cento.

3. É também significativo que o Governo só agora venha reconhecer que os salários não são a causa da inflação mas que, entretanto, nada diga sobre a inflação gerada pelos lucros, quando é certo que, com a política do Governo PSD/Cavaco Silva, Portugal é hoje **o país da CEE em que as empresas apresentam as maiores taxas médias de lucro.**

4. Por outro lado, com a liberalização da taxa máxima de juro anunciada pelo ministro das Finanças, o que o Governo está a dizer à banca é que aumente as taxas de juro, o que se traduzirá em dinheiro mais caro, aumento dos custos e novos impulsos inflacionistas. Esta medida, que penaliza sobretudo as pequenas e médias empresas, destina-se mais a ir em socorro da balança comercial — também em acentuada derrapagem — do que a atacar a inflação.

5. Sendo cada vez mais patente o fracasso da política governamental e a derrocada dos seus principais mitos propagandísticos, o PCP, relembrando a sua firme e constante oposição à política governamental, insiste na necessidade imperiosa de actualizações salariais que protejam e reponham o poder de compra dos trabalhadores, seriamente diminuído por uma taxa de inflação muito maior do que aquela que o Governo prometeu, com a colaboração e benevolência da UGT.

15.9.88

A SIP do PCP

Deputados comunistas: PSD impede explicação

«O PSD e o Governo querem impedir o esclarecimento das razões que levaram a que a taxa de inflação prevista fosse ultrapassada em cerca de 50 por cento».

Esta afirmação está contida num comunicado à imprensa divulgado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a propósito da rejeição, por parte do partido governamental, da comparência do ministro das Finanças perante o hemiciclo.

Relembrando o processo, o Grupo Parlamentar comunista recorda que a sua proposta de que o ministro das Finanças fosse convidado a estar presente na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República fora inicialmente aceite pelo presidente da Assembleia da República, e posteriormente rejeitada pelo PSD.

Assim, impediu-se o parlamento de «exercer um dos seus direitos e deveres essenciais, que é o de acompanhar e fiscalizar a actividade governativa».

«Com esta inqualificável atitude, o partido do Governo está na prática a procurar paralisar, de forma abusiva, o funcionamento da Assembleia da República e o exercício das suas competências».

No entanto, o Grupo Parlamentar do PCP anuncia neste comunicado «que irá utilizar todos os meios constitucionais e regimentais de que dispõe para que o ministro das Finanças compareça na Assembleia da República, para que esta exerça de forma efectiva as competências que lhe estão atribuídas, e que retomará a sua proposta na próxima reunião da Comissão Permanente».

E as explicações de Miguel Cadilhe aos deputados são tanto mais necessárias, quanto o aumento de 50 por cento da inflação em relação à taxa prevista «determinou não só a evolução negativa dos salários reais para milhares de trabalhadores — designadamente da função pública e das empresas públicas — mas também uma diminuição acentuada da participação dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional».

Além do mais, concluem os deputados comunistas, «o Governo continua sem esclarecer a situação de execução orçamental de 1988 e diversas questões relativas à política da Comunidade Europeia em aspectos de grande importância para o País, como sejam a harmonização fiscal, a construção do mercado interno, o orçamento e fluxo financeiros».

É pois necessário que Miguel Cadilhe se explique.

Trabalhadores

Salários da FP

Correcção prévia reclamada pelos sindicatos

• 12% para 1989

Na Visconde de Valmor, 34, 2.º, em Lisboa está marcada para hoje, 22, com início às 14 e 30, a Assembleia de Delegados Sindicais no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. O STFPSA considera a reunião da ADS «ponto alto» do debate da **proposta reivindicativa** (PR) a apresentar ao Governo no próximo dia 4. Debatida nos locais de trabalho da FP, a PR reclama nomeadamente a **«prévia correcção dos vencimentos de 1988 em mais 1,9 por cento, com efeitos retroactivos a Janeiro»**.

A ADS do STFPSA foi expressamente convocada para debater aquela proposta elaborada pelo secretariado da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública. Da mesma PR consta ainda a reivindicação de **«um aumento de 12 por cento para 1989»**, a acrescentar aos «vencimentos corrigidos de 1988». Segundo a PR, o valor líquido das diuturnidades deverá ser, para o ano, de 2750 escudos; o subsídio de refeição deve passar para 400 escudos.

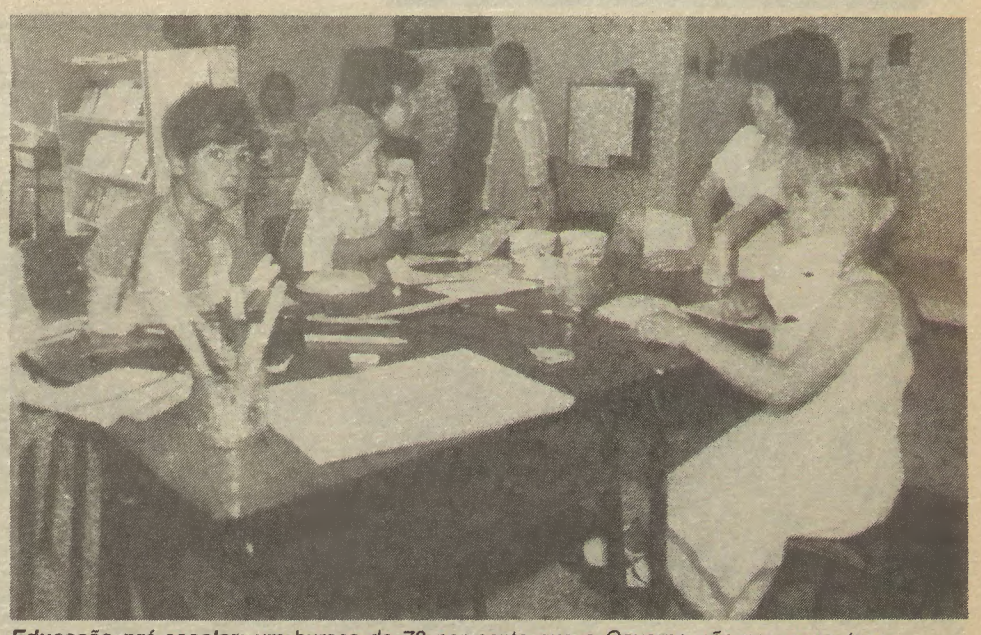
Proposto ao Governo um acordo para 3 anos

Depois de criticar as «previsões» e «garantias» governamentais que, aliás, a Frente Comum não aceitou, recusando-se a subscrever os aumentos de 6,5 por cento para 1988, a FC propõe ao Governo **«um acordo para três anos»**, visto ser em 1992 que se dará «a adesão (plena) do nosso país às Comunidades» (CEE), refere uma nota do STFPSA do passado dia 13.

Durante esses três anos, no entender da Frente Comum de que o STFPSA é parte integrante, seria levada a cabo **«a aproximação faseada às melhores condições, remunerações e garantias de trabalho existentes nos outros países da CEE»**.

A melhoria dos serviços públicos nos próximos três anos consta também da PR a apresentar ao Governo pelos Sindicatos da Frente Comum. A PR prevê também a modernização profunda dos mesmos serviços e sublinha a **«urgente necessidade de corrigir assimetrias remuneratórias e de carreiras»**.

O STFPSA, que alude ao **«relatório Sousa Franco»**, reafirma que essas são reivindicações há muito apresentadas pelos sindicatos do sector.



Educação pré-escolar: um buraco de 70 por cento que o Governo não consegue tapar

Professores

Sindicato considera «vital» a questão do Orçamento

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, depois de uma reunião do seu departamento do primeiro ciclo de Ensino Básico, emitiu um comunicado considerando de «vital importância» a questão do Orçamento do Estado para 1989. O SPGL apela à unidade dos professores e relembra que continuam a ser «justas exigências» as questões da «revalorização material, a equiparação dos actuais professores, a compensação pela não redução do horário aquando do acesso às fases, e a aposentação».

Aquele departamento do SPGL dirige-se «em particular ao Ministério da Educação e em geral ao Governo» no sentido de considerarem «prioritária» a resolução daquelas questões, cuja necessidade explica como segue:

«1. A urgente definição legal da situação dos contratados para os professores do primeiro ciclo sem vínculo, os quais têm vindo a concorrer sem diploma legal que regulamente a sua situação;

«2. A clara e inequívoca assumpção pelo ME (Ministério) em matéria da equiparação dos actuais docentes do primeiro ciclo em relação aos colegas formados pelas escolas superiores de Educação. O SPGL e a FENPROF (Federação sindical) reafirmam uma vez mais a sua total indisponibilidade para aceitar outra situação que não seja a da imediata e automática equiparação para todos os efeitos profissionais, académicos e remuneratórios;

«3. A necessidade de o ME passar rapidamente das palavras aos actos. Não se entende como é possível, uma vez mais, retardar a negociação do Estatuto da Carreira Docente. Muito embora as reuniões tenham vindo a efectuar-se, a prazo inicialmente apontado pelo eng. Roberto Carneiro para apresentação à Assembleia da República do diploma (quarto trimestre de 88) está já em risco de ser ultrapassado».

Cursos de formação no âmbito do FSE

O mesmo Sindicato (SPGL) informava, entretanto, que se efectuam desde 13 do corrente, no Centro de Recursos do Instituto Irene Lisboa, na Rua das Gaivotas, n.º 6, em Lisboa, dois cursos de formação promovidos por este último Instituto, e pelo próprio SPGL, «com o apoio do Fundo Social Europeu». Os cursos, que terminarão em Dezembro próximo, destinam-se a «jovens professores ou candidatos à docência» e também a «vigilantes com funções pedagógicas a trabalhar em instituições de educação e ensino especial». Os cursos, denominados «Técnicas de ensino profissional para a utilização de computadores na Educação» e «Formação para formadores de jovens deficientes», funcionam em regime laboral e pós-laboral.

Pré-escolar

A União dos Sindicatos de Lisboa que, no princípio do próximo ano, promoverá um debate alargado sobre «A escola no ano 2000 e o mundo do trabalho», ao referir-se este mês à abertura do ano lectivo, revelava que só no distrito de Lisboa, mais de 56 mil crianças entre os 3 e os 5 anos «não terão direito à educação pré-escolar». A rede dos respectivos estabelecimentos não cobre mais do que 30 por cento das crianças com aquelas idades, pelo que a USL considera, neste domínio, «flagrante a contradição entre as afirmações do Governo e a realidade, tão afastada do que prevê a Lei de Bases do Sistema Educativo nesta matéria».

Fundo Social Europeu

Irregularidades em Braga

A União dos Sindicatos de Braga apresentou queixa ao Fundo Social Europeu contra a empresa **Leite & Barreira, Lda.**, pertencente ao parque industrial de S. João da Fonte em Guimarães. Aqueles industriais de calçado, que promoveram um curso de formação profissional «só deram aulas teóricas» às cerca de 50 formandas, que foram «obrigadas a assinar em branco documentos do Fundo Social Europeu». Segundo a mesma união sindical, que cita «várias formandas que apresentaram queixa» na USB, a empresa **Leite & Barreira** «pagou a cada formanda só dois a três mil escudos por mês»; aplicou-lhes um castigo de quatro dias; e recusa-se a passar diplomas dos cursos profissionais».

Salários em atraso em empresas do distrito

O Sindicato Têxtil do Distrito de Braga assinalava, entretanto, no mesmo distrito, a existência de salários e outras remunerações em atraso. São citadas as empresas **Fábrica do Ferro** (900 trabalhadores), **Camartex** (100 trabalhadores), **Rodrigues & Quintas** (60), **J. Ferreira Braga** (280) e **Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães** (170).

Algumas dessas empresas, caso da **Fábrica do Ferro** e da **Camartex**, estão encerradas.

«Problema grave» — reconhece a OIT

A questão dos salários em atraso continua a ser «um problema grave no nosso país», reconhece a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A CGTP, que cita esta última organização, afirma que o Governo português foi chamado «a dar explicações sobre o assunto na Comissão de Aplicação de Normas». Recorde-se que, além dos sindicatos e das associações patronais, os governos também fazem parte da OIT. Segundo dados divulgados pela CGTP em 19 de Agosto findo, ainda existem «cerca de 80 mil trabalhadores nessa situação (com remunerações em atraso) em mais de 500 empresas de todo o País».

José Magro

Colecção Resistência

TORRE CINZENTA

Poemas da Prisão

Horário reduzido no Braz & Braz

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) acaba de assinar com a administração da empresa Braz & Braz um acordo colectivo que, entre outras regalias, reduz de 44 para 40 horas o período semanal de trabalho.

O CESL destaca com toda a razão o acordo conseguido naquela conhecida firma lisboeta, que poderá vir a reflectir-se «não só nos horários de trabalho de milhares de trabalhadores do comércio, mas também nos hábitos dos consumidores da capital».

A administração do Braz & Braz celebrou o referido acordo com os representantes sindicais do CESL e com a Comissão de Trabalhadores.

Segundo o acordo concluído em Lisboa, o descanso semanal é obrigatório ao domingo para todos os trabalhadores. O descanso rotativo complementar é ao sábado e à segunda-feira.

O registo do acordo já foi requerido ao ministro do Emprego e Segurança Social.

Segundo o departamento de informação do CESL, trata-se de «uma importante reivindicação dos trabalhadores do comércio». Além da redução do horário semanal para 40 horas, «os trabalhadores passarão a gozar de dois dias inteiros e seguidos de descanso semanal». Anteriormente, apenas descansavam ao sábado à tarde e ao domingo.

Os estabelecimentos do Braz & Braz passam a encerrar aos domingos. Mas estarão, em contrapartida, abertos ao sábado durante todo o dia.

Trabalhadores

Tudo rende nos «minipreços» *da SUPA* (foto de arquivo). *Só não dá lucro a protecção dos trabalhadores?*

«Minipreços»

Lucros extraordinários mas sem segurança

A cadeia de supermercados SUPA obteve com os «minipreços» 1700 mil contos de lucros em 1987. Mas, segundo o Sindicato do Comércio (CESL), essa verba extraordinária não chegou «para colocar sinalizações de segurança ou para garantir **WCs** higienizados» naquelas lojas.

O CESL (Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa), que se reuniu com a direcção central dos «minipreços», «acaba de exigir a efectiva aplicação do regulamento geral de higiene e segurança, assim como das normas de segurança contra riscos de incêndio» nas referidas lojas da SUPA (Supermercados Pão de Açúcar).

Apesar das diligências efectuadas pelos trabalhadores naqueles estabelecimentos comerciais, até agora tinha sido impossível acabar com «as deficientíssimas condições de higiene» nas instalações sanitárias e com os riscos de incêndio.

Depois de referir outras reivindicações que interessam aos trabalhadores dos «minipreços» e que o CESL também apresentou naquela reunião, incluindo «a criação de espaço para afixação dos comunicados e informações sindicais», o departamento de informação do mesmo Sindicato recorda que, «em 1987, a SUPA no seu conjunto registou em Portugal 1 700 000 contos de resultados líquidos, certamente em grande medida devido à ausência de qualquer investimento na melhoria das condições de trabalho e de higiene e segurança, pelo menos nas suas lojas «minipreço».

Uma situação a corrigir rapidamente, conclui o CESL.

Uma PRT para o pão

Uma Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) volta, como há três anos, a ser reclamada para a indústria da panificação dos distritos de Lisboa e Setúbal.

A Federação sindical do sector recorda que os trabalhadores do pão e actividades similares abrangidos pelos sindicatos daqueles distritos continuam a não estar abrangidos por qualquer convenção colectiva de trabalho.

Sendo esse direito, como se sabe, uma regra constitucional aplicável a todos os trabalhadores sem excepção, os sindicatos das indústrias de alimentação, bebidas e tabacos, filiados na Federação do mesmo nome, anunciaram com algum relevo a realização de uma reunião – a primeira – de uma comissão técnica para, no âmbito do Ministério do Emprego e Segurança Social, elaborarem uma PRT para o sector, abrangendo o Sul do País.

Marcada para a próxima quarta-feira, dia 28, a mesma reunião mereceu da Federação citada um comentário onde se destaca o facto de há largos anos os trabalhadores da panificação verem «o seu direito à contratação colectiva boicotado pela Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa».

Acrescenta a Federação sindical do sector que «em 1985 esteve para ser publicada uma PRT, que poria termo à arrogância patronal», que se tem negado a negociar com os sindicatos um CCT (contrato colectivo de trabalho) para o sector.

Segura da justiça da sua reivindicação, aquela associação sindical representativa espera que o Ministério do Emprego e Segurança Social de 1988 não faça o mesmo que o então Ministério do Trabalho fez em 1985 e que, «com celeridade, elabore e publique a referida PRT».

Dia Mundial da Paz

A comemoração anteontem, 20, do Dia Mundial da Paz mereceu da CGTP, que acabara de receber uma sua congénere belga, uma saudação em nota à Imprensa. A iniciativa da ONU é saudada juntamente com «todas as forças amantes da Paz que, através dos seus esforços conjugados, contribuíram para o actual clima mais favorável nas relações internacionais».

O ano que decorre é considerado pela direcção da CGTP-IN «um ano de ouro para o desanuviamento internacional». Depois de recordar os avanços conseguidos no campo da eliminação das armas nucleares, nomeadamente, a Central destaca a «abertura de negociações com vista à resolução dos diversos conflitos regionais».

No entanto, a CGTP considera «inquietante» o facto de na 3.ª sessão extraordinária das Nações Unidas sobre o desarmamento não ter sido possível aprovar uma «declaração final».

Para a CGTP esse facto vem demonstrar ainda mais a necessidade de «os sindicatos, em conjunto com outras organizações de massas, continuarem a desenvolver acções a fim de promover uma nova mentalidade nas relações internacionais».

Por último, a nota da CGTP refere o regozijo da Central sindical pela recente declaração da ONU, que conferiu a Lisboa o título de «Mensageira da Paz», e reafirma o seu empenho de continuar a luta pela «aplicação de medidas práticas de desarmamento e por um desarmamento — sublinha — que vise, em simultâneo, o desenvolvimento, em benefício dos povos e dos trabalhadores de todo o mundo».

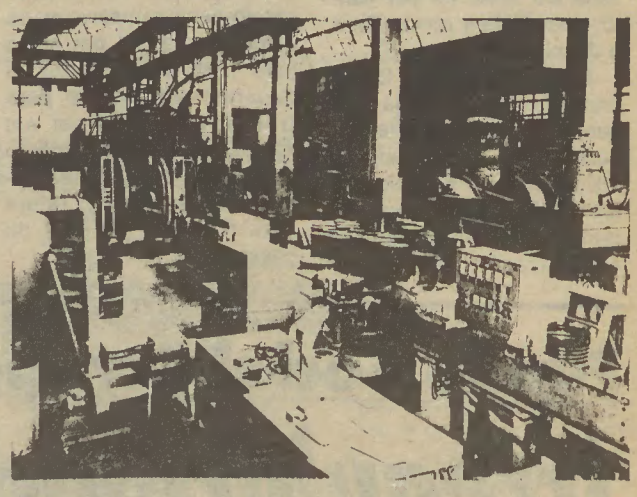
Agir para Mudar. *Rossio, Lisboa, Maio de 1985*

Visita da CSC

A convite da CGTP-IN esteve recentemente em Portugal uma delegação da CSC — Confedração dos Sindicatos Cristãos Belgas — organização filiada na Confederação Mundial do Trabalho (CTM).

Depois de referir várias visitas e encontros no nosso país, a CGTP acrescenta que as duas centrais estiveram de acordo quanto à necessidade de reforçar «a acção sindical no plano europeu». Nesse sentido é importante para as centrais sindicais belga e portuguesa «valorizar as potencialidades de acção da Confederação Europeia de Sindicatos (CES)». As duas organizações acentuaram ainda, neste contexto, que da CES devem fazer parte «todas as centrais sindicais da Europa Ocidental sem excepção».

Num dos pontos da sua nota à Imprensa sobre a visita, a CGTP afirma que «a CSC reafirmou à CGTP-IN o seu apoio ao desejo da CGTP-IN de se filiar na CES».



CEL-CAT

Protesto sindical

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas protesta contra o que considera uma reestruturação «irracional» na CEL-CAT. O Siesi, que recentemente afirmara, conforme noticiámos, que a empresa fizera desaparecer nos últimos anos cerca de 800 postos de trabalho, volta a referir essa «diminuição drástica» para acusar «a nova administração da CEL-CAT de estar a operar uma verdadeira destruição do património da empresa».

Recorda o Siesi que ainda em 1984 a empresa tinha 1200 trabalhadores e que, hoje, aqueles que restam — não chegarão a 400 — todos eles põem em causa os resultados da aludida reestruturação.

Na verdade, segundo o Siesi, a nova administração da CEL-CAT, empresa de capital misto inglês e português, apenas pretende conservar «as instalações situadas em Morelena (Pero Pinheiro)». As da Venda Nova desapareceriam.

O Sindicato, citando os trabalhadores, afirma que a nova administração daquela conhecida empresa, que fabrica linhas de transporte de energia e telecomunicações, não se limitou à redução drástica dos efectivos laborais. Procedeu «ao encerramento irracional de linhas de produção específicas e únicas no País».

A rendibilidade dessas linhas nunca foi posta em causa — sublinha o Siesi — e não o poderá ser agora, conforme dizem os trabalhadores.

Incompreensivelmente, a nova administração selecciona e reduz a «carteira de clientes».

Sem adiantar pormenores sobre esta matéria, o Siesi reafirma que os novos administradores, ao mesmo tempo que procedem a essa «reestruturação», tudo têm feito no sentido de «coartar regalias sociais (pretendem até aumentar os horários de trabalho), de lesar o património industrial e a economia nacional, de prejudicar o próprio índice de exportações, nomeadamente para os países africanos de expressão portuguesa, habituais clientes da CEL-CAT, bem assim como o evidente engrossar do desemprego em Portugal».

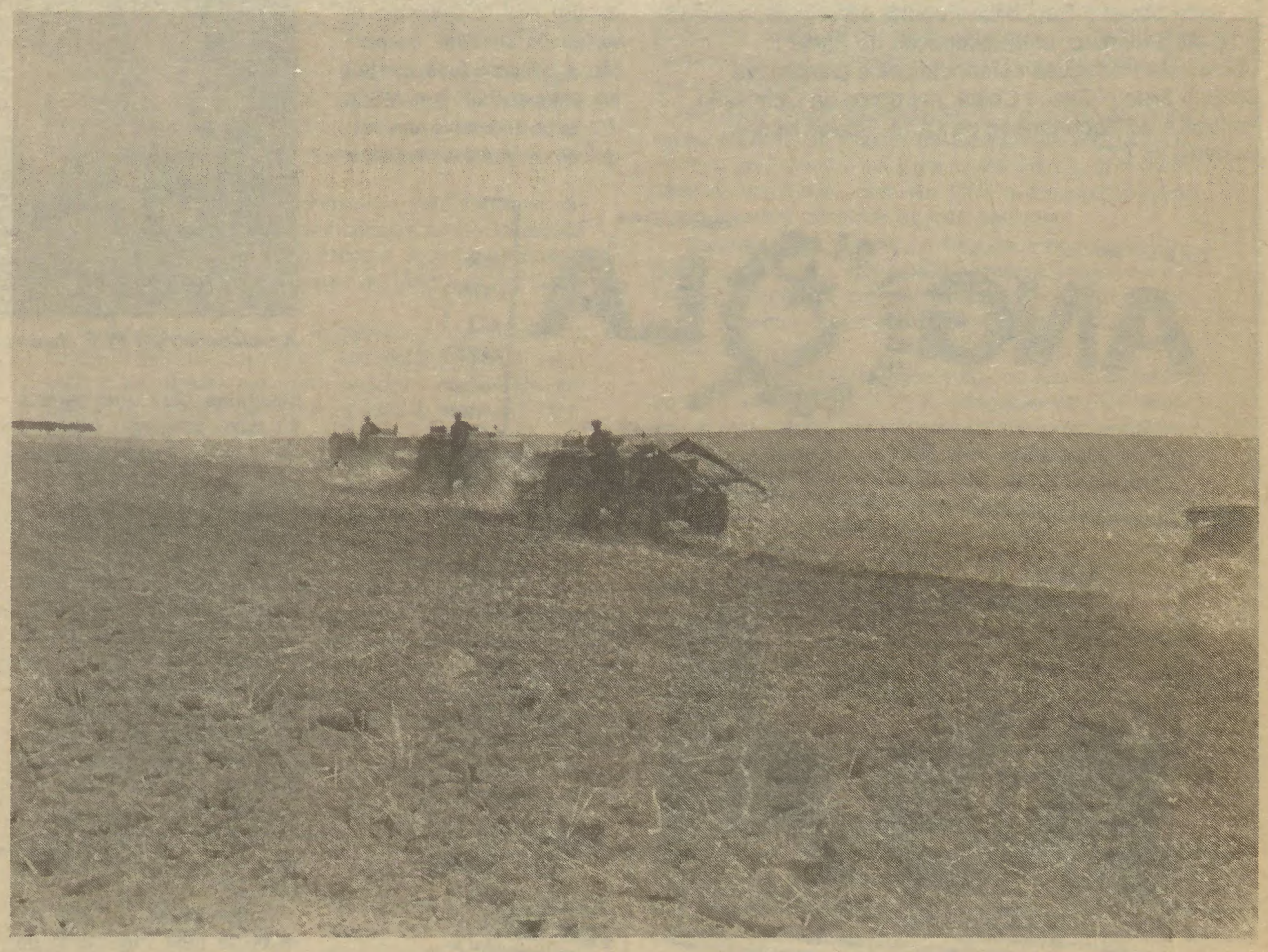
Terra

Encontro extraordinário da Reforma Agrária

As estruturas representativas da Reforma Agrária convocaram para o próximo dia 1 de Outubro (um sábado) o terceiro Encontro (Extraordinário) da Reforma Agrária.

Em conferência de imprensa realizada na segunda-feira passada em Évora, foi anunciado que os trabalhos deste encontro «terão como objectivo fazer uma avaliação da situação da Reforma Agrária face à promulgação da Lei do Latifúndio após a contestada e inesperada decisão do Tribunal Constitucional».

Objectivo também deste encontro, o de definir «as acções de luta, resistência e de reforço da solidariedade com a Reforma Agrária».



Assalto às UCPs

Nesta conferência de imprensa, em que participaram os secretariados das UCPs/ /Cooperativas Agrícolas e os sindicatos de trabalhadores agrícolas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, foi sublinhado que «é preciso que se desenvolva uma larga consciência de que esta lei abre as portas ao assalto às UCPs/Cooperativas, a milhões de contos de bens dos trabalhadores. Os agrários, foi sublinhado, preparam-se para expedições de vingança social contra os trabalhadores, lançando-os no desemprego com o apoio e o enquadramento do Ministério da Agricultura e Pescas e do Governo».

«Esta lei – foi ainda afirmado na conferência de imprensa convocatória do III Encontro (Extraordinário) da Reforma Agrária – não só se propõe destruir toda a Reforma Agrária, como é altamente lesiva e perigosa para o futuro da agricultura e do desenvolvimento da região e da estabilidade social».

E isto porque «a tentativa de liquidação total da Reforma Agrária que a lei agora aprovada pretende levar a cabo, faria correr o risco de, em vésperas da integração plena na CEE e nos finais do século, se voltar a repor no Alentejo e Ribatejo o regime de propriedade latifundiária e as suas consequências altamente gravosas para a economia da região, acelerando-se o caminho para o desemprego, o despovoamento e a desertificação».

Uma previsão que é realista se se tiver em conta que «a transformação das estruturas fundiárias que se concretizou com a Reforma Agrária constitui, sem dúvida, o passo mais importante dado durante este século para romper o bloqueamento das forças produtivas e a paralisação da agricultura gerados pela lógica do sistema latifundiário».

O encontro

O III Encontro (Extraordinário) da Reforma Agrária realiza-se no próximo dia 1 de Outubro no Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o--Novo, a partir das dez horas da manhã e terá a participação de cerca de 2000 delegados.

Estes dois milhares de delegados representarão as UCPs/Cooperativas de todos os distritos da Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA). Além deles, participarão no encontro, como convidados, representantes das câmaras e assembleias municipais da Zona de Intervenção, da Comissão Parlamentar da Agricultura, dos partidos e grupos parlamentares que na Assembleia da República se pronunciaram contra a lei, da Comissão Executiva da CGTP, das Uniões Sindicais e dos sindicatos com sede ou representação na ZIRA, e ainda do arcebispo de Évora.

No final do encontro, pelas 17 horas, haverá um comício de solidariedade para com a Reforma Agrária que, simultaneamente, será integrado nas comemorações do décimo oitavo aniversário da CGTP.

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES

"A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português"

edições Avante!

PCP

Nota da SIP do PCP

Declarações de Constâncio têm «grave» significado político

A SIP do PCP divulgou a semana passada uma nota a propósito de recentes afirmações de Vítor Constâncio, onde se salienta que «o PCP considera indispensável sublinhar o grave significado político da posição assumida pelo secretário-geral do PS quando, ao comentar o apelo formulado pelo secretário-geral do PCP para um entendimento entre as forças democráticas no combate à política de direita, veio declarar que "não é aceitável" um entendimento entre o PS e o PCP».

«A este propósito — salienta a SIP do PCP — a opinião pública democrática não pode deixar de registar que tal declaração:

«– foi acompanhada da reafirmação por Vítor Constâncio de que considera "desejável" a obtenção de um acordo com o PSD para a revisão da Constituição até 15 de Outubro;

«– e ocorre numa conjuntura política onde avulta a aceleração da ofensiva governamental contra realizações fundamentais da revolução de Abril e num momento em que — como se atesta, entre muitos outros aspectos, pelo nível da taxa de inflação e pelo sério agravamento dos impostos — se está tornando uma evidência irrecusável a degradação das condições de vida da população imposta pela nefasta política do Governo PSD/Cavaco Silva.

«Os factos — continua — não consentem duas interpretações, antes apontam para uma principal conclusão: o PS continua a caminhar pelos seus próprios pés para alianças e entendimentos com a direita em matérias decisivas para o presente e futuro do regime democrático-constitucional, ao mesmo tempo que declara recusar formas de cooperação e de entendimento com o PCP, ou seja com a força política mais coerentemente defensora do regime democrático-constitucional, com a força política que os militantes e eleitores do PS sempre têm encontrado a seu lado, tanto em batalhas decisivas para a defesa da democracia, como em todas as lutas em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores ameaçados e atingidos pela política do partido com quem o PS insiste em proclamar uma recíproca comunidade de interesses e objectivos.»

«A recusa por parte do PS a entendimentos com o PCP só pode encher de contentamento o PSD, na medida em que corresponde, objectivamente, a fornecer ao PSD e ao seu Governo uma maior margem de manobra no plano político e institucional, pode atrasar uma mais rápida conversão em novas opções políticas e eleitorais do vasto descontentamento popular provocado pela política governamental e, consequentemente, expor o povo e o País a maiores danos e prejuízos e a graves destruições e lacerações na vida económica e social de Portugal. Nenhuns rompantes oposicionistas do PS bastarão para furtar os seus dirigentes a tão pesada responsabilidade.»

Na nota da SIP emitida a 16 de Setembro, salienta-se que «o empenho do PCP na cooperação, convergência e unidade dos democratas e das forças democráticas não sofre flutuações ao sabor ou em função desta ou daquela declaração dos dirigentes do PS. A política de unidade do PCP dirige-se a todos os portugueses e portuguesas que aspiram à consolidação do regime democrático, à satisfação das suas legítimas aspirações, a uma política séria e competente visando o desenvolvimento, o progresso social e a salvaguarda da independência nacional. É inspirada pela lúcida compreensão de que tanto a solução eficaz dos grandes problemas nacionais com a construção de uma alternativa democrática à política e aos governos da direita exigem imperiosamente uma larga convergência das forças democráticas, designadamente entre o PS e o PCP. A convergência das forças democráticas emerge como uma poderosa lição da experiência do nosso passado recente e está inscrita como uma necessidade inquestionável decorrente do próprio curso da vida política e social portuguesa».

Por último, a conclusão de que «é a própria recusa a essa imprescindível convergência por parte do PS que põe em evidência que, para que ela possa ser alcançada, desempenhará um papel determinante, não apenas a acção e a vontade de todos os democratas, mas também o reforço da influência do PCP enquanto força democrática nela mais sincera e consequentemente empenhada».

PCP

Delegação do PCP visita Angola

A convite do MPLA-Partido do Trabalho, encontrou-se de visita oficial à República Popular de Angola, entre 13 e 18 de Setembro, uma delegação do Partido Comunista Português composta pelos camaradas Octávio Pato e Carlos Costa, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC e Albano Nunes, membro do CC

Esta visita, realizada no quadro das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o MPLA-PT e no momento em que, graças às grandes vitórias alcançadas pela luta heróica do povo angolano contra a agressão da África do Sul racista e seus fantoches, se desenham reais perspectivas de paz no sudoeste africano, revestiu-se de grande significado político. O comunicado conjunto PCP/MPLA-Partido do Trabalho, (que o «Avante!» publica nesta edição) sintetiza o programa e resultados desta visita sublinhando a atmosfera de cordialidade, fraternidade e camaradagem em que decorreram as conversações e afirmando a vontade de aprofundar ainda mais a cooperação entre o MPLA-PT e o PCP.

A delegação do PCP foi recebida pelo Presidente do MPLA-PT e da RPA, camarada José Eduardo dos Santos a quem fez a entrega de uma mensagem do Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal e com quem manteve uma fraternal conversação.

As conversações oficiais iniciaram-se logo no dia 14 com uma delegação do MPLA-PT dirigida pelo camarada Paulo Miguel Júnior, membro do Comité Central e Secretário para a Política Económica, Social e Produtiva e integrada pelos camaradas Jacinto Venâncio Chipopa, membro do CC e Secretário para a Administração e Finanças do CC, Sebastião Isata, Director do Departamento de Relações Exteriores e outros camaradas. Mais tarde foi oferecido um jantar oficial à delegação do PCP, durante o qual os camaradas Octávio Pato e Paulo Júnior trocaram saudações de amizade e solidariedade.

De destacar ainda os encontros realizados com o camarada Pedro de Castro Van-Dunen «Loy», membro do Bureau Político e Ministro de Estado para a Esfera Produtiva e com o camarada Lúcio Lara, membro do CC e 1.º Secretário da Assembleia do Povo.

A delegação do PCP teve ainda outros encontros de trabalho com dirigentes do Partido, do Estado e de Organizações sociais e visitou empreendimentos socioeconómicos.

Encontrou-se com o Comité Provincial de Luanda do MPLA-PT, com o Secretariado Nacional da JMPLA-Juventude do Partido, com o Secretariado Nacional da UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), com a Direcção da LAASP (Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos), com o Director para o Departamento de Política Agrária do CC e com os responsáveis da Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais. Efectuou ainda visitas à «CUCA», importante unidade fabril de produção de cerveja em Luanda e ao «Jornal de Angola». Visitou também a Associação 25 de Abril onde se encontrou com a respectiva Direcção e vários associados que vivem e trabalham na RPA.

Com este vasto conjunto de encontros e visitas, a delegação do PCP recolheu uma rica informação acerca

A delegação do PCP chegou terça-feira a Lisboa

ANO 12.º N.º 4200 — PREÇO: KZ. 20.00

JORNAL DE ANGOLA

DOS CONT AO I MESM Cam HONI

Director Geral: Adelino Marques de Almeida — SEXTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO 1988

1988 — ANO I DO SANEAMENTO

Chefe de Estado recebeu mensagem de Álvaro Cunhal

O Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, Camarada José Eduardo dos Santos, recebeu quinta-feira no Futungo de Belas, em Luanda, uma mensagem do Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal.

A mensagem foi entregue pelo membro do Bureau Político do Partido Comunista Português, Octávio Pato, durante uma audiência que o Chefe de Estado Angolano concedeu à delegação que o mesmo chefia e que visita Angola desde terça-feira última, a convite do MPLA-Partido do Trabalho.

Durante o encontro, a que assistiu o Secretário do Comité Central para a Esfera Económica, Social e Produtiva, Paulo Miguel Jénior, presume-se que os dois interlocutores tenham abordado questões de interesse comum.

President troca

Uma mensagem do Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, Camarada José Eduardo dos Santos, para o seu homólogo congolês, Denis Sassou Nguesso, foi entregue em Brazzaville (Congo), pelo Vice-Ministro angolano

Segundo um re

Custos da des um quarto

ADDIS ABEBA — A guerra de agressão movida pelo África do Sul e as acções dos bandos fantoches contra Angola representaram, no período compreendido entre 1980/86, cerca de um quarto do produto interno bruto do país.

Este dado está contido num relatório preparado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, sobre a avaliação do programa de acção desta organização internacional para a recuperação económica em África (UNPAERO).

Artes plásticas angolanas no Brasil (Pág. 10)

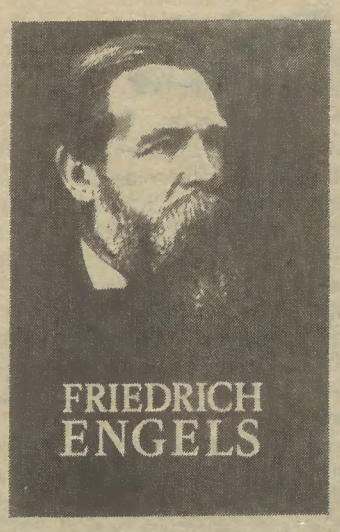
A partir de hoje, em Harare

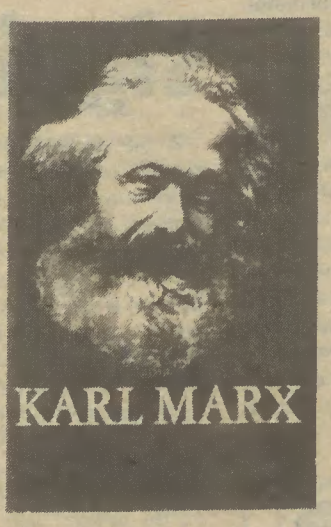
Seminário sobre informação nos países da SADCC

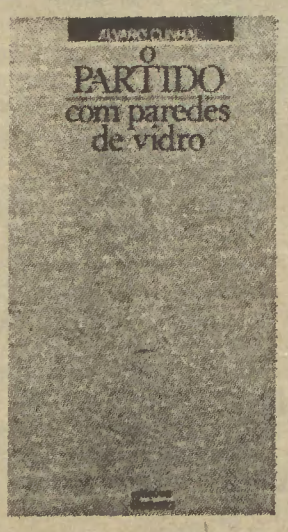
Ministros dos Não-Alinhados vão reunir-se em Haia

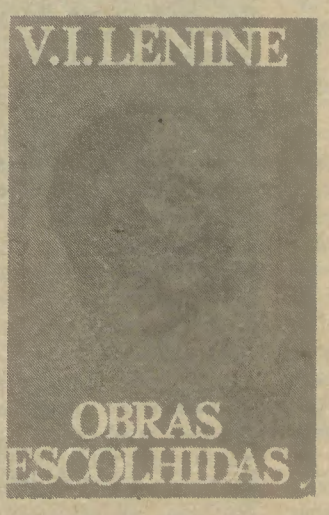
HARARE — Uma Conferência Ministerial Extraordinária do Movimento dos Países Não-Alinhados vai realizar-se em Haia (Holanda)

edições Avante!









A. Nenarókov
HISTÓRIA ILUSTRADA DA GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO

O. E. DE LENINE I, II, III

O. E. DE MARX E ENGELS I, II, III

BIOGRAFIA DE KARL MARX

BIOGRAFIA DE V. I. LENINE

BIOGRAFIA DE F. ENGELS

Manuel Tiago
ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

Álvaro Cunhal
O PARTIDO COM PAREDES DE VIDRO

PCP

Comunicado conjunto MPLA-PT/PCP

A convite do MPLA-Partido do Trabalho, uma delegação de alto nível do Partido Comunista Português, chefiada pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, integrada pelos camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional, esteve de visita oficial e de amizade à República Popular de Angola, no período de 13 a 18 de Setembro de 1988.

A delegação do Partido Comunista Português foi recebida em audiência por S. Ex.ª o Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, camarada José Eduardo dos Santos, a quem fez a entrega de uma mensagem do secretário-geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal.

A delegação do Partido Comunista Português participou nas manifestações do Dia do Herói Nacional como expressão de sentida homenagem ao fundador da Nação Angolana e do MPLA-Partido do Trabalho, Presidente Dr. António Agostinho Neto.

A delegação do PCP manteve conversações oficiais com uma delegação do MPLA-Partido do Trabalho, encabeçada pelo camarada Paulo Miguel Júnior, membro do Comité Central e secretário para a Política Económica, Social e Produtiva, e integrada pelos camaradas Jacinto Venâncio Chipopa, membro do Comité Central e secretário para Administração e Finanças do Comité Central; Sebastião da Silva Isata, director do Departamento de Relações Exteriores do Comité Central; João Iambeno Gimolieca, chefe da Secção Europa Ocidental, Ásia e Oceania do Departamento de Relações Exteriores do Comité Central; e Maria Isabel Gomes Godinho de Resende, assistente do Departamento de Relações Exteriores do Comité Central.

As conversações decorreram numa atmosfera de cordialidade, fraternidade e camaradagem, traduzindo as excelentes relações há muito existentes entre o MPLA-Partido do Trabalho e o Partido Comunista Português.

As duas partes trocaram informações sobre as actividades dos respectivos Partidos e a situação nos respectivos países.

Nesta conformidade, a parte angolana informou a delegação do PCP sobre a evolução da situação política no Sudoeste de África, à luz das conversações quadripartidas em curso, conducentes à implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia e ao estabelecimento de um clima de paz e tranquilidade na sub-região.

A parte angolana informou a parte portuguesa sobre o processo do Programa do Saneamento Económico e Financeiro em curso na RPA tendente à estabilização da economia nacional e à superação da recessão económica.

A delegação do PCP informou a parte angolana sobre a sua luta em defesa das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático e sobre os trabalhos preparatórios do XII Congresso do PCP que terá lugar de 1 a 4 de Dezembro.

A delegação do PCP expressou à delegação do MPLA-Partido do Trabalho o seu grande apreço pelas vitórias alcançadas pelo povo angolano na sua luta em defesa da independência e soberania da sua Pátria, destacando o seu grande significado internacional.

A delegação do PCP saudou os esforços que a RPA, e em especial o seu mais alto mandatário, o camarada Presidente José Eduardo dos Santos, tem empreendido em prol do saneamento da situação prevalecente no Sudoeste de África e manifestou o desejo de que as demais partes envolvidas nas actuais negociações quadripartidas mantenham o realismo político e a vontade negocial que até agora têm evidenciado.

A delegação do PCP reafirmou a inteira solidariedade dos comunistas portugueses à luta heróica do povo angolano, agindo permanentemente pelo desenvolvimento das relações entre o povo português e o povo angolano e entre Portugal e a República Popular de Angola.

Ao analisarem a situação internacional, as duas delegações saudaram os importantes progressos alcançados em matéria de desarmamento e da regularização por via política e pacífica dos conflitos regionais.

As duas partes reiteraram o seu indefectível apoio aos povos que no mundo lutam pela autodeterminação, independência, liberdade e progresso social.

A parte angolana reiterou o seu profundo reconhecimento à solidariedade que o Partido Comunista Português tem brindado ao povo angolano e à causa do desenvolvimento económico e social da República Popular de Angola.

As duas partes expressaram a sua satisfação pela implementação do Acordo de Cooperação PCP/MPLA-Partido do Trabalho em vigor e salientaram a necessidade de aprofundar cada vez mais a cooperação entre si em diversos domínios da vida partidária.

Durante a sua estadia na República Popular de Angola, a delegação portuguesa manteve encontros oficiais e de trabalho, com dirigentes do Partido e do Governo e visitou diversos empreendimentos socioeconómicos do país.

A parte angolana desejou votos de plenos sucessos ao XII Congresso do PCP. A delegação do PCP exprimiu o seu sincero reconhecimento ao povo angolano, ao MPLA-Partido do Trabalho e ao camarada Presidente José Eduardo dos Santos, pelo acolhimento caloroso, fraterno e hospitaleiro de que foi alvo durante a sua estadia na República Popular de Angola.

A delegação do PCP formulou um convite ao MPLA-Partido do Trabalho para que uma delegação oficial sua visite Portugal proximamente.

O convite foi aceite com satisfação, devendo a data da visita ser ulteriormente acordada pelos Departamentos de Relações Exteriores de ambos os Partidos.

Feito em Luanda, aos 18 de Setembro de 1988 «Ano Primeiro do Saneamento Económico e Financeiro».

da realidade da RPA, o vasto trabalho desenvolvido pelo MPLA e pelo governo angolano no plano político, económico e social, os problemas e as perspectivas que se abrem ao desenvolvimento progressista da RPA.

De particular significado se reveste a participação da delegação do PCP nas cerimónias do dia do Herói Nacional (17 de Setembro), expressando assim sentida homenagem dos comunistas portugueses ao fundador da Nação Angolana e do MPLA-Partido do Trabalho, o saudoso Presidente Agostinho Neto.

A visita da delegação portuguesa teve uma ampla cobertura informativa, em particular pela Televisão angolana que, desde a sua chegada até à sua partida do Aeroporto 4 de Fevereiro, acompanhou praticamente todo o programa. No último dia da visita o programa «Actualidade» transmitiu integralmente uma extensa entrevista com o camarada Octávio Pato. Nesta entrevista foi uma vez mais reafirmada a activa solidariedade do PCP para com a luta heróica do MPLA-PT, das FAPLA e do povo angolano em defesa da soberania da sua pátria e pelo direito a decidir do seu próprio destino, a vontade do PCP em continuar a agir para o fortalecimento das relações de amizade entre o povo português e o povo angolano e entre Portugal e a RPA, a posição dos comunistas portugueses para com a política de duplicidade praticada pelo governo do PSD e de outros sectores em relação à RPA e a sua determinação na luta para que o território português deixe de ser utilizado pela reacção portuguesa e pelo imperialismo em actos de desestabilização e agressão contra Angola, como continua a suceder com a actividades dos fantoches da Unita em Portugal.

Durante as conversações foi passado em revista a concretização do Acordo de Cooperação PCP/MPLA-PT em vigor e decidido aprofundar a cooperação entre os dois partidos em diversos domínios da actividade partidária. O MPLA-PT aceitou com satisfação o convite que lhe foi dirigido pela delegação do PCP para uma visita oficial a Portugal em data a precisar ulteriormente.

■ *A. N.*

Albert Nenarókov
História ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro
1917 na Rússia mês a mês

A NOITE SEGUINTE
99.63/182 p

N. S. Biriukov
A TELEVISÃO NO OCIDENTE
61.07/240 p

E. D. Vikhovtchenko
AS NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA
61.80/304 p

Mikhail Gorbatchov
APROFUNDAR A PERESTROIKA
64.10/157 p

Álvaro Cunhal
FALÊNCIA DA POLÍTICA DE DIREITA DO PS (1983-1985) I e II
01.33/634 p
01.34/626 p

edições Avante!

PCP

Com vista às próximas eleições regionais:

Reunião de coordenação para Açores e Madeira

No passado fim-de-semana realizou-se no Centro de Trabalho do PCP de Ponta Delgada a 2.ª reunião da coordenação de trabalho dos eleitos comunistas nas Assembleias Regionais dos Açores e Madeira, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu em defesa das autonomias e dos interesses das populações das duas Regiões Autónomas, cujas conclusões, em seis pontos, passamos a transcrever na íntegra.

Açores: a pesca e os seus problemas em destaque numa realidade regional que necessita da intervenção dinâmica dos democratas. Na CDU há atenção e preocupação para este tema

Considerando a realização das eleições regionais de 9 de Outubro, a reunião apreciou as condições em que decorre o acto eleitoral salientando a grande importância do aumento da votação na CDU e da manutenção e reforço da representação do PCP nas Assembleias Regionais. Assinalando que o voto na CDU é condição indispensável de qualquer transformação positiva na vida política das Regiões, a reunião examinou os balanços de trabalho dos eleitos comunistas nas Assembleias Regionais, considerando-o a prova provada do rigor, da competência, da coerência e do total empenhamento na defesa dos interesses das populações e da autonomia regional conquistada com o 25 de Abril.

Os factos evidenciam que o **PCP é o único Partido que se pode reclamar de inteira coerência na intervenção em todas as instâncias em defesa da autonomia.** A atitude do PCP contrasta fortemente com a duplicidade de posições do PSD, em que se destacam as concepções e práticas centralistas do Primeiro-Ministro Cavaco Silva e do seu Governo, apoiado na Assembleia da República por actos e omissões da maioria parlamentar PSD. Não está isento da mesma crítica o PS, que muitas vezes não sustenta a nível nacional compromissos que assume nas Regiões.

Considerando os compromissos já assumidos pelos candidatos da CDU, a reunião garante o empenhamento e a acção simultânea dos eleitos comunistas na sua concretização, não só nas Assembleias Regionais como Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

Objectivos principais

A reunião salienta **como objectivos principais dessa acção conjugada:**

– **A consolidação da autonomia regional** e a sua defesa contra perversões quer de natureza centralista quer de cariz separatista, assegurando-se, tanto no quatro da revisão constitucional como no plano dos estatutos político-administrativos, o aperfeiçoamento do sistema autonómico.

– **A adopção de políticas integradas** que permitam ultrapassar os graves estrangulamentos e a crise de perspectivas de que, após 12 anos de gestão do PSD, enfermam as economias regionais, viabilizando assim o desenvolvimento e progresso das regiões;

– **A salvaguarda dos interesses açorianos e madeirenses no contexto da adesão à CEE**, tendo em atenção os problemas particulares decorrentes da insularidade, da situação periférica e da especificidade das Regiões e assegurando a aprovação, no Parlamento Europeu, e a concretização a curto prazo dos programas integrados para cada uma das Regiões Autónomas;

– **A garantia às Regiões Autónomas dos meios financeiros necessários** ao seu progresso e desenvolvimento, ao bem-estar das populações e à correcção das desigualdades derivadas da insularidade, assegurando-se uma definição legal dos direitos financeiros das Regiões, assente em critérios objectivos e estáveis e imune a flutuações políticas conjunturais;

– **A luta contra a expansão das injustiças sociais** provocadas pela política do PSD dando continuidade à luta contra a liberalização dos despedimentos, a precarização do trabalho e demais peças do pacote laboral; exigindo a revisão da política de rendimentos e preços (reclamação a que a derrapagem da inflação dá especial fundamento); combatendo discriminações no domínio da contratação colectiva; lutando pela melhoria do acesso à saúde, à segurança social, ao ensino, à habitação e à justiça por parte dos cidadãos residentes nas Regiões;

– **A dignificação e a defesa da autonomia das autarquias locais** nas Regiões, impedindo que se transformem em meras extensões dos governos regionais.

O que se vai concretizar

Na concretização dos objectivos enunciados, serão tomadas nas sedes próprias as **correspondentes iniciativas**, designadamente:

– **Em relação à revisão da Constituição:** exigência da pública revelação de eventuais compromissos negociados entre o PSD e o PS (designadamente envolvendo a criação de um Ministro da República único para as duas Regiões); diligências junto de outros partidos com vista ao firmar de consensos em torno das propostas do PCP de garantia de participação das Assembleias Regionais no processo de nomeação dos Ministros da República e de reforço dos poderes legislativos regionais;

– **Em relação ao Orçamento do Estado para o ano de 1989:** diligências no âmbito da Assembleia da República com vista ao reforço das verbas destinadas à correcção das desigualdades derivadas da insularidade, à comparticipação do Estado nos investimentos tendentes ao desenvolvimento económico e social das Regiões, à garantia de dotações adequadas nas áreas de responsabilidade directa do Estado (nomeadamente em relação à fiscalização da zona económica exclusiva e às instalações judiciais, prisionais e outros equipamentos e pessoal no domínio da justiça);

– **Em relação à situação das Regiões no processo de integração europeia (e com vista a garantir maiores transferências financeiras e a sua correcta aplicação):** acções conjuntas preparatórias da deslocação às Regiões, no próximo mês de Novembro, do deputado comunista Gutierres Diaz (relator no Parlamento Europeu para os programas integrados referentes às Regiões Autónomas portuguesas), por forma a assegurar contactos eficazes com autoridades e organizações económicas e sociais regionais; exigência de empenhamento dos governos regionais nos esforços necessários para preparar as economias regionais para o impacto da adesão (e em particular da instituição do Mercado Único), bem como de iniciativas do Governo da República tendentes a acautelar junto das autoridades comunitárias interesses fundamentais das Regiões no contexto da integração; preparação e adopção pelos deputados comunistas no PE de medidas visando o alargamento de prazos a partir dos quais decorrerá a aplicação da legislação comunitária e em geral a alteração de condições de integração mais gravosas para os Açores e a Madeira contidas nos tratados de adesão; apresentação no PE de propostas de resolução visando garantir apoio comunitário a iniciativas de defesa do património histórico, arquitectónico e artístico das Regiões (designadamente a Vila de Machico);

– **Em relação à adaptação do sistema fiscal às realidades específicas das duas Regiões Autónomas:** diligências junto da Comissão de Reforma Fiscal Regional competente, no sentido do apuramento e ponderação dos trabalhos preparatórios já encetados; proposta de debate alargado, na Comissão de Economia, Finanças e Plano, da AR, das metas e objectivos a atingir em matéria de adaptação fiscal; promoção de reuniões conjuntas das Comissões competentes da AR e das Assembleias Regionais com vista à preparação e aprovação, no ano de 1989, dos correspondentes diplomas.

Ainda no quadro da concretização de objectivos comuns em defesa das autonomias, a reunião entendeu salientar algumas **iniciativas que serão lançadas em muito breve prazo:**

– **Efectivação de diligências para impulsionar o processo de elaboração e aprovação do estatuto político-administrativo definitivo da Região Autónoma da Madeira;**

– **Apresentação de uma iniciativa legislativa com vista à consagração do direito à contratação colectiva das bordadeiras de casa da Madeira;**

– **Apresentação de iniciativas adequadas à elevação do valor do salário mínimo aplicável a cada uma das Regiões Autónomas por forma a que seja tido em conta o diferencial de inflação que entretanto se verificou;**

– **Elaboração de propostas tendentes à garantia de um acréscimo salarial anual aos trabalhadores da administração regional e local que compense, nos respectivos vencimentos, o diferencial da inflação;**

– **Apresentação, junto do Tribunal Constitucional, do pedido de declaração de inconstitucionalidade dos acordos relativos à Base das Lajes, tendo em vista designadamente fazer cessar as discriminações que no «Acordo Laboral» são criadas aos trabalhadores da FEUSAÇORES.**

A importância das reuniões

Em relação aos **actos eleitorais de 9 de Outubro,** a reunião manifestou apoio pleno às exigências feitas pelas candidaturas da CDU e pelas Organizações Regionais do PCP no sentido de serem garantidas as condições de liberdade e democraticidade das eleições, designadamente a igualdade de tratamento das candidaturas na comunicação social e a imparcialidade que deve ser mantida pelos governos regionais. Com este objectivo foram consideradas algumas iniciativas, com destaque para a possibilidade de acções conjuntas dos partidos de oposição lesados por discriminações.

Na reunião participaram Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e os deputados comunistas João Amaral e José Magalhães; José Decq Mota, membro do Comité Central do PCP, deputado à Assembleia Regional dos Açores e cabeça de lista da CDU pelo Círculo de S. Miguel, e os membros da Direcção Regional dos Açores do PCP Mário Abrantes, João Armando Santos e Paulo de Deus; António Casmarrinha, membro do Comité Central do PCP e da Direcção Regional da Madeira do PCP e os membros desta Direcção Regional Mário Aguiar, deputado à Assembleia Regional da Madeira, João Lizardo e José Luís Gonçalves; Joaquim Miranda, deputado do PCP ao Parlamento Europeu.

Sublinhando a grande importância de reuniões desta natureza, os participantes salientaram a necessidade de prosseguir o trabalho de coordenação, preparando para o futuro o lançamento e acompanhamento de novas iniciativas em defesa das autonomias regionais e dos interesses das populações dos Açores e da Madeira.

Manifesto da Juventude CDU/Madeira

Acreditar na mudança propor novos rumos para a vida dos jovens

Merecemos melhor... Os jovens da Região Autónoma da Madeira merecem, de facto, uma vida melhor. «Merecemos melhor do que ser mão-de-obra barata. Em 9 de Outubro próximo vamos ter oportunidade de que algo mude».
Assim se manifesta a CDU/Jovem em documento divulgado recentemente no Funchal, em conferência de imprensa. Aí se sublinha que «alterar profundamente a situação social da juventude, respondendo às suas mais importantes aspirações, é o compromisso eleitoral dos jovens candidatos da CDU/Madeira».

Nas próximas eleições regionais, refere o Manifesto, os jovens que integram as listas da Coligação Democrática Unitária empenham-se porque acreditam na mudança e «porque é importante assumir a participação activa na vida social, económica, cultural e política da nossa região».

«O futuro constrói-se hoje e para ele ser melhor não nos pode passar à margem», acentuam.

Fartos de promessas, os jovens CDU da Madeira avançam objectivos concretos do seu firme empenhamento político para as eleições que se aproximam:

• Pela criação de postos de trabalho, que evite o desemprego ou a emigração para terras distantes;

• Na luta por medidas que garantam o princípio de «a trabalho igual salário igual»; bem como contra a discriminação das jovens raparigas no mundo do trabalho;

• Pela transparência nos processos de admissão e integração dos jovens na vida activa;

• Pelo acesso à formação e promoção profissionais; com a atribuição de subsídios de transporte e de alimentação a quem frequenta cursos de formação profissional; pela garantia de saídas profissionais para quem termina os cursos de formação;

• Na luta pelo direito ao ensino, contra o insucesso escolar e contra o crescente elitismo do sistema educativo;

• Pelo acesso à escolaridade obrigatória (agora de 9 anos), no cumprimento da Lei de Bases do Sistema Educativo;

• Pela elaboração de um **Plano de Alargamento da Rede Escolar**, descentralizador, e pela concretização da Universidade da Madeira;

• Na luta pelo direito ao associativismo e à não ingerência por parte do poder instituído, na formação das associações estudantis;

• Pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Estudante, fazendo as empresas e serviços públicos respeitar as cláusulas que concedem facilidades de tempo para estudo, com vista ao progressivo enriquecimento cultural, técnico e profissional do jovem;

• Pela defesa do aumento do pré para 50% do salário mínimo nacional e transportes gratuitos para os jovens que cumprem o Serviço Militar Obrigatório (SMO);

• Na luta para que os jovens madeirenses tenham melhores condições para desfrutar as suas férias, com redução de preços em passagens, estadias, acessos aos complexos balneares, e ainda pela construção de um campo de férias para jovens;

• Em defesa da implementação, na Região, do esquema de Pousadas da Juventude, contribuindo assim para o intercâmbio entre os jovens madeirenses e os jovens do resto do País e da Europa;

• Pela concessão de facilidades e juros bonificados (actualmente congelados) na aquisição de habitação própria;

• Pela promoção de habitação social, atribuindo obrigatoriamente uma percentagem das novas casas a jovens casais;

• Pela preservação dos recursos naturais, pela defesa da nossa fauna, flora, criando novas reservas naturais;

• Em defesa da criação de zonas verdes, a consagrar nos planos urbanísticos municipais, principalmente na área urbana do Funchal, de forma a proporcionar espaços de lazer e convívio; defender, também, o livre acesso ao mar;

• Pela sensibilização da nossa juventude para a importância da defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.

Jovens CDU em conferência de Imprensa na Madeira

Concurso para o tempo de antena

Termina amanhã, dia 23, o prazo para a entrega dos projectos do concurso de um tempo de antena de rádio (10 minutos) a ir para o ar durante a campanha eleitoral da CDU. Aqui fica o regulamento do concurso:

1 – Podem concorrer todos os jovens (dos 15 aos 28 anos), independentemente da sua (ou não) filiação partidária;

2 – Os concorrentes (individuais ou em grupo) devem apresentar uma proposta de Programa sobre a **Juventude Madeirense** (temas, entrevistas, etc.), pormenorizando, discriminando, inclusive, separadores musicais, sons de fundo, etc., com duração exacta de 10 minutos.

3 – Prazo de entrega dos projectos: **até 23 de Setembro;**

4 – A selecção será da responsabilidade da Coordenadora Regional da CDU;

5 – As gravações serão feitas nos estúdios da CDU/M;

6 – O Programa vencedor será difundido na RDP, Posto Emissor do Funchal e Estação Rádio Madeira.

Entrega de projectos e esclarecimentos: Juventude CDU, Rua do Pina, N.º 15, Funchal (telefone: 28 946), onde também funciona o **gabinete de atendimento** dos jovens candidatos CDU.

Madeira: quem se lembra das dificuldades e do «duplo» isolamento a que continuam sujeitos os habitantes (cerca de 4 mil) da bela ilha do Porto Santo? Um tema que a CDU não esquece!

XII Congresso
Atenção ao calendário do trabalho preparatório

• *Participar, intervir, propor*

Tal como estava previsto no Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao XII Congresso (Comité Central, 23/24 de Agosto, texto publicado no Avante! de 1 deste mês, pág. 3/Semana), foram entregues às organizações por ocasião da Festa do Avante! os projectos de novo Programa («Portugal: uma democracia avançada no limiar do século XXI») e de alteração aos Estatutos, documentos entretanto divulgados em todas as regiões do País, do Norte ao Algarve, dos Açores à Madeira, e disponíveis nos Centros de Trabalho e nas organizações.

Como sublinha o Regulamento, que convém ter bem presente nesta fase da actividade preparatória do Congresso, «a realização de assembleias plenárias para debate sobre esses projectos poderá iniciar-se logo que as organizações o decidam», o que proporcionará, estamos certos, mais uma etapa do intenso trabalho colectivo, de debate e empenhamento partidário, que o Avante! tentará da melhor maneira acompanhar nas próximas semanas.

Teses a 15 de Outubro

E já que se fala de trabalho e de calendário neste enquadramento preparatório do Congresso — fase em relação à qual se tem insistentemente sublinhado a importância da participação e intervenção criativa, dinâmica, livre, aberta, de todos os militantes do Partido no seio dos seus organismos — recorde-se que o projecto de Teses será entregue a **15 de Outubro** próximo e à semelhança do que foi referido para os outros dois documentos preparatórios, o debate respectivo poderá arrancar logo a seguir.

Como destaca o Regulamento, as propostas de alteração e emendas aos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central deverão ser entregues com a possível antecipação, sendo o prazo-limite para a sua entrega o **dia 15 de Novembro** (calha a uma terça-feira) para os projectos de Programa e alterações aos Estatutos, e o **dia 19** do mesmo mês (calha a um sábado) para o projecto de Teses.

Assembleias até 26 de Novembro

De sublinhar, a propósito, que as assembleias plenárias para eleição de delegados deverão estar terminadas em **26 de Novembro**, ainda de acordo com o Regulamento.

Os resultados das assembleias plenárias devem ser registadas em acta e enviadas aos organismos do Comité Central, com as fichas contendo os elementos identificadores dos delegados eleitos, até **28 de Novembro.**

Reflexo da vida democrática que caracteriza o Partido — nunca será exagero repeti-lo — todos os militantes têm direito a fazer propostas de alteração e emendas aos projectos de Programa, de alteração aos Estatutos e Teses — devendo enviá-las através das Mesas das assembleias plenárias, respectivamente, à Comissão do Programa, à Comissão de Alteração dos Estatutos e à Comissão Política do Comité Central.

3
Avante!/ Semana • 1/9/88

PCP

Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao XII Congresso

O presente Regulamento respeita à fase preparatória do XII Congresso na qual as organizações e os militantes do Partido, em assembleias plenárias, convocadas para o efeito, são chamados a debater os documentos propostos pelo Comité Central para apreciação geral do Congresso e a eleger os delegados ao Congresso.

I

ASSEMBLEIAS PLENÁRIAS

1. O debate e a eleição dos delegados serão realizados em assembleias plenárias de organização convocadas para o efeito pelos organismos de direcção respectivos, os quais assumem a direcção dos trabalhos.

2. Os organismos superiores podem convocar assembleias plenárias da organização quando os respectivos organismos de direcção o não fizerem.

III

ELEIÇÃO DE DELEGADOS

12. O Congresso será constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias e por delegados por inerência.

13. Os delegados eleitos directamente pelas organizações sê-lo-ão na proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos.

14. O número de delegados a eleger pelas organizações regionais deverá ser distribuído pelas Direcções das Organizações Regionais tendo em conta as diversas organizações que as compõem.

15. As organizações nas quais esteja inscrito um número inferior a 100 membros do Partido, mas superior a 50, poderão eleger um (1) delegado, desde que não seja ultrapassada a proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos no conjunto da organização regional respectiva e nenhuma outra organização seja prejudicada quanto ao número de delegados que lhe caiba eleger.

16. Nos casos de organizações com um número de membros do Partido inferior a 100, os organismos ime-

V

FORMA DE VOTAÇÃO

23. As eventuais votações de documentos na generalidade deverão realizar-se de braço no ar, conforme com a tradição democrática do Partido.

24. As votações para a eleição de delegados deverão também, como regra, realizar-se de braço no ar, podendo, entretanto, cada assembleia plenária, se o entender, adoptar por maioria simples o sistema de voto secreto.

VI

CALENDÁRIO

25. Os projectos de novo Programa e de alteração aos Estatutos serão entregues às organizações de 9 a 11 de Setembro (sexta, sábado e domingo) dias da

a noite seguinte...

Consequências biológicas
e climáticas
de uma guerra nuclear.
Um alerta dos cientistas

Direcção de **Evgueni Velikhov.**
vice-presidente
da Academia das Ciências da URSS

Nunca será de mais sublinhar o impacte sensacional das conclusões de eminentes cientistas soviéticos baseadas nas suas investigações sobre os efeitos globais a longo prazo de uma guerra nuclear. Os seus resultados concordaram plenamente com os dados obtidos por cientistas americanos, embora tenham usado metodologias e programas de investigação diferentes. Destacados cientistas soviéticos e americanos apresentaram a sua sombria e perturbadora mensagem em conferências internacionais realizadas em Moscovo e Washington e num seminário na Academia Pontifícia de Ciências no Vaticano, em Janeiro de 1984.

A conclusão dos cientistas é clara e inequívoca: o emprego mesmo de uma pequena parte do arsenal nuclear que hoje existe no mundo resultaria numa «noite nuclear» e num «Inverno nuclear» que acabariam por causar um desastre ecológico global sem precedentes. Tal «bomba atmosférica» significaria a extinção de tudo o que de vivo existe na Terra.

Este livro cobre as principais investigações sobre o assunto realizadas pelos cientistas soviéticos sob os auspícios da Comissão de Cientistas Soviéticos para a Defesa da Paz contra a Ameaça Nuclear.

Os destacados cientistas soviéticos que contribuíram para esta colectânea descrevem de maneira acessível, mas com um nível científico elevado, a essência dessas investigações vitais, que podem vir a tornar-se o ponto de viragem nesta insensata e extremamente perigosa corrida aos armamentos nucleares.

edições Avante!

edição ilustrada
182 págs. — 950$00

PCP

Corrida da Festa do «Avante!» • As classificações

Como referimos na nossa última edição, mais de mil atletas terminaram a Corrida da Festa do «Avante!», realizada na manhã do dia 11 de Setembro. Para além de uma iniciativa de peso na programação desportiva da Festa deste ano, a Corrida suscitou entusiásticos momentos de animação no concelho de Loures, com milhares de espectadores atentos durante o percurso iniciado no pavilhão **Paz e Amizade**, passando por Odivelas e terminando na Festa do «Avante!», no Infantado. Quase 17 km de movimentação desportiva, que no final daria dois vencedores de mérito: **Rita Borralho**, do Benfica, e **José Dias**, individual. Tendo em conta o vasto interesse pela prova, a nível de participantes e público em geral, aqui deixamos já de seguida os 10 primeiros classificados em cada escalão (masc. e fem.) e ainda a classificação por equipas.

Juniores femininos

1.ª, Elisabete Oliveira; 2.ª, Sandra Jesus; 3.ª, Armandina Rodrigues; 4.ª, Ermelinda Carvalho; 5.ª, Neusa Casaca; 6.ª, Carolina Canhão; 7.ª, Cristina Almeida; 8.ª, Ana Paula Sacadura; 9.ª, Paula Gonçalves; 10.ª, Cristina Pereira.

Seniores femininos

1.ª, Rita Borralho; 2.ª, Janete Mayal; 3.ª, Cristina Pires; 4.ª, Umbelina Nunes; 5.ª, Virgínia Duarte; 6.ª, Maria Paula Domingues; 7.ª, Luísa Barreto; 8.ª, Mariana Curva; 9.ª, Isabel Correia; 10.ª, Alice Fontes.

Veteranas

1.ª, Teresa Ribeiro; 2.ª, Analice Silva; 3.ª, Albina Nicolau; 4.ª, Jesus Mota; 5.ª, Olívia Mouraia; 6.ª, Natália Mourato; 7.ª, Eugénia Oliveira.

Juniores masculinos

1.º, Jorge Costa; 2.º, José Moura Santos; 3.º, João Capinha; 4.º, Armindo Santos; 5.º, Luís Tibério; 6.º, Vasco Martins; 7.º, Alípio Campos; 8.º, Rui Reis; 9.º, José Martins; 10.º, Francisco Rosário.

Seniores masculinos

1.º, José Dias; 2.º, Luís Horta; 3.º, Óscar Santos; 4.º, José Pedras; 5.º, Eduardo Fernandes; 6.º, Carlos Pinto; 7.º, José Brito; 8.º, Eugénio Neto; 9.º, José Peixeiro; 10.º, Gabriel Rodrigues.

Veteranos I

1.º, Augusto Cruz; 2.º, Américo Onofre; 3.º, José Neves; 4.º, Manuel Samarro; 5.º, Manuel João; 6.º, Carlos Santos; 7.º, Fernando Andrade; 8.º, José Horta; 9.º, Fernando Batista; 10.º, Avelino Pereira.

Veteranos II

1.º, Dinis; 2.º, Custódio Chamusca; 3.º, Carlos Rosa; 4.º, Vítor Gregório; 5.º, António Alemão; 6.º, José Barros; 7.º, Octávio Mendes; 8.º, Albertino Henrique; 9.º, Sílvio Bravo; 10.º, António Lopes.

Veteranos III

1.º, Armando Aldegalega; 2.º, António Jesus; 3.º, António Antunes; 4.º, Joaquim Silva; 5.º, António Dourado; 6.º, António Esperança; 7.º, António Gil; 8.º, Armando Carmo; 9.º, José Agostinho; 10.º, Hernâni Cardoso.

Por equipas

1.º, CM Cadaval; 2.º, CCR Alto Moinho; 3.º, Casal Privilégio; 4.º, Ídolos da Praça; 5.º, Aliados Brandoa; 6.º, Núcleo Atl. Odivelas; 7.º, C. Unidos Poço Cação; 8.º, Lisa Transitários; 9.º, C. Conv. Cult. Popu. Tojal; 10.º, Os Zatopeques; 11.º, Soc. Fil. Op. Amorense; 12.º, O Diário; 13.º, Valejas; 14.º, GDC Estrela Negra; 15.º, Ass. Cult. Rec. Real; 16.º, Estrela FC Vendas Novas; 17.º, Clube St. Ant. Cavaleiros; 18.º, Cruz de Pau; 19.º, Beira Mar Almada; 20.º, Amigos Atl. Mafra; 21; Estrelas Laranjeiras; 22.º, União Desp. Santarém; 23.º, Os Tartarugas; 24.º, Patameiras; 25.º, BV Alverca; 26.º, Atlético Algés; 27.º, Academia Almadense; 28.º, Os Romeirenses; 29.º, Sorefame; 30.º, Penichegel; 31.º, INDEP; 32.º, Os Musgueirenses; 33.º, Sport C. Linda-a-Velha; 34.º, Soc. I. Mus. Porto Salvo; 35.º, Bairro Fraternidade; 36.º, Atl. Clube Vermoil; 37.º, Maduros de Rio Mouro; 38.º, Vale do Silêncio; 39.º, Juventude Fernão Ferro; 40.º, CCD CML; 41.º, Vale Figueira; 42.º, Totta Açores; 43.º, Atl. Clube Odivelas; 44.º, CD Amigos da Luz; 45.º, Sores; 46.º, Amal; 47.º, C. Desp. Areias S. João; 48.º, Met. Carlos Quintinhas; 49.º, Os Amigos do Jamor; 50.º, Casais Castelos Riacho; 51.º, Pontinha; Leões da Fonte; 53.º, Sporting Clube Lourel; 54.º, Mini-Merc. J. Policarpo; 55.º, Ass. Rec. Cult. Pte. Nova; 56.º, Linda-a-Pastora; 57.º, CAVA; 58.º, Amigos Atl. Amadora; 59.º, Centro Atl. Galinheiras; 60.º, Soc. Rec. Unid. Botafogo; 61.º, Ass. Moradores 18 Maio; 62.º, Cervejaria Brasília; 63.º, C. Desp. Rec. Olivais; 64.º, FNAC; 65.º, G. Desp. Leões Veneza; 66.º, BDF Núcleo Atletismo; 67.º, Desp. e Juv. Mira-Sintra; 68.º, Os Caramelos Alverca; 69.º, Gulbenkian; 70.º, GDCT Petroquímica; 71.º, Metropolitano; 72; U. Estrada Sassoeiros; 73.º, Linces Nova Oeiras; 74.º, Os Aduaneiros; 75.º, Estádio Nacional; 76.º, Hotel Roma; 77.º, Triunvari Zanussi; 78.º, EDP Delegação Lisboa; 79.º, Clube Camp. Conc. Almada; 80.º, 20 km Almeirim; 81.º, Jovens da Estrada.

É agora o golpe final nas linhas do Dão e Vale do Vouga?

O conselho de gerência da CP, sob as ordens do Governo PSD/Cavaco Silva, pretende dar o golpe final nas linhas do Dão e Vale do Vouga. A partir do próximo sábado, 24 de Setembro, sob o pretexto dos novos horários de Inverno, as automotoras da linha do Dão (Viseu-Santa Comba Dão) deixarão de circular, com todos os prejuízos que daí virão para as populações.

O alerta vem da Comissão Distrital de Viseu do PCP em breve nota divulgada à Comunicação Social, que acrescenta:

«Esta medida inscreve-se nos ataques do Governo PSD aos interesses das populações mais desfavorecidas e contraria todas as promessas de estabilidade feitas na campanha eleitoral.

«O PCP — lê-se mais adiante — sempre tem defendido o aproveitamento e melhoramento das linhas do Dão e do Vale do Vouga. Além dos comunicados e intervenções nas Assembleias Municipais dos concelhos mais atingidos, ainda recentemente (em Julho deste ano) o Comité Local de Viseu do PCP denunciava a retirada pelo conselho de gerência da CP da autorização para o despacho de mercadorias por automotora a partir de Viseu.

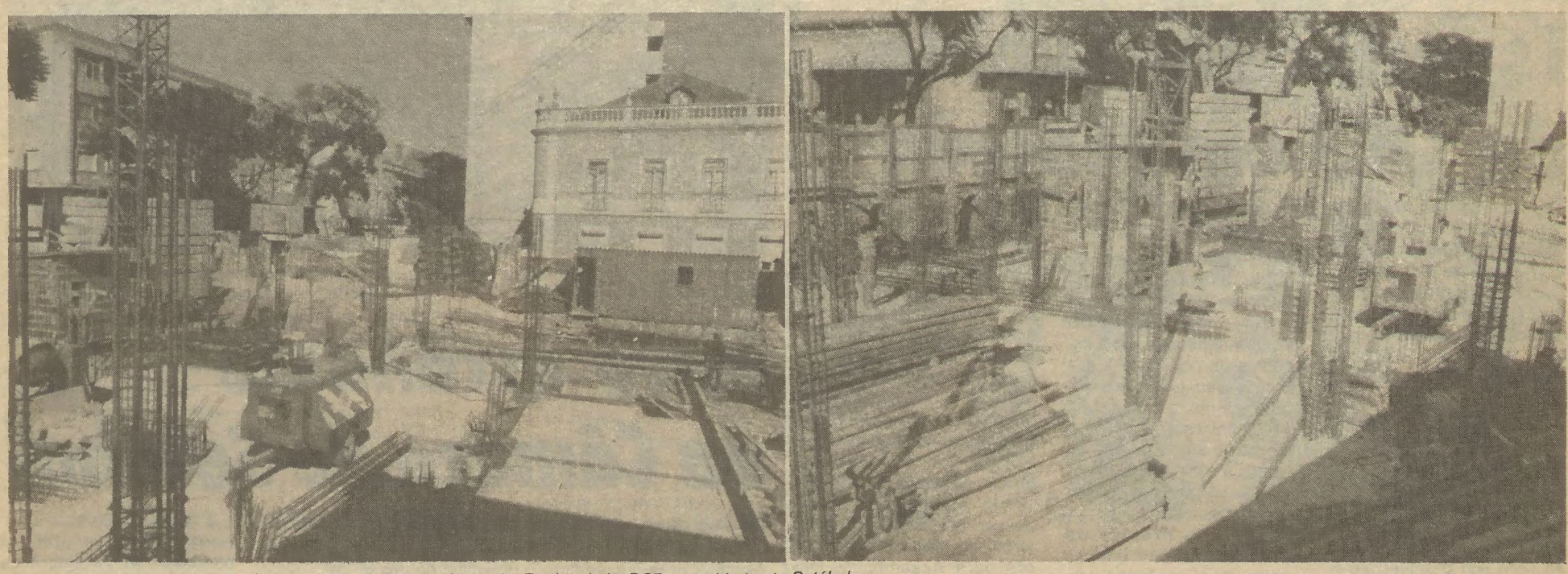
«Nessa data o PCP também previu que, tal como havia acontecido com o encerramento de estações e a substituição de automotoras por autocarros em alguns horários, a abolição dos despachos era meio caminho andado para as tentativas de encerramento das linhas.

«Hoje verifica-se a justeza destas previsões e mais uma vez se assiná-la o estranho silêncio dos que, eleitos localmente pelo povo (deputados e presidentes de Câmara), se calam e se tornam cúmplices desta situação.

«O PCP continuará a apoiar a luta das populações, certo de que o povo, tal como em tentativas anteriores de encerramento destas linhas, mais uma vez se levantará e lutará contra estas medidas.

«O PCP tudo fará para apoiar a luta das populações e desde já anuncia que trará ao distrito de Viseu um dos seus deputados que ouvirá as populações e os órgãos autárquicos das zonas ameaçadas e levantará este grave problema na Assembleia da República», conclui o comunicado.

PCP



Na Av. 5 de Outubro, as obras do novo Centro da Direcção Regional do PCP, na cidade de Setúbal

DORS

A obra e a campanha continuam a crescer

A campanha continua na rua!

Esta a ideia que a SIP/DORS nos dá da campanha de âmbito distrital que decorre em Setúbal para o novo Centro de Trabalho da DORS, em construção (como o mostram as fotos) na Av. 5 de Outubro, uma das principais artérias da capital do Sado.

Em contacto com o «Avante!», a SIP/DORS apresenta-nos um balanço resumido, nesta fase, dos 9 meses de campanha, garantindo à partida que «os objectivos propostos irão ser, na sua globalidade, atingidos».

Com trabalho tudo é possível

«Muitas das organizações incentivam o crescimento de acções que possibilitem o atingir das metas definidas, envolvendo largas dezenas de camaradas que no seu trabalho diário e sistemático ultrapassam eventuais barreiras para que a campanha se torne ainda mais numa autêntica e grande manifestação de vida e força do Partido no distrito de Setúbal», refere a SIP, que acrescenta:

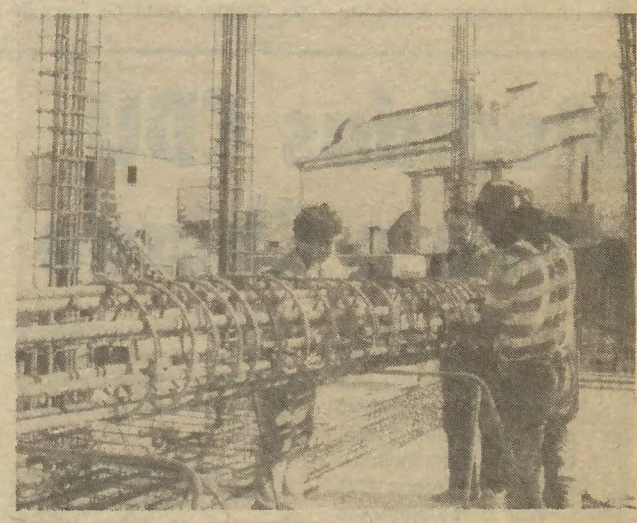
«Exemplo prático disto foi a realização das Festas do Partido (num total de 18, num primeiro balanço) que abrangeram os concelhos de Alcácer (2 festas); Almada; Grândola (4); Palmela (2); Santiago (5); Sesimbra (2) e Sines; bem como a dezena de pavilhões do Partido que estiveram presentes em mais de 11 festas e feiras populares realizadas em 9 concelhos da região. Nestes pavilhões havia espaço para a iniciativa própria, para a exposição política, para a divulgação da campanha e para o petisco.

«Das outras iniciativas salientamos os bailes (alguns dos quais com mais de 1000 pessoas), as excursões, os donativos, as rifas, as ofertas e, claro, o empenhamento abnegado de todas as organizações na concretização dos projectos distritais na XII Festa do "Avante!"», com boa presença — acrescentamos nós — nos terrenos do Infantado.

Conclui a SIP/DORS:

«Com estes dados poderemos dizer que a campanha continua na rua e se enraíza cada vez mais nas populações e trabalhadores do distrito e que a organização do Partido encontrará novas formas para levar a efeito uma campanha que será um êxito.

« O que os comunistas querem com trabalho **conseguem!**»



***Uma obra** e uma campanha em crescendo*

A quem saiu um vídeo?

Eis os resultados da recente rifa da campanha de fundos da DORS para o novo CT:

1.º — Vídeo VHS — **2699**
2.º — Aparelhagem sonora — **9204**
3.º — Televisor para automóvel — **0750**

Parabéns aos felizes contemplados.

Comício no Escoural

Reforma Agrária não esquece Casquinha e Caravela

«Faz nove anos que Casquinha e Caravela foram assassinados em defesa da Reforma Agrária. Para sempre na nossa memória, a melhor homenagem que lhes podemos prestar hoje, quando a lei do latifúndio ameaça gravemente o futuro da Reforma Agrária, é continuar a luta e a solidariedade na defesa desta importante conquista de Abril» — sublinha a Comissão Concelhia do PCP de Montemor-o-Novo, ao anunciar o comício do PCP do próximo domingo, dia 25, em Santiago do Escoural, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

O comício de homenagem está marcado para as 16 horas.

Camaradas Falecidos

Fernando Gonçalves Pereira

Reformado da EDP, antifascista, lutador, faleceu no passado dia 7 o nosso camarada Fernando Augusto Gonçalves Pereira, de 73 anos. Pertenceu à célula da EDP-/núcleo do laboratório de Sacavém e à organização de Moscavide, nos arredores de Lisboa. O funeral realizou-se no passado dia 9, da Igreja da Encarnação, nos Olivais, para o cemitério da sua terra natal, Miragaia, no Porto.

Emílio de Matos Alexandre

Natural de Ortiga, concelho de Mação, faleceu no passado dia 11 o militante comunista Emílio de Matos Alexandre, factor da CP na estação do Rego, em Lisboa. Pertencia à célula da CP/zona de Lisboa e à sub-Comissão de Trabalhadores (linha de Sintra) da empresa ferroviária.

Júlio Rosa Marrazes

Membro do PCP desde 1974, faleceu o camarada Júlio Rosa Marrazes, de 45 anos. Foi membro da Comissão Concelhia do Partido na Marinha Grande. Actualmente integrava a Comissão de Freguesia, sendo responsável pela respectiva SIP. Era funcionário do Sindicato da Indústria Vidreira.

Luís Oliveira Pêgas

Recentemente, na sequência de prolongada doença, faleceu o nosso camarada Luís Oliveira Pêgas, de 56 anos. Trabalhava na Câmara Municipal, era membro da Comissão Concelhia de Palmela do PCP, na qual, durante vários anos, deu importante contribuição no trabalho do Partido.

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo da redacção do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Nacional

Espectacular subida da CDU em Maceda

A espectacular subida da CDU nas eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Maceda, no concelho de Ovar, permite que se considere esta força política a verdadeira vencedora deste acto eleitoral, apesar de o PSD ter obtido a maioria.

Na verdade a CDU passou em Maceda nuns escassos 14 meses, de 118 votos para 464, obtendo assim 40,3% dos votos e conquistando quatro dos nove lugares em disputa num órgão onde nunca tinha tido qualquer representação. Em contrapartida o PSD, força hegemónica na freguesia desde as últimas eleições gerais, apesar de ter conseguido cinco lugares, registou menos 155 votos que há 14 meses e perdeu cerca de 20% dos votos então recolhidos.

Como refere uma nota da SIP da Comissão Distrital de Aveiro do PCP, «com este magnífico resultado a CDU viu reconhecido por parte importante da população a justeza do seu papel interveniente, firme e sereno em todo o processo conturbado que conduziu à queda da Junta e a esta eleição, papel que deu particular significado ao lema da campanha, que era **Maceda precisa da CDU**. Certamente que os quatro eleitos saberão corresponder à confiança manifestada».

Recorde-se que as eleições foram convocadas na sequência da destituição da anterior Junta de Freguesia pelo Governo Civil de Aveiro, dando provimento à acusação de irregularidades praticadas por dois membros da Junta anterior.

Como também sublinha o comunicado da SIP de Aveiro do PCP, «para além do significado local destas eleições é necessário sublinhar que, num contexto de grande campanha contra o PCP, a CDU conseguiu, no distrito de Aveiro e pela segunda vez em pouco mais de um mês, significativo reforço em eleições intercalares para Assembleias de Freguesia. Tanto Maceda, agora, como Arões em 8 de Agosto passado, dão consistência às boas perspectivas que agora surgem para as eleições autárquicas a realizar no próximo ano».

***Os escândalos acumulam-se** na Câmara Municipal de Setúbal (na foto, edifício dos Paços do Concelho)*

Novo escândalo na Câmara de Setúbal

A actual gestão da Câmara Municipal de Setúbal, fruto de uma aliança oportunista PS/PSD nas últimas eleições autárquicas com o objectivo confesso de «desalojar os comunistas», continua a somar irregularidades e escândalos. Uma nota dos vereadores da CDU na CMS denuncia os mais recentes «episódios» desta história mal contada.

Diz a nota:

«Os vereadores da CDU, desde o início do actual mandato, têm assumido uma posição responsável sobre a actividade geral da Câmara Municipal de Setúbal, não só no domínio das competências que lhes estão delegadas na gestão dos seus pelouros, como numa atitude atenta e rigorosa face à actuação da coligação PS/PSD.

Ainda no ano de 1986 a CDU insistiu com o presidente da Câmara, Mata Cáceres, para esclarecer os fundamentos do pagamento ao vereador Federico Nascimento, do PSD, de um subsídio mensal, escandalosamente superior ao que lhe é devido.

«O subsídio mensal que o vereador Federico Nascimento está a receber na Câmara Municipal corresponde à acumulação das remunerações enquanto professor efectivo na Escola Secundária de S. Julião, de arquitecto no Parque Natural da Arrábida e ainda como empresário em nome individual.

«Foi mesmo necessário que o caso fosse levado pela CDU às sessões públicas da Câmara, que aprovou por unanimidade uma proposta que vinculou o presidente a apresentar o regime de remunerações dos vereadores a tempo inteiro, designadamente do vereador Federico Nascimento.

«Apesar de vinculado por uma decisão camarária, mesmo assim, porém, o presidente da Câmara, Mata Cáceres, não deu qualquer resposta satisfatória, aproveitando, como é seu hábito, para insultar os vereadores da CDU, numa clara manobra de diversão, na tentativa de abafar as irregularidades e o escândalo.»

E prossegue a nota:

«Face a esta inércia do presidente da Câmara, a CDU decidiu levar o assunto à Assembleia Municipal.

Só então, confrontado com as interpelações feitas, o presidente da Câmara se viu obrigado a esclarecer a situação.»

E a CDU recorda:

«Já em Maio de 1988 o presidente da Câmara, Mata Cáceres, tinha em sua posse pareceres jurídicos e provas documentais que comprovavam, as ilegalidades cometidas, pelo vereador do PSD, mas mesmo assim, na esperança de que alguém o ajudasse a salvar a face, pediu um parecer às autoridades competentes. Porém o referido parecer mais não fez que confirmar as ilegalidades cometidas pelo vereador do PSD a coberto de despachos do sr. presidente da Câmara. É sintomático que o presidente da Câmara, tradicionalmente exuberante, tenha na sessão pública de hoje apresentado este último parecer, visivelmente comprometido, limitando-se a pronunciar algumas curtas palavras que ninguém entendeu e mudando rapidamente de assunto.»

E a nota conclui:

«A CDU não desistirá até que a legalidade seja reposta e para isso entende que a Câmara deve deliberar no sentido de obrigar o vereador do PSD a repor as verbas indevidamente recebidas.» Alem do mais «não desistirá a CDU, como já o fez noutros casos, de denunciar outras ilegalidades detectadas e em fase de averiguação.»

Medidas CDU para o Chiado

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Lisboa apresentaram na passada segunda-feira duas iniciativas para a resolução dos problemas causados pelo incêndio do Chiado, a primeira das quais «visa o realojamento condigno das famílias que viram as suas habitações atingidas pelo fogo, realizando contratos de arrendamento temporário de fogos devolutos, tanto quanto possível próximos das antigas residências. As rendas devem ser calculadas de acordo com os critérios sociais definidos para os fogos municipais, suportando a Câmara o excedente». A mesma proposta prevê a «atribuição de um subsídio para reequipamento domiciliário, com recurso ao fundo de solidariedade».

A outra iniciativa dos vereadores da CDU da Câmara Municipal de Lisboa traduz-se pela exigência do cumprimento das deliberações já tomadas, nomeadamente o pedido de declaração de área crítica para a zona atingida pelo incêndio.

Também a entrada em funções da comissão de vereadores que deverá acompanhar o processo de reconstrução e a salvaguarda dos interesses de todos os afectados, proprietários, comerciantes, habitantes e trabalhadores, para os vereadores da CDU é necessário elaborar um regulamento para a gestão do fundo de solidariedade, que salvaguarde a transparência da sua utilização quer perante a Câmara, quer perante a opinião pública.

Com esta iniciativa «pretende-se contrariar o estilo de gestão do presidente da Câmara, de tudo decidir e colocar o executivo perante factos consumados, de que o lamentável arranjo da rua do Carmo é um trágico exemplo».

Juventude

JCP e o acesso ao Ensino Superior

***Violando a sua própria legislação**, o Governo de Cavaco Silva «afunila» cada vez mais o acesso à universidade (na foto, Reitoria da Faculdade de Letras de Lisboa)*

Governo viola as suas próprias leis!

«A aprovação de um diploma sobre acesso ao Ensino Superior por parte do Governo sem auscultação prévia das Associações de Estudantes constitui uma violação frontal da Lei 33/87 de 11 de Julho. Só o receio de uma justa reacção dos estudantes face ao conteúdo negativo de semelhante diploma explicam a atitude prepotente do Governo que demonstra o carácter ilusório e falsificador do seu conceito de diálogo», denuncia a JCP em nota à Imprensa, que prossegue:

«O diploma agora aprovado mantém o *numerus clausus* enquanto forma de restrição quantitativa, ignora os preceitos constitucionais sobre o acesso ao Ensino Superior, introduz pesadas limitações adicionais como o exame geral de admissão e a adopção de critérios que abrem as portas ao arbítrio e agravavam a incerteza no acesso ao Ensino Superior.»

«O presente diploma, a ser aplicado, tornaria mais difícil o acesso ao Ensino Superior, agravaria o seu carácter selectivo e socialmente injusto», conclui o comunicado da JCP, que é assinado pelo Secretariado da sua Direcção Nacional.

Sorteio na Festa

030 é número da sorte. E dá direito a um conjunto de maples em bambu de quatro peças, sorteado no *stand* da **Guiné-Bissau** na Festa do «Avante!», em Loures.

Internacional

Parlamento Europeu

A condenação da Indonésia

O Parlamento Europeu votou favoravelmente, na passada quinta-feira, o relatório Van Der Heuvel sobre Timor-Leste, onde se condena a ocupação ilegal deste território pela Indonésia e se apoia o direito do povo maubere à autodeterminação.

A votação deste relatório — com apenas 16 votos contra — constitui, como foi já afirmado pela FRETILIN e pela UDT, «uma grande derrota para a Indonésia» e «mais um importante passo» na luta do povo timorense.

Ao votar favoravelmente o relatório apresentado pela eurodeputada holandesa, o Parlamento Europeu exorta os Estados-membros da Comunidade Económica Europeia a tomarem iniciativas que contribuam para a retirada das tropas indonésias de Timor, propondo nomeadamente a suspensão de venda de armamento a Djakarta «até que esta ponha termo à ocupação ilegal de Timor-Leste». Um negócio onde a Espanha, a República Federal da Alemanha e a França têm grandes interesses.

poente com a insultuosa acusação formulada por um dos conservadores que visitara a Indonésia, o deputado inglês Brian Cassidy, que falou de uma «mafia portuguesa».

Acusação tão grave que levou à substituição do deputado e à apresentação «formal» de desculpas.

A resolução

Para além dos pontos que já focámos — a condenação da ocupação e o apoio à autodeterminação, e ainda a suspensão de venda de armamento à Indonésia — o relatório condena ainda a política do ocupante de manter Timor-Leste isolado do exterior e solicita a Djakarta que autorize as organizações internacionais de auxílio e de defesa dos direitos do Homem a terem uma total liberdade de movimentos.

No que se refere à política da Comunidade em relação a Timor, o relatório encarrega a Comissão Europeia de cooperar com as organizações internacionais, nomeadamente na prestação de auxílio adequado, tanto a Timor-Leste, como aos refugiados timorenses em Portugal e na Austrália. Solicita também a esta instância da CEE que tenha em conta a situação do povo maubere nos seus contactos com as autoridades indonésias.

Para chegar a estas conclusões, o relatório parte de uma série de pressupostos, nomeadamente que os direitos do Homem em Timor-Leste continuam a ser gravemente violados e que está a ser destruída a identidade cultural do povo maubere.

Portugal

Um dos pressupostos necessários para as conclusões a que chegou a deputada holandesa Van Der Heuvel, e os seus pares do Parlamento Europeu ao votarem favoravelmente e de forma indiscutível o seu relatório, é de que Portugal, por força da sua Constituição, está vinculado a promover e garantir o acesso à independência de Timor-Leste.

O mesmo assunto é referido num telegrama enviado pelo Secretariado do Comité Central do PCP ao Comité Central da FRETILIN, por ocasião da votação do relatório (ver caixa), onde se afirma que «o PCP, solidário com a FRETILIN e com a luta do povo maubere, considera mais necessário do que nunca o cumprimento, por parte de todos os órgãos de soberania portugueses do artigo 280.º da Constituição da República, no sentido de assegurar a independência ao povo de Timor-Leste».

A este propósito, refira-se uma carta enviada pelo comandante da guerrilha em Timor-Leste, Xanana Gusmão, às autoridades portuguesas (nomeadamente ao primeiro-ministro e ao presidente da Assembleia da República), onde se sublinha que «o facto de 200 mil timorenses terem morrido em defesa da sua pátria e o facto de uma resistência armada timorense, sem apoio do exterior, entrar já no seu 13.º ano, não podem reduzir a luta à obtenção de um frágil estatuto de autonomia ou de uma simples preservação de laços culturais».

E agora?

A aprovação deste relatório indiscutivelmente condenatório da ocupação ilegal de Timor-Leste, representa um crescente isolamento das posições da Indonésia. Só que, como se sabe, as decisões do Parlamento Europeu, não têm um carácter vinculativo para a política da Comunidade.

Texto do telegrama enviado pelo Secretariado do Comité Central do PCP ao Comité Central da FRETILIN:

«Os comunistas portugueses saúdam o êxito obtido pelo povo maubere consagrado na votação no Parlamento Europeu condenatória da ocupação indonésia de Timor-Leste.

«O PCP, solidário com a FRETILIN e com a luta do povo maubere, considera mais necessário do que nunca o cumprimento por parte de todos os órgãos de soberania portugueses do Art.º 280 da Constituição da República no sentido de assegurar a independência ao povo de Timor-Leste.

«O PCP apela à opinião pública portuguesa para manifestar o seu apoio e solidariedade à luta do povo maubere pelos seus direitos nacionais contra o ocupante indonésio.»

Lisboa, 16.9.88

Manobras de bastidores

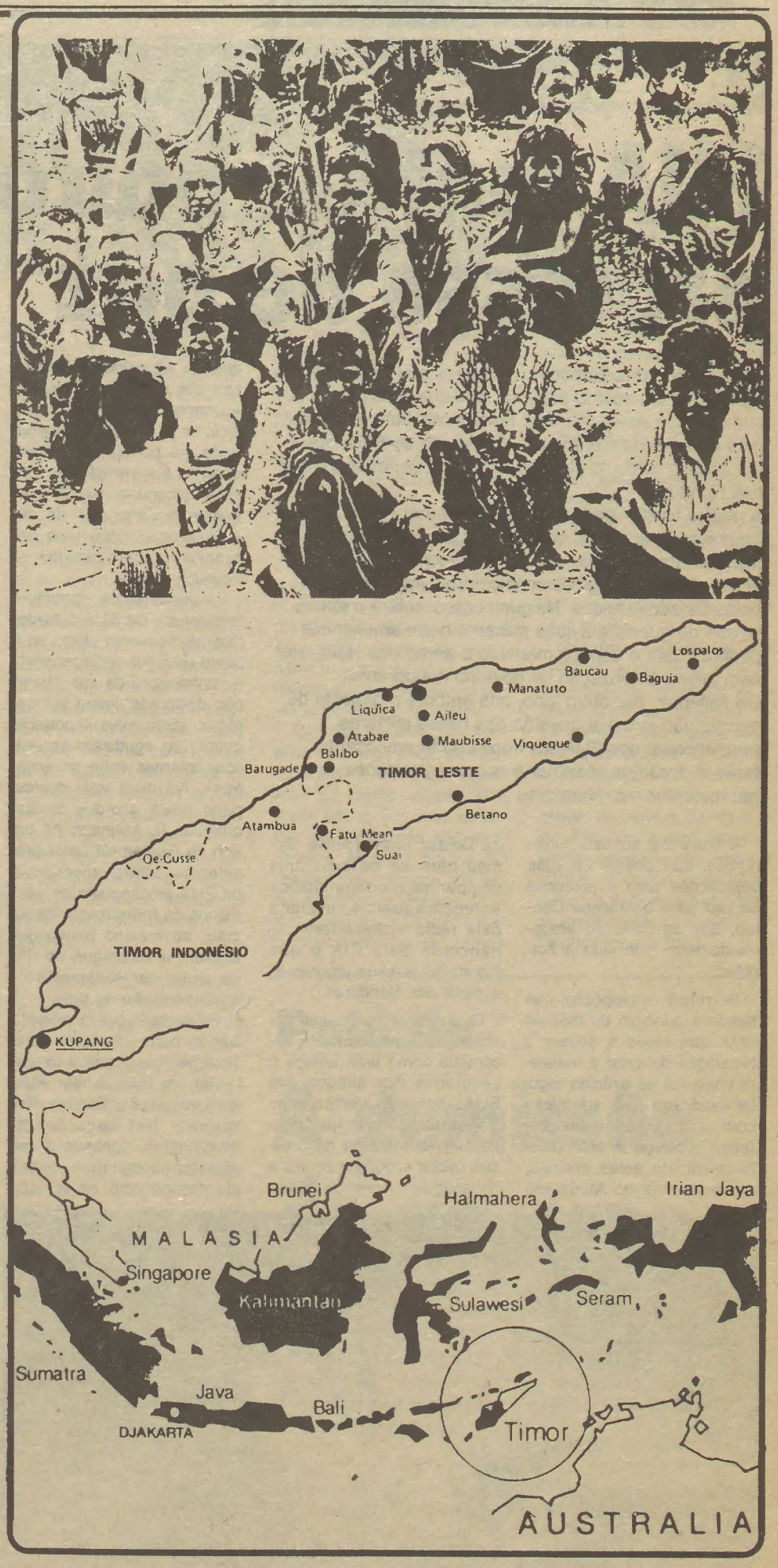
Até ao último momento — e depois da derrota política sofrida no seio do Movimento dos Não Alinhados — a Indonésia tudo fez para tentar impedir a votação do relatório, tendo o seu embaixador em Bruxelas e outros funcionários diplomáticos desenvolvido todos os esforços de bastidores para que tal fosse possível.

Estas manobras tiveram a sua expressão no Parlamento através da intervenção de quatro deputados, três conservadores e uma socialista da RFA, que há cerca de um mês visitaram a Indonésia.

O seu primeiro objectivo, foi o de adiar a votação do relatório, como já o afirmámos. Ao ver que tal era impossível, a solução encontrada foi a de o desvirtuar, propondo diversas alterações ao seu conteúdo.

«Essas propostas — afirmou o deputado comunista Barros Moura na declaração de voto dos deputados portugueses eleitos pelo PCP — neutralizariam o que o Parlamento quis deixar claro, ou seja, que condena a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia».

Foram manobras que — em termos de opinião pública — tiveram o seu máximo ex-



10 pontos por Timor-Leste

1

• Condenação da ocupação ilegal pela Indonésia e apoio à autodeterminação do povo maubere.

2

• Condenação do isolamento forçado de Timor-Leste em relação ao exterior.

3

• Exigência de que Djakarta autorize a livre circulação no território ocupado das organizações internacionais de auxílio e de defesa dos direitos do Homem.

4

• Pelo cumprimento das disposições internacionais relativas aos direitos do Homem em Timor-Leste.

5

• Afirmação de que os Estados-membros contribuam para a retirada das forças de ocupação indonésias e para que sejam respeitados os direitos fundamentais do povo maubere, nomeadamente o seu direito à autodeterminação. Que os Estados-membros apoiem os esforços do secretário-geral das Nações Unidas para que estes objectivos sejam atingidos.

6

• Que o Conselho de Ministros da CEE tome iniciativas para que, após um período transitório, consiga a realização de um referendo em Timor-Leste que decida sobre o futuro do território.

7

• Que a Comissão Europeia tenha em conta a situação no território ocupado, em todos os seus contactos com as autoridades de Djakarta.

8

• Que a Comissão conceda auxílio adequado a Timor-Leste e aos refugiados timorenses em Portugal e na Austrália.

9

• Que a Comissão informe o Parlamento Europeu, dentro de seis meses, sobre os progressos obtidos.

10

• Que a resolução agora aprovada seja transmitida ao Conselho de Ministros da CEE, à Organização das Nações Unidas, ao Movimento dos Países Não-Alinhados, ao governo da Indonésia e ao governo da Austrália.

Internacional

América Central

EUA tentam boicotar processo de paz

Os governos dos Estados Unidos e das Honduras estão a preparar um acordo especial cujo objectivo é o de aumentar a presença militar norte-americana naquele país da América Central e o de permitir ao Pentágono um acesso ilimitado aos aeródromos e portos marítimos das Honduras.

A notícia foi divulgada há dias pelo jornal «San Francisco Examiner», que esclarecia que o acordo prevê a interdição do acesso de personalidades oficiais hondurenhas às regiões consideradas importantes pelos Estados Unidos. Nalguns casos, refere o jornal, navios de guerra e aviões militares norte-americanos poderão usar o espaço marítimo e aéreo das Honduras sem prévia autorização do governo hondurenho.

De salientar, por outro lado, que embora o projecto de acordo não inclua a questão das bases militares permanentes dos EUA, as tropas norte-americanas terão o direito de construir e ocupar instalações permanentes nas Honduras.

A confirmar-se esta informação, são óbvias as suas implicações para o processo de paz para a América Central, que os EUA tão empenhadamente têm vido a boicotar.

De referir, a propósito, que desde o princípio do mês os EUA têm vindo a acusar a Nicarágua de estar a transferir unidades do exército regular sandinista para a fronteira com as Honduras, numa pretensa ameaça a este país. Desmentindo estas notícias, um porta-voz do Ministério da Defesa nicaraguense afirmou tratar-se de mais uma campanha propagandística antinicaraguense, iniciada pela rádio «Liberacion», financiada pela CIA e que transmite os seus programas a partir das Honduras.

O objectivo dessa campanha é o de apresentar a Nicarágua como uma ameça à segurança dos aliados dos EUA, no caso vertente as Honduras, o que «justificaria» novas medidas de pressão militar e política contra a Nicarágua. Acresce ainda que os 16 milhões de dólares de ajuda militar aos «contras», no quadro do projecto-lei já aprovado pelo Senado, só poderão ser entregues se a administração norte-americana conseguir convencer o Congresso de que a Nicarágua criou uma «situação de emergência» na América Central.

As peças deste «complot» ajustam-se. Os EUA consideram as Honduras como uma ponta-de-lança indispensável à continuação da sua guerra não declarada contra a Nicarágua, tanto mais importante quanto se agudizam as divisões internas entre os «contras». No mais total desrespeito pelos acordos de Esquípulas II, assinado há um ano na Guatemala pelos presidentes centro-americanos, os EUA prosseguem os seus planos de militarização da região, ao mesmo tempo que acusam a Nicarágua de não se empenhar seriamente na implementação da paz.

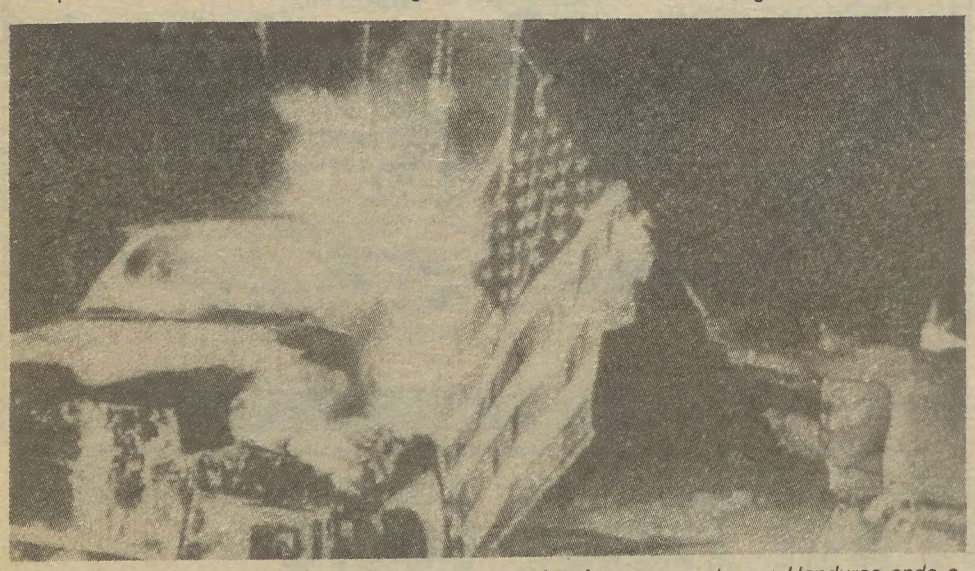
Cabe dizer que a administração norte-americana trava uma batalha contra o tempo.

Por um lado, o líder oficial dos «contras», Enrique Bermudez, fiel seguidor de Washington, continua a manifestar-se contra o reinício do diálogo com as autoridades nicaraguenses; por outro lado, Alfredo César, que integra o chamado «directorado» da oposição armada, afirma-se disposto a reatar as negociações directas com os sandinistas a fim de se chegar a um entendimento sobre o cessar-fogo definitivo, ameaçando mesmo demitir-se da organização se não lhe for dado apoio para prosseguir as conversações.

Sintomático é o facto do arcebispo de Manágua e presidente da comissão para a reconciliação nacional, cardeal Obando y Bravo, ter anunciado a semana passada a disposição dos dirigentes dos «contras» retomarem as negociações, numa aparente resposta à iniciativa sandinista de realizar na Guatemala um encontro prévio para a escolha do local do encontro a realizar em território nicaraguense em fins deste mês ou no início de Outubro.

Se não está claro, pela parte dos «contras», qual a posição que vai ser assumida nos próximos dias em relação às conversações de paz, não restam dúvidas quanto à disposição das autoridades de Manágua de reiniciar o diálogo. O que deixa a administração norte-americana, no momento em que a nível interno sobe de tom a campanha para as presidenciais, na necessidade de reconhecer a inevitabilidade do diálogo para a resolução pacífica dos problemas para a América Central ou, em alternativa, de cozinhar alguma provocação que forneça o pretexto para novos ataques à Nicarágua.

O anúncio do acordo com as Honduras, que no fundo trata de criar uma base jurídica para o que já existe, não deixa dúvidas quanto ao caminho escolhido pelos Estados Unidos. Pelo que cabe aos povos latino-americanos, e em particular ao das Honduras, um firme papel na defesa dos acordos de paz.



***As manifestações anti-americanas** têm vindo a ganhar força crescente nas Honduras onde o povo ganha consciência do papel que os EUA os levam a desempenhar contra a paz na América Central*

Chile diz "Não" a Pinochet

A fraude do referendo marcado para 5 de Outubro no Chile está em marcha. Todos os dias, Pinochet e os seus acólitos, servindo-se dos poderes do Estado, dos meios de informação, das manifestações de rua, da mais descarada demagogia, procuram aplanar o terreno que deve levar à «escolha» de Pinochet para mais um mandato de oito anos na presidência do país.

A capa de democraticidade com que se pretende cobrir a fraude eleitoral estala a cada minuto. A oposição é autorizada a organizar manifestações e comícios de rua que acabam por ser reprimidos pela polícia; os tempos de antena cedidos na televisão são cancelados por «ofensivos» à ditadura; jornalistas destacados passam quase diariamente pelas prisões; dirigentes políticos são sequestrados a par e passo.

Enquanto isso, Pinochet anuncia ofertas de dinheiro aos trabalhadores, manipula os números oficiais para fazer crer num pretenso «milagre económico» conseguido pelo seu regime, abafa com a repressão a miséria, o desemprego, a degradação das condições de vida da esmagadora maioria dos chilenos, esconde o desrespeito pelos direitos humanos e encena a rábula da «amnistia» aos exilados a quem contudo não são reconhecidos nenhuns direitos como cidadãos do Chile.

Para já, o que pode dizer-se é que as manobras de Pinochet conseguiram levar à unidade das principais forças da oposição. Dezasseis partidos políticos, do Partido Comunista à Democracia Cristã, integram o **Comando Nacional pelo Não**, organismo que vem conduzindo uma crescente acção de massas contra a ditadura.

As manifestações realizadas no passado dia 11 de Setembro, aniversário do golpe de Estado que há 15 anos derrubou o governo popular de Salvador Allende, tiveram este ano mais do que um carácter simbólico — foram o testemunho vivo da disposição do povo chileno de prosseguir a sua luta contra a ditadura e pelo restabelecimento da democracia plena no Chile, servindo-se para tal de todos os meios ao seu alcance, incluindo a pretensa consulta eleitoral.

Com imaginação, criatividade, espírito de luta e confiança no futuro, as forças da oposição — apesar do muito que continua a dividi-las — estão a levar a cabo no Chile uma verdadeira maratona de desmascaramento da ditadura. A que não falta, nem podia faltar, o apoio internacional, como sucedeu na semana cultural «pela vida e pela liberdade» em que participaram 14 países e as mais variadas personalidades do mundo dos espectáculos, das artes, das letras e da cena política, quer enviando mensagens, quer estando presentes na iniciativa que levou o nome de «Chile crea».

«Chile crea», uma iniciativa que assinalou o aniversário da morte de Pablo Neruda lembrando as suas palavras:

...«tudo cantou e lutou para vencer na unidade do tempo que amanhece»...

Dívida externa impede progresso

A dívida externa dos países africanos constitui o maior obstáculo ao progresso económico do continente, dependendo da solução deste problema-chave o seu desenvolvimento, afirma o relatório do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, sobre a crítica situação de África. Segundo aquele documento, as obrigações do serviço da dívida, cujo montante rondou em 1987 os 29 mil milhões de dólares, deverá aumentar, até 1995, para 45 mil milhões. Entretanto, em 1986, o Produto Interno Bruto (PIB) de África aumentou apenas 1 por cento e, no ano passado, baixou para 0,8 por cento, enquanto o rendimento «per capita» decresceu 2 e 2,3 por cento, respectivamente.

Também na América Central a dívida externa, que é de 15 mil milhões de dólares, constitui um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos países da região. Numa reunião dos ministros das Finanças da Nicarágua, Costa Rica, Guatemala, Honduras e El Salvador, recentemente realizada na Cidade da Guatemala, foi decidido desenvolver esforços conjuntos nas negociações com o Fundo Monetário Internacional no sentido de rever as condições do pagamento da dívida externa.

De acordo com a declaração divulgada no final da reunião, os ministros debateram a hipótese de uma ajuda financeira aos países centro-americanos na concretização dos seus programas económicos, bem como a problemática das relações comerciais regionais.

Atrocidades da Renamo

Mais de 300 mil famílias moçambicanas, incluindo 200 mil crianças, perderam os seus lares e meios de sobrevivência na sequência das acções terroristas da autodenominada «Resistência Nacional Moçambicana», afirmou recentemente João Leopoldo, delegado de Moçambique ao terceiro congresso sobre os víveres e a alimentação em África realizado em Harare.

Segundo aquele representante, as atrocidades da Renamo atingiram, de um ou outro modo, cerca de seis milhões de pessoas, o que representa mais de trinta e três por cento da população do país. Os bandidos armados, disse, destruíram 720 postos médicos, 248 escolas e cerca de 900 lojas na zona rural.

João Leopoldo afirmou ainda que as comissões criadas pelo governo moçambicano efectuaram, de Janeiro a Junho deste ano, estudos sobre o problema alimentar na RPM, sendo a situação a seguinte: na província de Zambézia passam fome 26,3 por cento dos habitantes; no Tete, 14,3 por cento e, em Inhambane, 9,1 por cento. Salientando que a situação alimentar é extremamente grave nas províncias de Nampula, Gaza e Maputo, João Leopoldo fez notar que em várias regiões foi impossível recolher dados precisos devido às acções da Renamo.

Desmond Tutu apela ao boicote eleitoral

O «apartheid» é um monstro impossível de ser reformado; é preciso erradicá-lo da África do Sul — afirmou há dias o arcebispo sul-africano Desmond Tutu, num comício na Universidade Western Cape, onde voltou a apelar ao boicote às eleições autárquicas previstas para o próximo mês de Outubro.

Estas eleições, em que se prevê a votação em separado dos diversos grupos étnicos, visam, segundo Tutu, perpetuar a opressão dos 25 milhões de africanos da África do Sul.

A polícia já apreendeu gravações com a intervenção do arcebispo, que corre o risco de ser condenado a uma pena de dez anos de cadeia por violação das leis do estado de emergência. A título «preventivo» foram presas 27 pessoas que apelaram ao boicote às eleições.

Entretanto, a Universidade de Bolonha, outorgou há dias o título de doutor «honoris causa» a Nelson Mandela, dirigente do Congresso Nacional Africano da África do Sul, condenado pelo «apartheid» a prisão perpétua.

Recorda-se que Nelson Mandela foi transferido, no passado dia 12 de Agosto, da prisão para o hospital, para ser tratado a uma tuberculose contraída na prisão. O dirigente do ANC conta 70 anos e está preso há mais de um quarto de século.

Irão entrega presos de guerra

O Irão entregou a semana passada 72 presos de guerra iraquianos doentes, feridos e outros de idade avançada, a representantes do Comité Internacional da Cruz Vermelha, em Teerão, para posterior repatriação. Num comunicado desta organização, refere-se que o gesto foi empreendido pelo Irão a título unilateral e independentemente da solução geral da questão sobre a libertação e repatriação de todos os presos de guerra.

Internacional

Gorbatchov em Krasnoiarsk

Novas propostas da URSS para a paz

«Propomos criar na base do radar de Krasnoiarsk um Centro de Cooperação Internacional para o aproveitamento do espaço com fins pacíficos. E incluí-lo no sistema da organização espacial mundial, cuja ideia foi aceite por círculos prestigiados do Ocidente. Estamos dispostos a consultar os cientistas de todos os países que mostrem interesse pelo projecto.

«É a nossa resposta às preocupações do Ocidente relacionadas com o radar de Krasnoiarsk».

Esta uma de entre múltiplas propostas nestes dias (8 a 16 de Setembro) avançadas por Mikhail Gorbatchov, quando discursava em Krasnoiarsk, na Sibéria Oriental. Dois anos depois das propostas feitas em Vladivostok, um convite a «todos os interessados a pensarem num programa de reestruturação das relações entre os Estados desta região do mundo», o continente Asiático, o Pacífico, o Índico.

Dois anos depois Que balanço?

O resumo feito por Gorbatchov destes dois anos, é claramente positivo: «apesar de ter decorrido pouco tempo após a apresentação das iniciativas de Vladivostok, vemos que nesta vasta região se desenvolve agora um processo sadio, incontestavelmente positivo e de grande futuro, que confirma a interligação e identidade dos interesses nacionais e universais, uma cada vez maior compreensão da integridade do mundo em que vivemos».

No balanço, Gorbatchov assinala que «os Estados Unidos têm expresso certas hesitações a este respeito e tentam semear a incerteza entre os povos e governos dos países da Ásia e do Pacífico. Os próprios Estados desta região, porém, têm dado provas de uma maior compreensão da essência da nossa política».

«A título de exemplo citarei a solução do **problema afegão**, a qual exerceu uma forte influência nos processos que decorrem nos países da Ásia e do Pacífico e no sentido de que os Governos e Estados desta região passassem a ter maior objectividade na apreciação da nossa política.

É sobejamente reconhecido que **o próprio facto de serem concluídos os acordos de Genebra beneficiou a busca das vias de solução para outros conflitos regionais.**

Assiste-se agora a progressos sensíveis na **questão Kampucheana** mercê dos esforços desenvolvidos pelo Kampuchea, Vietname, Laos, Indonésia e por outros países da ASEAN. O recente encontro informal de Jacarta foi um importante acontecimento, que proporcionou exemplos edificantes.

A União Soviética prontifica-se continuar a contribuir para o alcance mais rápido de acordos sobre o Kampuchea. Conversações directas entre a China e o Vietname poderiam desempenhar um importante papel na questão Kampucheana e na melhoria da situação na Ásia.

Cessou a trágica guerra devastadora irano-iraquiana, iniciada há oito anos. A comunidade internacional acolheu com alívio esta notícia. Penso que devemos render homenagem, e não só neste caso, à Organização das Nações Unidas e ao seu secretário-geral.

É magnífico e razão para satisfação que a ONU tenha voltado a adquirir força e prestígio. Fazemos tudo para elevar este prestígio e o papel desta organização internacional.

Esperamos que os processos iniciados agora no **Médio Oriente** contribuam igualmente, para desfazer este nó. Nos últimos dois anos foi elaborada uma via adequada, segundo consideram muitos dirigentes, isto é, a convocação de **uma conferência internacional**, como meio para a resolução da situação nesta região.

A situação continua complexa na **Península da Coreia**, embora se delineiem neste domínio possibilidades de diálogo entre o Norte e o Sul.

Sete novas propostas

Já tive oportunidade de dizer e até mesmo lembrar, quando este aspecto foi ignorado que a União Soviética é a favor da participação plena dos **Estados Unidos** nos assuntos da Ásia e da região do Pacífico, por uma participação digna da sua posição e possibilidades políticas e económicas. Mas desde que seja uma participação equitativa, sem pretensões de grande potência nem recurso a métodos de força, cujo lugar deve ser remetido para os livros de História.

O abrandamento da tensão, a redução dos armamentos e a respectiva alteração da política militar constituem a chave do saneamento da situação naquela vasta região e em todo o mundo.

O tratado «INF» ajudou a abrir a primeira brecha no confronto militar também nesta região. Para a Ásia, região em que armas atómicas foram utilizadas contra a população civil, este acontecimento reveste-se de um sentido simbólico. E nós estamos prontos a procurar novas posições para avançarmos neste sentido.

Para fazer avançar «a causa da segurança asiática, a direcção soviética apresenta **uma série de novas propostas»**.

Primeiro: A União Soviética, compreendendo a preocupação dos países asiáticos e do Pacífico, não irá aumentar nesta região a quantidade de quaisquer **armamentos nucleares**, como aliás tem feito há já algum tempo, e exorta os EUA e as demais potências nucleares a não instalar nenhuma quantidade complementar dessas armas na região.

Segundo: A União Soviética convida as principais potências navais desta região a consultas sobre o não-aumento numérico das **forças navais** na região.

Terceiro: A URSS sugere debater a nível multilateral a redução da **contraposição militar** nas regiões vizinhas dos litorais da URSS, da RP da China, do Japão, da República Popular Democrática da Coreia e da Coreia do Sul, tendo por objectivo congelar e reduzir proporcionalmente os níveis das forças navais e aéreas, assim como limitar a actividade das mesmas.

Quarto: Se os EUA procederem à liquidação das bases militares nas Filipinas, a URSS estará pronta a renunciar ao posto de assistência técnico-material da sua esquadra na enseada de Kamran, entrando previamente em acordo com o governo da RS do Vietname.

Quinto: A URSS, no interesse da segurança das comunicações marítimas e aéreas na região, propõe elaborar em conjunto as **medidas de prevenção dos incidentes no alto mar e no respectivo espaço aéreo.** Na elaboração destas medidas poder-se-ia utilizar a experiência dos já existentes entendimentos bilaterais soviético-americanos e soviético-britânicos, assim como o Tratado tripartido EUA-URSS-Japão.

Sexto: A URSS propõe convocar em **1990**, o mais tardar, **uma conferência internacional sobre a transformação do Oceano Índico numa zona de paz.** Como se sabe, a **ONU** concluiu na generalidade os trabalhos preparatórios desta conferência.

Sétimo: A URSS propõe debater, a qualquer nível e com qualquer composição, a **criação de um mecanismo de negociações para examinar as propostas soviéticas e todas as demais propostas referentes à segurança da região da Ásia e do Pacífico. Estes debates poder-se-iam iniciar entre a URSS, a China e os EUA,** com **países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.**

Suécia

Eleições para o Parlamento

Um claro não à direita

Os sociais-democratas obtiveram, com os comunistas, a maioria absoluta no Parlamento da Suécia, nas eleições realizadas no passado domingo. Esta vitória eleitoral é acompanhada de um sério recuo da direita, que no conjunto perde 20 deputados.

De acordo com os resultados finais, o Partido Social-Democrata do actual primeiro-ministro Ingvar Carlsson (que substituiu Olof Palme, depois do seu assassinato) obteve 43,7% dos votos e 157 lugares no Parlamento (menos 2). O Partido da Esquerda — os Comunistas da Suécia (VKP) teve 5,9% dos votos e 21 lugares (mais 2) sendo assim a única organização que tinha representação parlamentar a aumentar a percentagem de votos e o número de deputados. Os conservadores (Moderater), a organização mais votada da direita, obteve 18,3% dos votos e 66 lugares (menos 10). Os Verdes (Partido do Meio Ambiente) conseguiram 5,5% (mais 4), e entram assim pela primeira vez no Parlamento com 20 lugares. É a primeira vez que, nos últimos 70 anos, um Partido sem representação parlamentar consegue ultrapassar a barreira dos 4% e constituir novo grupo parlamentar.

Os resultados das eleições na Suécia confirmaram a social-democracia no poder (mas sem maioria absoluta). E, o que é particularmente importante, uma demarcação do eleitorado em relação à direita. De salientar também, naturalmente, o peso crescente que vai assumindo um determinado tipo de preocupações que ainda não há muito eram generalizadamente ignoradas: em particular as relativas à preservação do meio ambiente.

A recusa de uma política de direita tem vindo a acentuar-se após um difícil período que marcou a vida política do país entre 1976 e 1982.

Neste período os chamados partidos burgueses — conservadores, liberal e centrista —, dirigiram os destinos do país. Com resultados particularmente gravosos em particular para os trabalhadores suecos: endividamento externo, exportação e fuga de capitais, estagnação dos investimentos produtivos, aumento dos despedimentos colectivos, deterioração da qualidade dos serviços de saúde, degradação das condições de vida dos reformados e das mais amplas massas da população.

Nem todos estes problemas serão exclusivamente atribuíveis à direcção conservadora de então (após 44 anos de governo social-democrata). Há que não escamotear a própria lógica da evolução — e das crises — do sistema capitalista. Os problemas agravaram-se com os governos de direita, mas não surgiram com eles. Se entre 1968 e 1979 o número de desempregados duplicou — isso significa necessariamente que o desemprego já se havia agravado com os sociais-democratas.

Entretanto a política de direita, abertamente antipopular, gerou o maior movimento grevístico de sempre no país. Em 1980 um milhão de trabalhadores esteve em greve na Suécia. No auge da luta quase 85% da indústria estava paralisada.

O sentido dessas lutas é agora uma vez mais confirmado nas urnas. O povo sueco não quer a direita no poder.

Polónia

A demissão do governo

O primeiro-ministro polaco, Zbigniew Messner, apresentou a demissão do governo que chefia ao parlamento polaco (Dieta). Na base deste pedido de demissão está o agravamento de problemas económicos e sociais, sem que entretanto se tenha decididamente conseguido avançar com adequadas medidas de resposta.

Messner exercia funções de chefe de governo desde Novembro de 1985, e pode-se dizer que assumiu tal cargo num momento em que já eram sensíveis sintomas negativos na economia, após um período de franca recuperação.

O novo governo deverá ser apresentado ainda este mês, numa sessão especial da Dieta a realizar a 28. A reunião do parlamento polaco será precedida de uma reunião do Comité Central do Partido Operário Unificado da Polónia (POUP).

A demissão do governo não é surpresa. Vem na sequência das análises e questões levantadas no 8.º plenário do CC do POUP, recentemente realizado.

Tal como referimos no «Em Foco», na conversa com o camarada Krausz, que integrou a delegação do POUP na nossa Festa, a análise da evolução socio-económica do país, avançada nesta reunião plenária do POUP, apontava para a urgente necessidade de elaboração de um plano de consolidação da economia nacional, tecendo-se simultaneamente críticas à política de preços-salários que havia sido praticada.

O plenário não tomou então qualquer decisão relativamente a uma proposta da Federação Sindical para a substituição do governo, por esta competir à Dieta, e não ao plenário do POUP.

Ninguém espera que o processo de reformas económicas em curso venha a ser fácil. Não apenas por se tratar de transformações profundas que passam por uma redistribuição de rendimentos. Mas porque as bases de partida são difíceis, marcado que ainda está todo o país pela crise de 81. E porque no plano económico-financeiro, a dívida pesa particularmente: 40 mil milhões de dólares (20 mil milhões correspondem à dívida propriamente dita e os outros 20 mil milhões aos juros).

Neste quadro, a necessidade do mais amplo acordo para se avançar com as reformas económicas ganha um carácter premente.

Por isso, na já referida conversa com o camarada Krausz, se sublinha a ligação entre reforma económica e aprofundamento da democracia e a necessidade de «encontrar plataformas de entendimento» entre todos os que querem resolver os problemas do seu país.

É nesta óptica que se insere a demissão do actual governo polaco. Trata-se, nas palavras de Messner, de «tornar mais fácil à Dieta tomar decisões apropriadas na actual situação».

Internacional

Golpes de Estado na Birmânia e no Haiti

A Birmânia e o Haiti sofreram no passado fim-de-semana golpes de Estado conduzidos por militares que culminaram, nos dois casos, em longos períodos de agitação social e política de contestação aos poderes instituídos.

De comum, os dois países — a Birmânia na Indochina e o Haiti nas Caraíbas — têm o facto de se encontrarem a braços com graves problemas económicos e sociais; de viverem desde há muito submetidos a regimes contestados internamente, onde a acção dos militares é predominante; e dos prórios golpes de Estado terem sido conduzidos por elementos integrantes das forças no poder.

As comparações, que não devem fazer perder de vista o facto de se estar perante realidades bem distintas, podem ainda estender-se às promessas feitas pelos responsáveis dos golpes de Estado — nos dois casos, as promessas de democracia e de eleições livres apareceram nos primeiros comunicados tornados públicos tanto em Rangum como em Port-Au-Prince.

Lembremos, numa breve síntese, o desenrolar dos acontecimentos nos dois países.

Na Birmânia, o golpe militar foi liderado pelo ministro da Defesa, Saw Maung, de 59 anos, nomeado em Julho passado pelo deposto presidente Ne Win aquando da remodelação do governo do chamado Partido do Programa Socialista da Birmânia (PPSB). A remodelação havia sido decidida face ao agravamento dos protestos sociais contra o partido no poder há quase três décadas. Entre as medidas então anunciadas é de referir a decisão de exigir a saída do PPSB de todos os militares e funcionários públicos, com o objectivo de alcançar um consenso entre governo e forças da oposição para levar a cabo eleições multipartidárias.

Segundo alguns analistas, aquela medida terá despoletado o golpe militar de domingo; segundo outros, o golpe não passará de uma manobra encapotada do dirigente Ne Win, numa tentativa de evitar a formação de um governo provisório que supervisionasse as eleições, anunciadas para o final do ano.

Os dados disponíveis são ainda insuficientes para avançar uma conclusão segura; de concreto, o que se sabe é que o exército prometeu realizar eleições livres, democráticas e multipartidárias, *depois* de «restaurar a lei e a ordem». O que não incluiu qualquer prazo.

A proclamação feita ao país, se tomada à letra, parece remeter qualquer acto eleitoral para um futuro incerto. Assim, enquanto por um lado se afirma que é mantida em funções a comissão já existente para supervisionar as prometidas eleições, por outro lado diz-se que estas se realizarão depois do exército «restaurar as leis, a ordem, a paz e a tranquilidade no país» e «garantir transportes seguros e eficazes e melhorar o nível de vida da população».

Dois objectivos para os quais a Organização para a Construção da Lei e da Ordem no Estado, formada por 19 militares de alta patente liderados por Saw Maung, precisará certamente mais do que os três meses previstos para o plebescito nacional.

Importa ter presente que a Birmânia, com os seus cerca de 37 milhões de habitantes, é uma República federal que se debate desde a independência, em 1948, com sérios problemas étnicos, a que não são estranhos os interesses poderosos que se movem nas montanhas do país, o famoso «triângulo dourado», ou seja, a mais importante região do mundo na produção de ópio e heroína.

As ligações entre o tráfico de droga e as influências políticas e militares nunca deixaram de se fazer sentir na Birmânia, utilizando em seu proveito quando necessário os sentimentos independentistas dos povos das montanhas. O governo do general Ne Win, no poder desde 1962 até domingo último, não conseguiu resolver estas contradições internas. O seu projecto de um «socialismo birmanês» não deu resposta às aspirações populares, cujos protestos foram sistematicamente abafados com a repressão, enquanto a nível de poder alastrava a corrupção e a ineficácia do aparelho administrativo.

As revoltas estudantis e protestos populares de 1975/76 deram origem a um vasto processo de depuração do PPSB, único partido autorizado, mas não resolveram os problemas económicos e sociais. Nos últimos meses, os confrontos de populares com o exército provocaram milhares de mortos e o país, segundo alguns analistas, esteve uma vez mais à beira de uma guerra civil.

É neste contexto que surge o golpe militar. Segundo se diz na proclamação feita ao país, «em função da situação de deterioração no país, as forças armadas assumiram todos os poderes para benefício do povo».

O futuro próximo o confirmará. Ou não. De imediato, a repressão continua nas ruas de Rangum, onde se estima que o número de mortos e feridos ascende já a meio milhar, todos os órgãos do Estado foram dissolvidos, proibidas todas as manifestações e imposto o recolher obrigatório.

Haiti, a dança dos generais

O general Prosper Avril, que liderou no passado sábado o 73.º golpe militar da história do Haiti, autoproclamou-se presidente do país e anunciou na tarde de segunda-feira o novo governo haitiano, desta feita composto quase exclusivamente por civis. Apenas o ministro do Interior e da Defesa, o coronel Carl Dorfainville, é militar.

No seu primeiro comunicado, o novo governo apelou à calma, à disciplina e à ordem, no «respeito dos direitos e liberdades individuais», exortando a população a evitar «actos de pilhagem e destruição que poderão comprometer os esforços de reconciliação nacional e a concretização das aspirações mais profundas e legítimas» dos haitianos.

Na complexa situação que se vive no Haiti desde o derrube do ditador Jean Claude Duvalier, mais conhecido por «Baby Doc», a ocorrência de mais este golpe de Estado está longe de ser clarificadora. Em primeiro lugar, porque não são claras as motivações do movimento militar que organizaou a revolta; em segundo lugar, porque o próprio general Avril é uma personagem comprometida com o anterior governo, tendo apenas há três meses ajudado o agora deposto general Henry Namphy a derrubar o presidente civil Leslie Manigat, escolhido em eleições patrocinadas pelos militares e que as forças da oposição classificaram de fraudulentas.

No que se refere ao movimento militar, refira-se o facto de um grupo de jovens oficiais nele comprometidos terem declarado à emissora católica «Rádio Soleil» que exigiram ao general Avril o estabelecimento de um governo constitucional no país, dado a constituição haitiana ter sido suspensa pelo ex-presidente Namphy. Sabe-se ainda que o movimento militar foi essencialmente composto por sargentos e soldados da guarda presidencial e que a escolha de Avril está ligada à aceitação de um documento reivindicativo de 19 pontos. Entre as reivindicações, para além de satisfações de questões profissinais, destaca-se a criação de condições para o desenvolvimento de um processo democrático no Haiti, o qual deverá culminar com a realização de eleições livres.

Acresce, por outro lado, que enquanto nos Estados Unidos os candidatos presidenciais George Bush e Dukakis se manifestam preocupados com a situação no Haiti e defendem o não reconhecimento do novo governo pela administração Reagan, no Haiti a população comemora nas ruas a queda de Namphy e os principais partidos políticos manifestam satisfação pela acção dos militares.

O Partido Unificado Comunista Haitiano, o primeiro a tomar posição sobre o golpe, através do seu dirigente Max Bourjolly manifestou satisfação pela referência ao diálogo feita pelo general Avril e afirmou desejar «que este clarão de esperança se transforme numa expectativa concretizada». Gerard Gourgue, da Frente Nacional de Concertação, classificou por seu turno Prosper Avril como «um homem aberto», considerando que agora é necessário dar tempo ao novo governo para avaliar das suàs intenções. Também Hubert Ronceray, do movimento «Mobilização para o Desenvolvimento Nacional», manifestou o seu apoio a Avril e defendeu a realização de eleições e a revisão da constituição. Até ao momento, apenas o Partido Democrata-Cristão rejeitou «qualquer diálogo» com o novo governo.

Perante estas manifestações, e numa primeira análise, parece estar-se perante mais do que uma simples troca de generais, ainda que seja demasiado cedo para se poderem ter certezas. Uma coisa é certa, a luta pela democracia continua no Haiti.

***Bandeira da Liberdade** no Haiti, uma esperança sempre nova na luta pela democracia*

Saudação do PCP ao PC do Líbano

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Libanês um telegrama de saudações pela passagem do sexto aniversário da fundação da Frente de Resistência Libanesa, expressando também a condenação dos comunistas portugueses pela ocupação sionista do território libanês.

Avante! — Órgão Central do Partido Comunista Português

«O governo salazarista desde há uns meses que pôs a funcionar a sua máquina de propaganda eleitoral. Para tentar arrastar as pessoas simples para a manobra eleitoral que pretende levar a cabo, o governo recorre às estafadas armas demagógicas de sempre: os ministros correm o País e as colónias a fazer promessas de hipotéticos melhoramentos locais e a apregoarem as «virtudes» do regime fascista. Sucedem-se as conferências do presidente da União Nacional com Salazar e com o ministro do Interior, para tramarem conluios contra os democratas e o povo; a imprensa fascista anuncia em letras do tamanho de feijões «obras de fomento», «melhoramentos locais», etc., etc., tudo isto com o objectivo deliberado de tentar convencer as pessoas simples de que o governo se interessa pelo bem-estar do povo e pela elevação do seu baixo nível económico e cultural.

A verdade porém é bem diferente!

A política do governo salazarista é uma política de desenfreada exploração das classes trabalhadoras, de desemprego crescente, de preparação intensiva para a guerra e de completa submissão aos imperialistas americanos.»

(«O Próximo Acto Eleitoral Exige» — «Avante!» VI Série, n.º 180, Setembro de 1953).

Avante! — Órgão Central do Partido Comunista Português

«O trágico desastre de Vila Franca, em que perderam a vida 18 pessoas, logo seguido dos de Paredes (Douro), Contumil (Porto), Campanhã (Porto), Setil e por fim, o descarrilamento da linha do Oeste, em que ficaram feridas 5 pessoas, veio chamar as atenções do nosso povo para os serviços da majestática CP. Em menos de um mês, assinalaram-se meia dúzia de desastres ferroviários. E se é certo que só o de Vila Franca teve trágicas consequências, não é menos certo que os restantes as teriam igualmente se não fora o facto de se terem dado nos locais em que tiveram lugar. Se não fora a barreira que amparou todo o comboio da linha do Oeste, hoje teríamos a assinalar um desastre cujas consequências deixariam o de Vila Franca a perder de vista.

Porque se deram todos estes desastres? Eles deram-se e continuar-se-ão a dar porque o material na sua grande parte é velho, está a desconjuntar-se todo. Mas, não obstante isso, os comboios andam sempre repletos e com carga demasiada. Assim, no desastre de Vila Franca, foi o eixo de uma velha carruagem que se partiu; no da linha do Oeste, verificou-se serem as travessas que estavam podres, e daí o comboio virar-se todo sobre a barreira. Tudo isto sabe a CP e o governo fascista de Salazar, mas como os dirigentes da CP e os homens do governo são, por assim dizer, uma e a mesma coisa, tudo continua na mesma, não se sacam responsabilidades e não se castigam os culpados. Para esses monopolistas sem-pátria, pouco interessam as vidas de mais umas tantas pessoas desde que os seus interesses não sejam tocados.

As tarifas aumentaram e igualmente o preço dos bilhetes, mas, entretanto, os salários dos ferroviários são quase os mesmos e o material ferroviário não é substituído nem aumentado, pelo contrário, ele cada vez está em pior estado e é menos do que era há dez anos».

(«O Governo é o Principal Responsável dos Desastres Ferroviários» — «Avante!» VI Série, n.º 107, Setembro de 1947).

Em Foco

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 769
22 de Setembro de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Um português no espaço? É mesmo a sério!

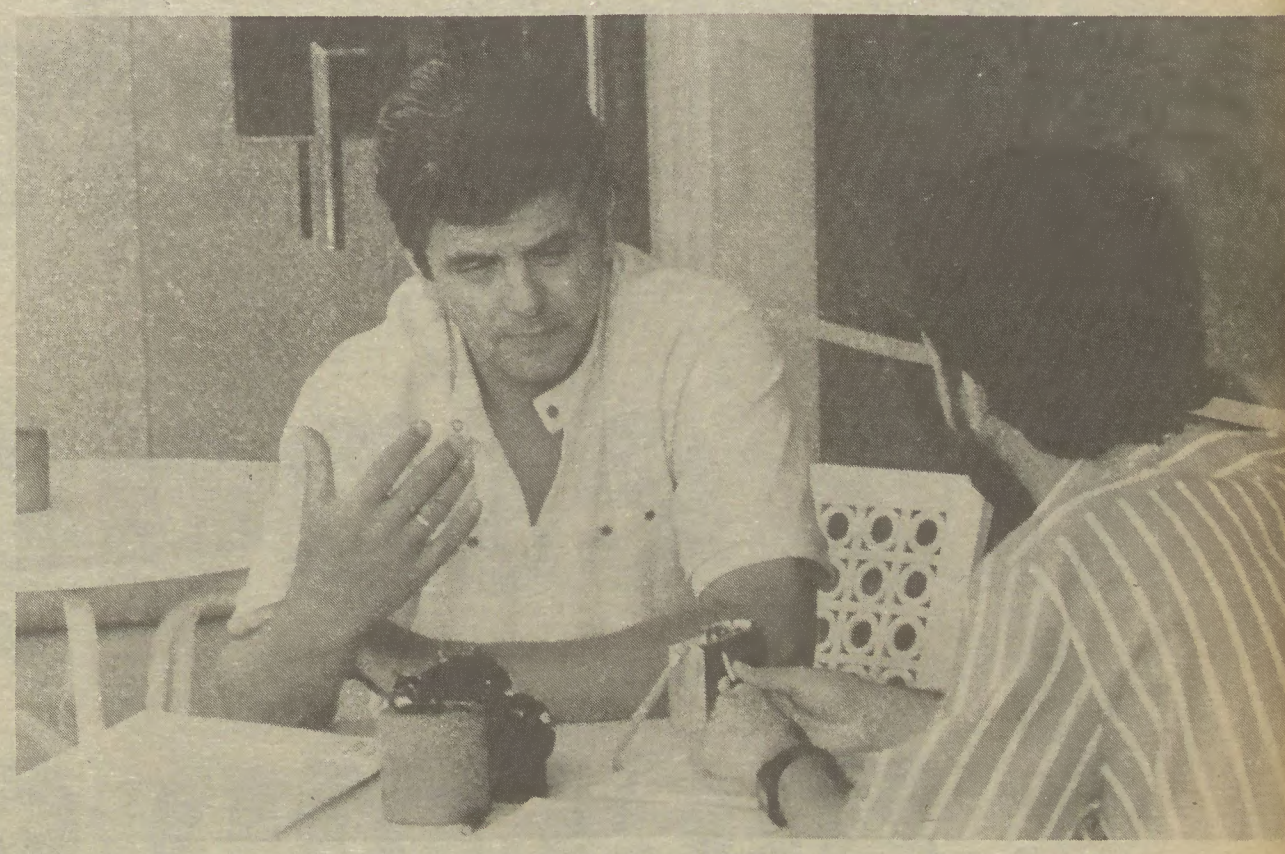
Entrevista

Vladimir Soloviov explica como e porquê e diz que:

tudo depende agora de Portugal

Entrevista com Vladimir Soloviov

Vladimir Soloviov, cosmonauta e herói da URSS, esteve em Portugal para participar na Festa do «Avante!». Não é o primeiro nem o segundo soviético que vem do cosmos para a festa dos comunistas portugueses, mas também não é todos os dias que temos pela frente alguém que já viu o nosso planeta azul lá de cima. Razão mais que suficiente para, mesmo depois do ataque cerrado que lhe fez a comunicação social portuguesa e a que ele correspondeu com muita simpatia e sinceridade, lhe propormos ainda mais uma conversa. Aqui fica o resultado.

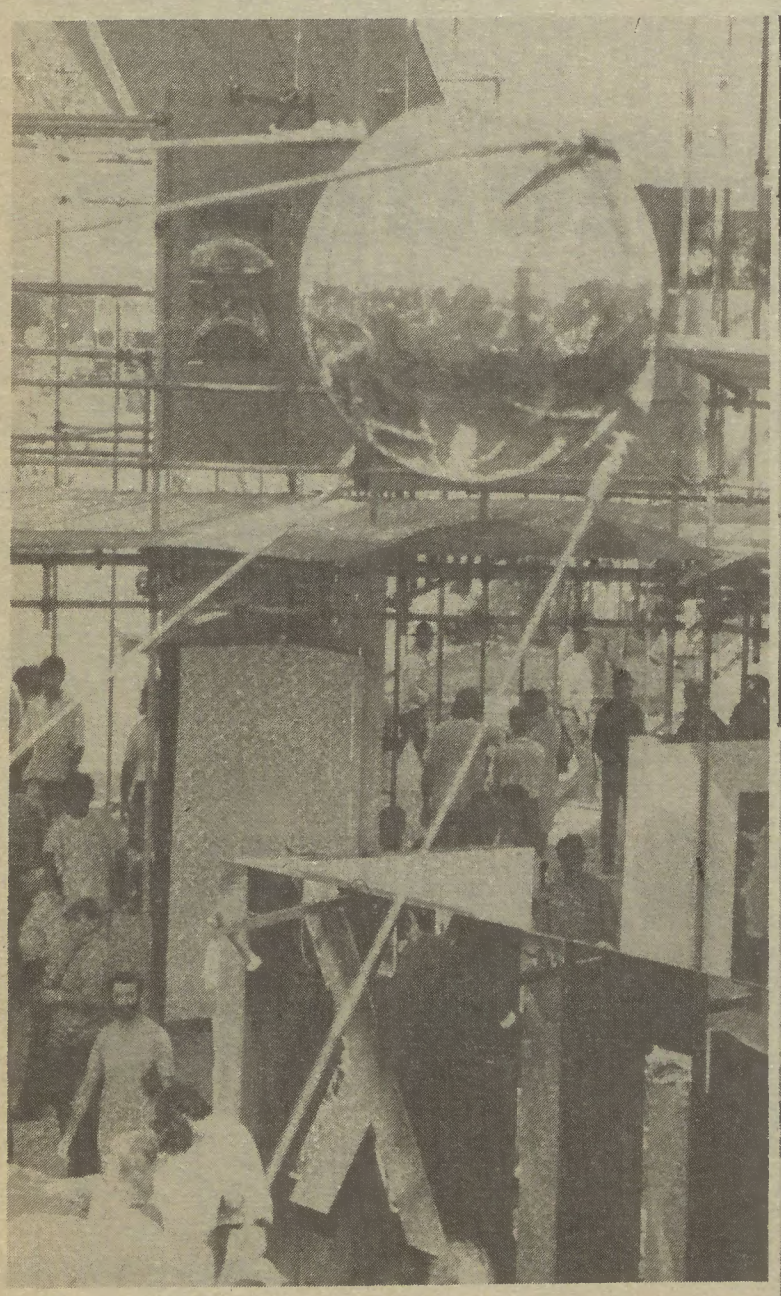


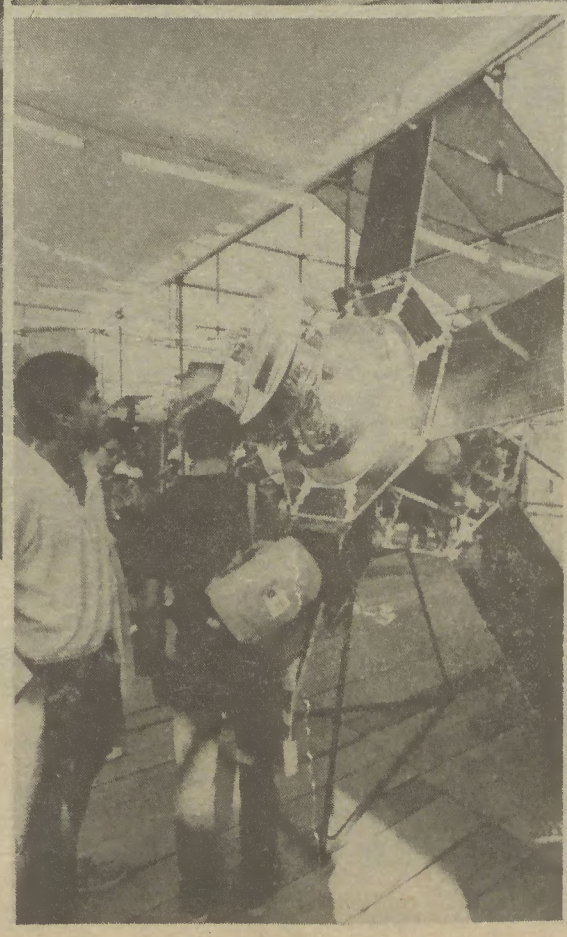
Durante a estada em Portugal Soloviov falou por mais de uma vez na possibilidade, que a URSS encararia com bons olhos, de um português poder sair para o espaço integrado numa equipa com cosmonautas soviéticos. Ficando só assim, a ideia parecia apenas simpática. Daí que não resistimos e perguntámos logo para começar se essa história do cosmonauta português era mesmo a sério.

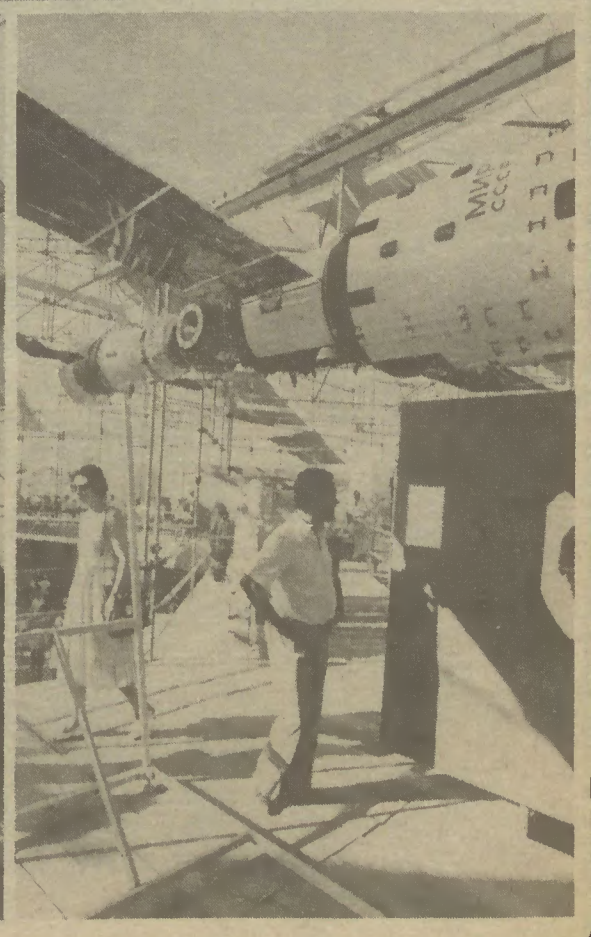
— **É perfeitamente a sério, não falei nisso só por falar** — replicou imediatamente Vladimir Alekseevitch. — **Conheço a opinião de responsáveis do programa cósmico da URSS, a opinião de cosmonautas, a opinião de simples cidadãos soviéticos: somos a favor da cooperação internacional no cosmos. Propomos aos outros países, nomeadamente a Portugal, que colaborem connosco, que enviem os seus cosmonautas.**

— E nós, em Portugal, estamos em condições de responder a essas propostas?

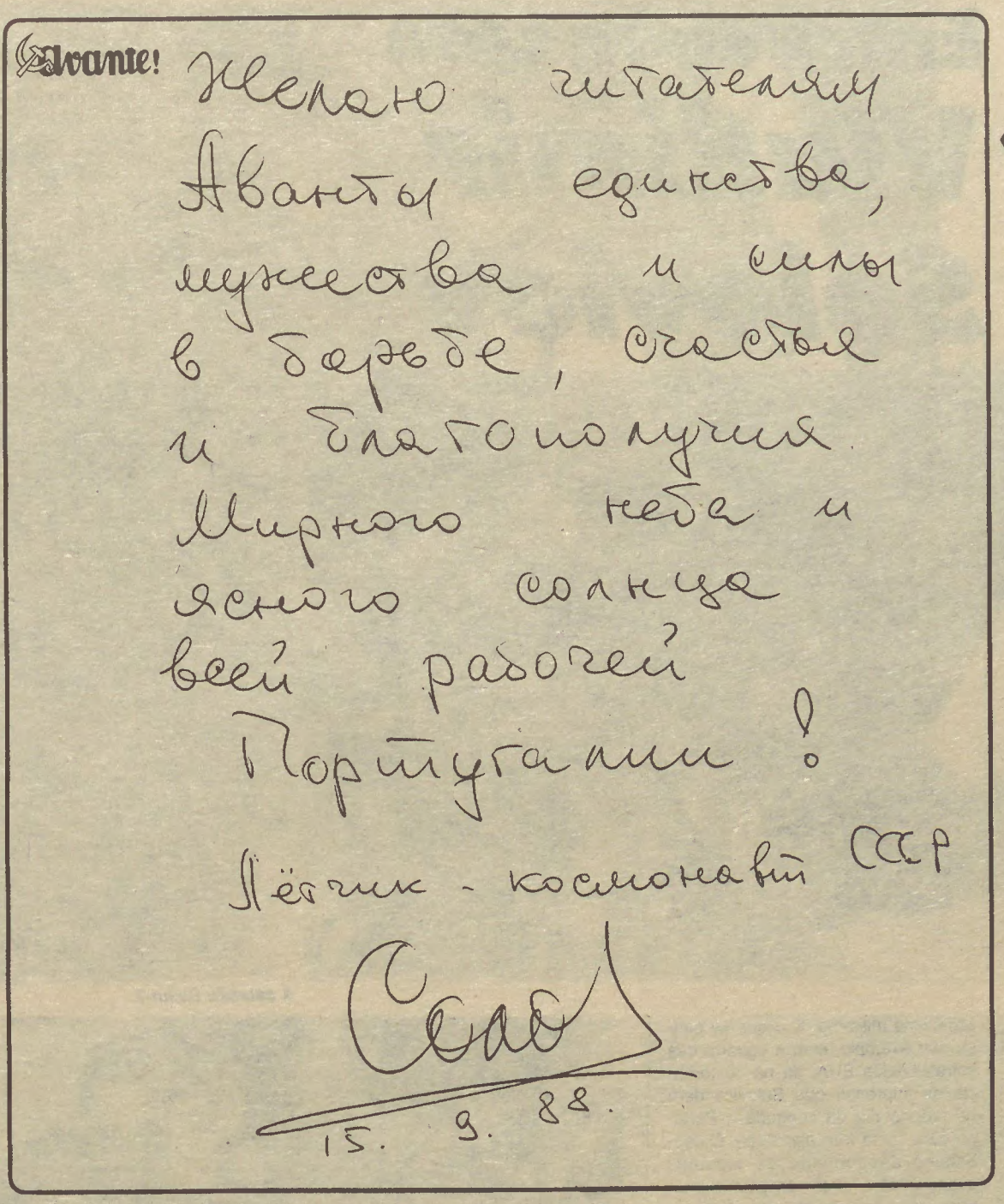
— **Isso depende de vários aspectos. Eu em Portugal encontrei-me, sobretudo, com militantes do PCP, com trabalhadores, sindicalistas... Não conversei com colegas ligados à minha profissão, com cientistas, especialistas, técnicos... Se tivesse havido um encontro desse tipo, entre espe-**





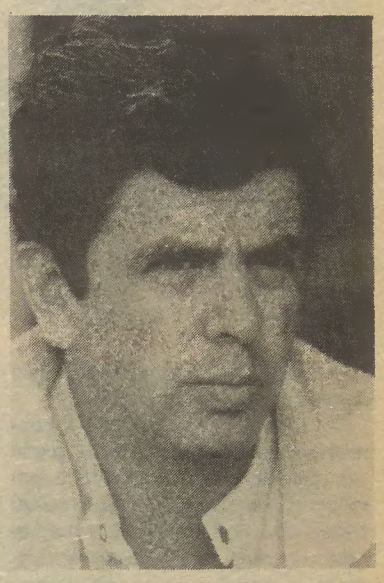


A aventura do Homem na exploração do Cosmos esteve devidamente representada na Festa do «Avante!», em Loures. Milhares de visitantes puderam apreciar um valioso conjunto de materiais e equipamentos numa exposição a todos os títulos inédita no nosso país.



Autógrafo: «Desejo aos leitores do "Avante!" unidade, coragem e força na luta, felicidade e prosperidade. Um céu de paz e um sol brilhante a todo o Portugal trabalhador! O aviador-cosmonauta da URSS, Soloviov, 15-9-88»

O engenheiro Vladimir Alekseevich Soloviov é especialista em tecnologia cósmica, tem 42 anos, é casado e tem dois filhos. Em 1984 passou 8 meses no espaço, trabalhando na estação «Saliut-7»; em 1986, na «Mir/Saliut-7» esteve mais quatro meses. Agora é vice-director do departamento de voos pilotados «Mir» no Centro de Comando de Voos de Kaliningrad, perto de Moscovo



Na Festa do «Avante!» foi feito um certo paralelo entre os descobrimentos marítimos iniciados pelos portugueses e a conquista do cosmos. A este respeito, Vladimir Soloviov fez a nosso pedido algumas considerações.

— Posso dizer-lhe que, olhando lá de cima, nos convencemos de que realmente a Terra é um grande oceano. Até, entre nós, criámos um hábito que reflecte isso. Quando alguém se lembrava de perguntar, por exemplo à hora da refeição, a um camarada que não estava a ver o exterior da nave «então agora estamos a sobrevoar o quê?», a resposta de um cosmonauta profissional só podia ser «ou água, ou nuvens».

Durante os voos que fiz, olhando para aquele imenso oceano, naturalmente que, mesmo sem querer, dava por mim a pensar na valentia e na coragem que precisavam de ter os marinheiros daqueles tempos, uma grande força interior, uma vontade muito forte. Logo que cheguei a Portugal uma das primeiras coisas que fiz foi ir ao Panteão dos Jerónimos, onde está sepultado Vasco da Gama.

É perfeitamente justo estabelecer esse paralelo entre os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI e as investigações cósmicas dos nossos dias. Mesmo tendo em conta a tecnologia sofisticada de que hoje dispomos, os estudos daquela altura exigiam grande coragem, grandes conhecimentos.

A *perestroika* e o cosmos

— Quando hoje se fala da URSS imediatamente se recordam palavras como *perestroika, glasnost*... Qual a sua opinião sobre a forma como a cosmonáutica na URSS viveu o período de estagnação e

➔

cialistas soviéticos e portugueses, penso que, provavelmente, se poderia encontrar aspectos interessantes para aplicação de tecnologia portuguesa no cosmos.

Como é um programa internacional

Gostava de dizer mais alguma coisa sobre a forma como é organizado um programa de investigação internacional: as academias de ciências, a nossa e a de um dado país A ou B, encontram-se e esclarecem o nível que cada parte já atingiu no campo das investigações cósmicas.

Aqui, Soloviov recorda as quatro direcções fundamentais das investigações cósmicas soviéticas: geofísica (estudo da Terra a partir do espaço), astrofísica (estudo do cosmos mais distante, das galáxias, radiações...), a tecnologia cósmica (estudo e obtenção de materiais com propriedades que não se conseguem na Terra; aqui se inclui também a biotecnologia) e a medicina.

E prossegue:

— Em relação a cada uma destas quatro linhas discute-se as capacidades e disponibilidades de cada parte, a aparelhagem, etc. Se se chega à conclusão que, utilizando a aparelhagem do outro país, se poderá conseguir algum progresso nas investigações, algum avanço, então faz-se um acordo para a instalação desses aparelhos nas naves cósmicas, como primeira etapa; depois, é natural que um cosmonauta desse país conheça e maneje melhor essa aparelhagem.

Isto quer dizer que todos os programas internacionais são, antes de mais, não um voo de um cosmonauta deste ou daquele país, mas a realização por esse cosmonauta de uma série de trabalhos no campo da investigação cósmica.

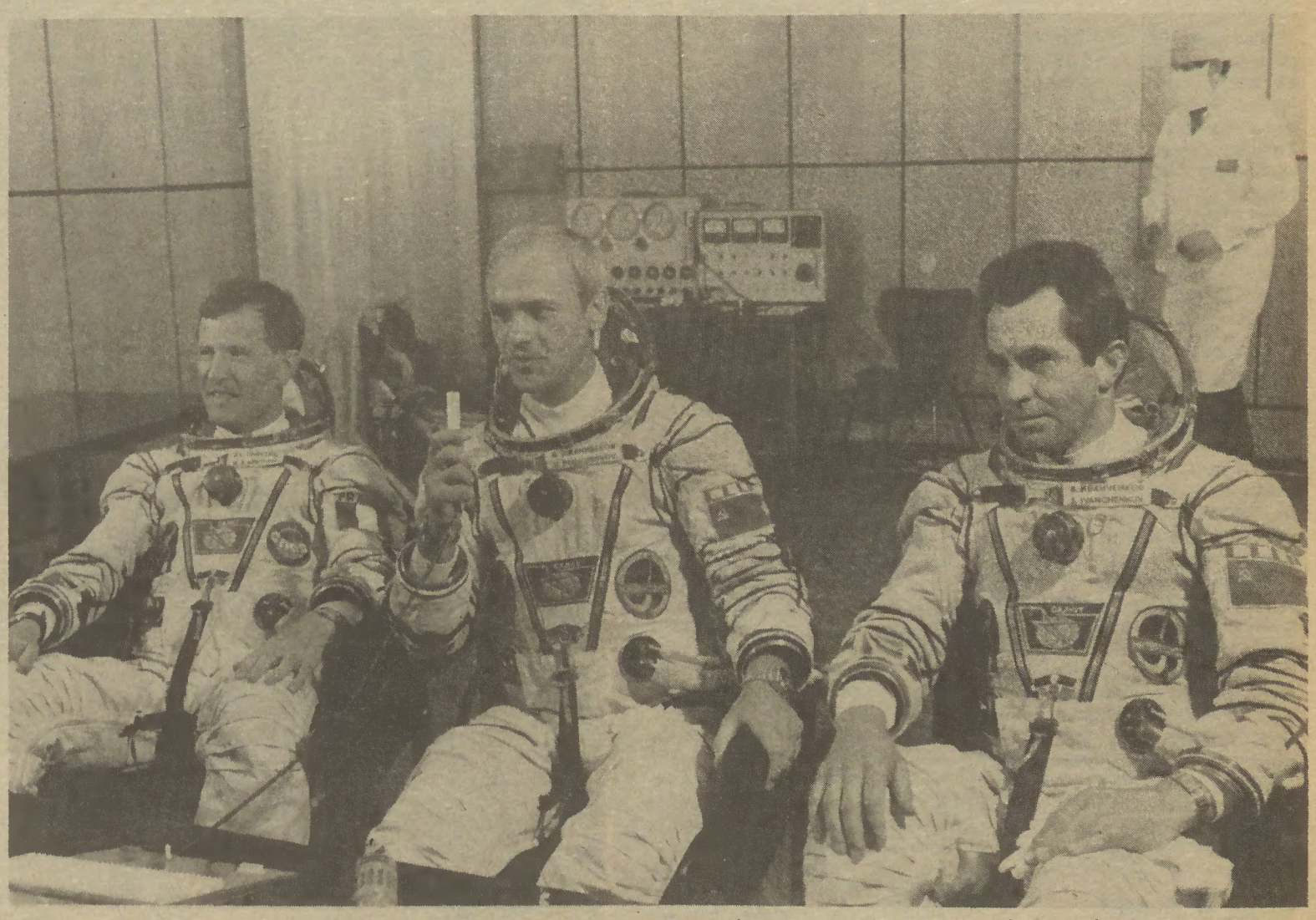
— E Portugal, concretamente, com que poderia participar num programa desse género? – insistimos.

— Eu estive em Portugal na Festa do «Avante!», a convite do PCP, e nestes dias falei mais do que estamos a fazer na URSS do que ouvi falar do que se está a fazer aqui no vosso país. Não houve encontros com especialistas portugueses onde se pudesse abordar essa questão.

Depende de Portugal

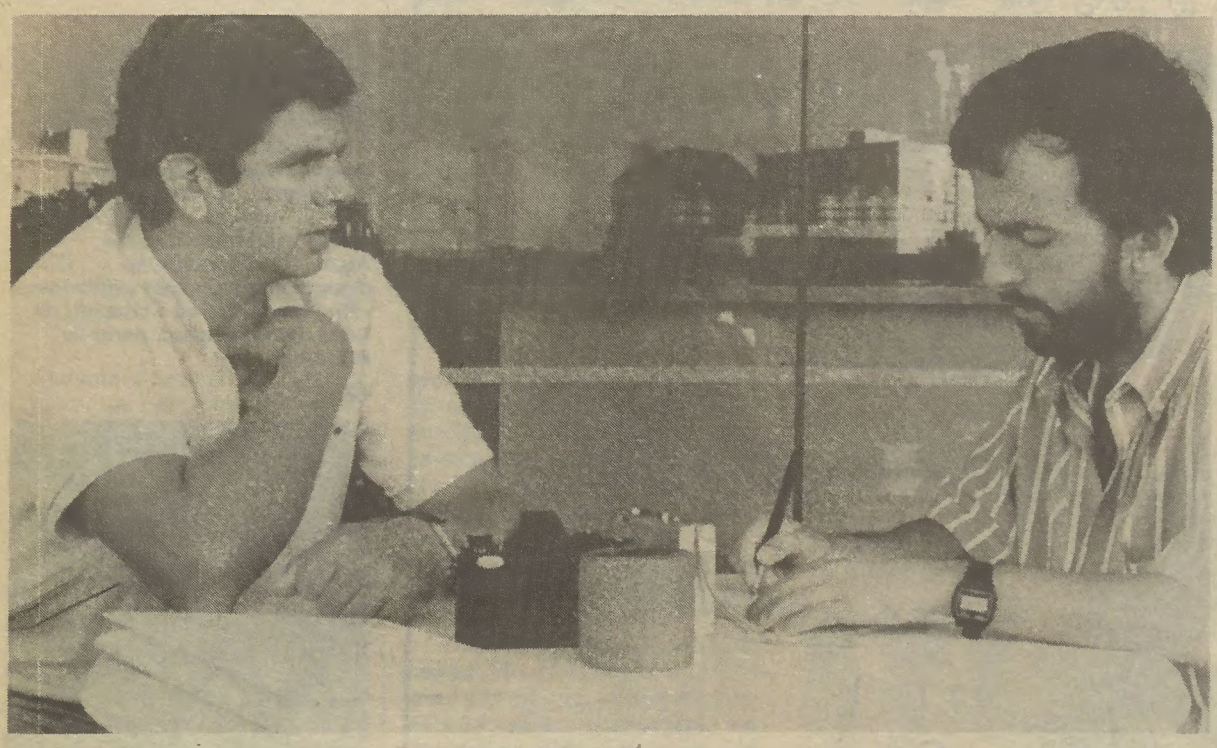
— E não está prevista a realização de qualquer iniciativa desse tipo?

— Tenho muita pena, mas não sei responder-lhe a essa questão. Estou a par do que a União Soviética (concretamente a Academia das Ciências e o Glavcosmos) fez oficialmente a Portugal (ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e instituições científicas), através da nossa embaixada em Lisboa, uma proposta para que o vosso país participasse nas investigações cósmicas. Isto sei porque já responsáveis da embaixada mo disseram. Portanto, agora tudo depende de Portugal.



Em Novembro um cosmonauta francês irá com uma equipa soviética passar um mês no espaço. Na foto vemos (da esquerda para a direita) Jean-Luc Chrétien, Vladimir Djanibekov (que esteve em 1986 na Festa do «Avante!») e Aleksandr Ivantchenkov, a tripulação de um voo conjunto URSS-França

Entrevista com Vladimir Soloviov



A estação Saliut-7

como vive agora a reestruturação revolucionária?

— Não posso dizer que a cosmonáutica tenha ficado à parte do que se passou durante o período de estagnação. Mas quero frisar que, felizmente, a estagnação — como nós a compreendemos — afectou o nosso campo menos do que qualquer outro. A cosmonáutica na URSS desenvolveu-se tradicionalmente, ainda desde os tempos do famoso construtor Serguei Korolev, como uma das áreas de maior fogosidade da nossa ciência e da nossa indústria. Por isso, tendo logo de início essa reserva potencial de entusiasmo no desenvolvimento, nós conseguimos, embora passando por atrasos e retardamentos, atravessar esse período de estagnação sem perdas significativas.

Nos anos 60 e 70 lançámos para o espaço uma boa quantidade de máquinas, naves, estações... Tivemos falhas, mas esses anos não passaram em vão. Tínhamos menos corrupção, menos burocracia, que noutros sectores.

No entanto, os métodos de comando e administrativos, as directivas com prazos irreais, também nos afectaram, e prejudicaram de certo modo a cosmonáutica.

Mas a *perestroika*, agora, tem para nós outro sentido. Nós também discutimos as melhores maneiras de organizar o nosso trabalho, fazer as reestruturações necessárias para fazer as investigações de forma mais racional. Mas estamos agora a dar atenção, sobretudo, aos resultados económicos. Um dos aspectos negativos do nosso programa era o facto de ele estar, antes de mais nada, orientado para o desenvolvimento da cosmonáutica: dávamos pouca atenção ao equilíbrio económico... Agora, esforçamo-nos por fazer as investigações cósmicas de forma a que elas nos dêem rendimento, dividendos, lucros.

Paz e defesa

Fala-se de investigações cósmicas e associam-se logo a estas objectivos militares. É o que se passa, por exemplo, com a «guerra das estrelas» dos EUA. Já na conferência de imprensa que Soloviov dera no próprio dia da chegada a Portugal este tema fora abordado. O cepticismo desconfiado de algumas pessoas com quem entretanto conversámos levou-nos a insistir no tema.

— Afinal, as investigações cósmicas feitas pela URSS têm ou não finalidades militares?

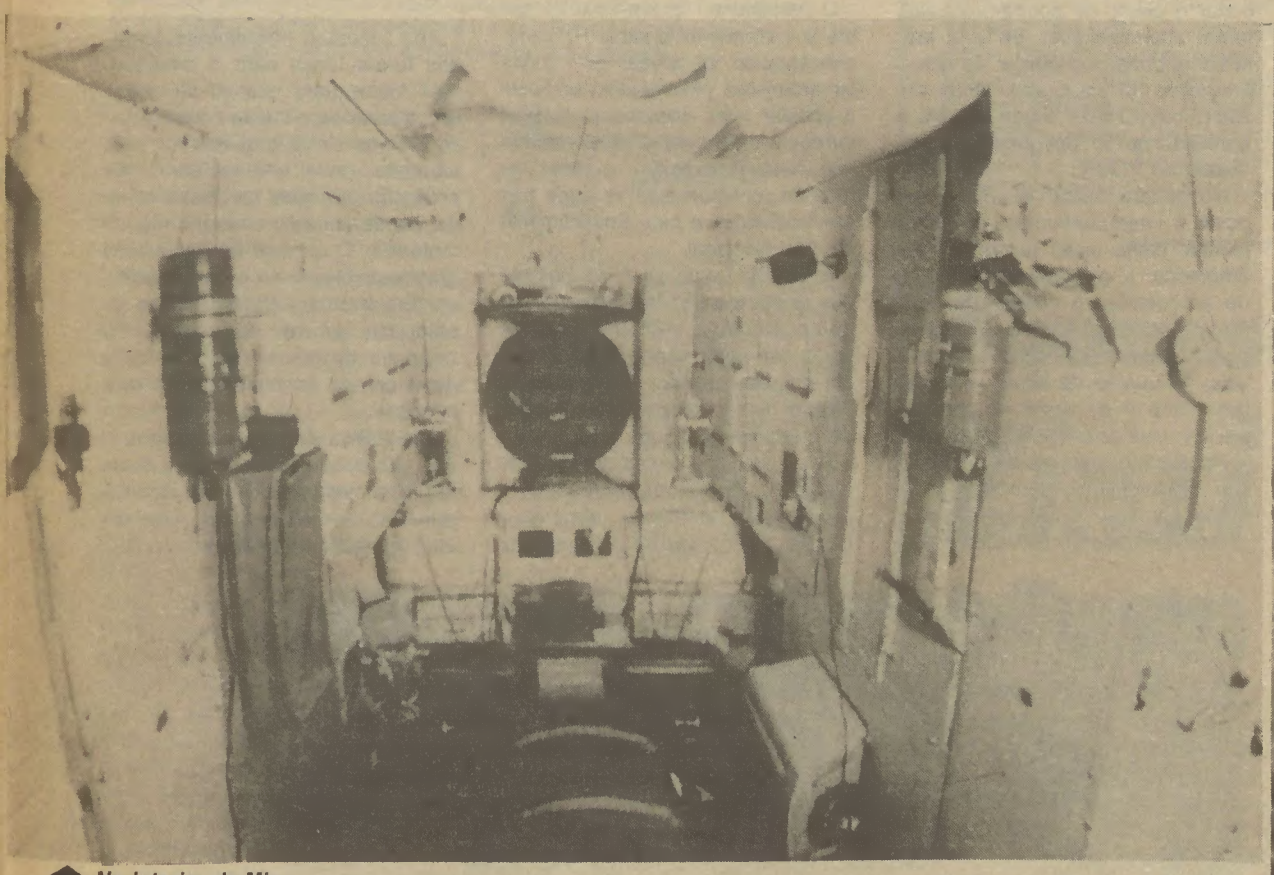
— Eu declaro-lhe – e assumo toda a responsabilidade pelo que estou a dizer – que, pela parte da União Soviética, nas estações pilotadas, as que mantemos durante prazos latos no espaço, mesmo se os seus comandantes são pilotos militares, não se fazem quaisquer experiências militares. Digo-lhe isto, respondo pelas minhas palavras e gostava que ficasse bem clara a afirmação.

No que respeita aos satélites-autómatos e satélites em altas órbitas... Bom, compreende que, se ameaçam a sua casa – e é do conhecimento geral que os americanos têm trabalhado nesse sentido – é necessário fazer qualquer coisa.

E o que fazemos é lançar, não satélites militares, mas satélites para reconhecimento, observação. Isto também já o nosso Estado declarou, há bastante tempo e sem deixar margem para dúvidas; o ministro da Defesa soviético chegou mesmo a escrever sobre este assunto um artigo no «Pravda», dizendo que sim, senhor, uma vez que os americanos dispendem milhares de milhões com o programa IDE, a «guerra das estrelas», nós trabalhamos nesta área apenas para investigação científica militar e para reconhecimento.

A União Soviética não enviou para o cosmos nem um único satélite que levasse armamento, que estivesse preparado para atacar. Todo o programa do Ministério da Defesa da URSS — e nomeadamente as investigações cósmicas para o Ministério da Defesa — têm um carácter defensivo. Nós, em primeiro lugar, não somos um país atacante, e, em segundo lugar, consideramos que é possível criar meios defensivos dez vezes mais baratos que os meios de ataque. ■

Vladimir Soloviov no espaço: trabalhou durante quase 24 horas numa plataforma oscilante a 350 quilómetros da superfície terrestre, deslocando-se a uma velocidade de 8 quilómetros por segundo



No interior da Mir

Recifes de coral

A equipa da Saliut-7: Soloviov, Savitskaia, Djanibekov, Kizim, Volk e Athkov

Montanhas, com um glaciar

POLÓNIA
Muitos problemas
A resposta é o diálogo

• Encontro com Kruysszgraf Krausz

É impossível introduzir reformas económicas sem um grande aprofundamento da democracia. Com o povo, e naturalmente não contra o povo. O Partido é apenas parte do povo. Daí a necessidade de encontrar plataformas de entendimento entre todos os que estão de facto empenhados em resolver os problemas do nosso país, diz-nos, à guisa de conclusão, o camarada Krausz.

Krvyszgraf Krausz, vice-chefe do «Tribuna Ludu», nosso convidado na Festa do «Avante!», economista. E isso marca particularmente a conversa havida. Com vantagem, na óptica do jornalista. Pois têm também funda raiz económica problemas e transformações básicas hoje em curso em diferentes países socialistas. De que entretanto a Polónia é um exemplo particular, pelo complexo e mesmo dramático carácter da sua evolução histórica recente, a crise de 81 a moldar caminhos e problemas de hoje. Que sete anos são um curto lapso no tempo histórico.

E é por essa história recente que Krvyszgraf Krausz inicia o diálogo. Na fluência de quem já muitas vezes expôs a realidade do seu país, face à natural avidez de saber, de compreender uma realidade que nada tem de linear.

E assim, voltamos a 81.

A crise e a resposta

Dezembro de 81. É imposta na Polónia a lei marcial, quando estava em curso, de forma já bem clara, uma tentativa de contra-revolução. Uma decisão muito difícil, nas palavras de Krausz — «o nosso partido tem uma política de diálogo, não de força. Mas não houve alternativa».

De um ponto de vista económico, registava-se uma grande quebra no rendimento nacional. Quebra no mercado interno. Drástica redução nas relações internacionais. Nesta situação, forças de oposição anti-socialista, as mesmas que haviam contribuído para criar uma situação de ruptura no plano económico, pensavam poder gozar de um mais fácil apoio social para avançar na destruição do POUP (Partido Operário Unificado Polaco), e para se apoderarem do poder.

Um dado a registar. Pois as forças anti-socialistas irão voltar a recorrer a tais tácticas. A aposta nos momentos de maior dificuldade económica, para angariar apoios sociais, antes que as políticas de recuperação dêem o seu fruto.

Como é de registar uma outra opinião avançada pelo nosso interlocutor — «Quando da imposição da lei marcial, houve várias opiniões, também no POUP, mas foi aceite pela maioria com alívio. As pessoas sentiam-se ameaçadas.»

Krausz alonga-se sobre os dados da história recente, para uma melhor compreensão do hoje. E salienta que as medidas adoptadas para cortar o passo da contra-revolução, foram acompanhadas de uma profunda reforma económica, de que o programa foi elaborado, ainda em 1981, numa base muito ampla, e aprovado no 9.º Congresso extraordinário do POUP.

No quadro desta reforma a resposta à crise centrou-se, no fundamental, numa maior autonomia das empresas, a passagem a métodos de autogestão, a criação de organismos de autogestão dos trabalhadores, com eleição dos responsáveis, no quadro do lema: «o importante não é de onde as pessoas vieram, mas para onde querem ir».

No Partido, trata-se de ampliar o seu funcionamento democrático. Simultaneamente é formado o Movimento Patriótico de Salvação Nacional, organização que tem como objectivo reunir todos os que apostam na resolução dos problemas da Polónia.

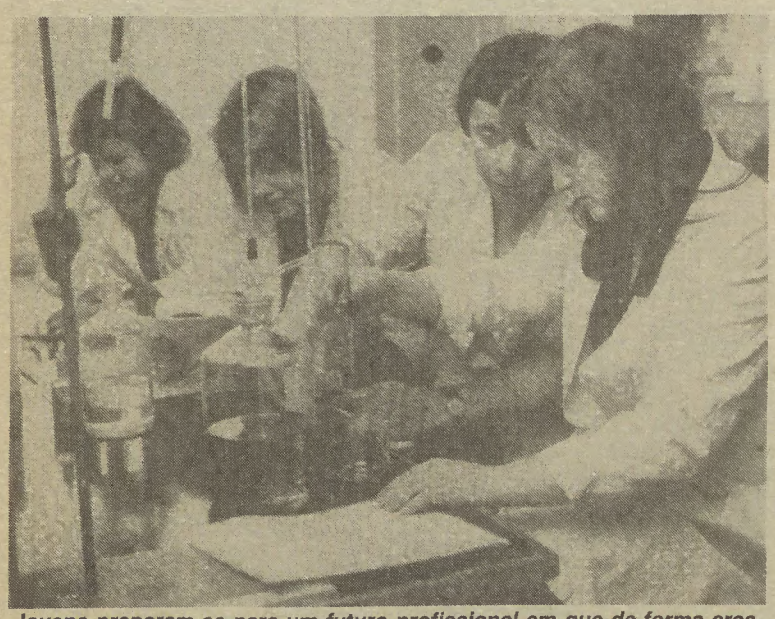
O Parlamento aprova uma lei sobre o movimento sindical. O caminho seguido foi acabar com todas os anteriores movimentos sindicais e apostar num «movimento sindical independente que se desenvolve nos locais de trabalho», que em termos de representação se pode unir em federações e num Entendimento Sindical Nacional.

Em 1983, e apesar do boicote dos países capitalistas, contando simultaneamente com uma grande ajuda dos países socialistas, os frutos da reconstrução económica começam a ser sensíveis em termos de crescimento — um ritmo de 5 a 6% ao ano. A situação do mercado melhorou. O racionamento acabou rapidamente e hoje só abrange a carne e derivados (consumo: 60 kg/*per capita*). O governo polaco intenta eliminar em definitivo o sistema de racionamento. «Mas as pessoas não querem porque o consideram de facto como uma ajuda social. Parece um paradoxo, mas a verdade é que o fim do racionamento significaria uma elevação dos preços».

Novos problemas porquê?

«As medidas inicialmente tomadas foram fortes para o arranque, mas fracas para quando se chega ao patamar de onde se tinha caído» — diz-nos Krvyszgraf Krausz. «Na situação actual o crescimento da produção tem que ser crescimento da produtividade e economia de materiais. O que vai obrigar a uma grande revolução no plano económico. Em termos práticos, trata-se de obter um aumento da produção na base do progresso técnico. Uma nova era no desenvolvimento económico».

Na prática da vida quotidiana, o que se passou é que a taxa de inflação começa a subir, enquanto se registam quebras no ritmo de desenvolvimento económico.



Jovens preparam-se para um futuro profissional em que de forma crescente pesam os conhecimentos, baseando-se o desenvolvimento económico nos progressos da ciência e da técnica

A política social — alguns dados

Mesmo no quadro de uma situação muito difícil, em que os problemas, de momento, parecem pesar bem mais que os êxitos, há dados que testemunham do sentido de uma política.

Vale a pena referir aqui alguns — poucos — elementos estatísticos, que reflectem o carácter das preocupações da política social e económica do POUP e dos órgãos de poder na Polónia. Política que se desenvolve apesar das imensas dificuldades no plano económico (em que a dívida tem um peso não negligenciável).

Entre 1981 e 1987, foram entregues à população 1 milhão e 330 mil fogos, sendo que a área média saltou dos 64 metros quadrados para 72.

No mesmo período foram construídos 29 novos hospitais (8 em toda a década de 70.)

Aumentou de três vezes o investimento para a defesa e preservação do meio ambiente.

O número de carros registados subiu de 1 milhão e 800 mil (75%). Cerca de um terço das famílias polacas tem carro. ■

Em frente dos estaleiros Lénine, uma das empresas onde se verificaram movimentos grevísticos

Jaruzelski troca impressões com delegados de empresas, na sede do POUP. Para os comunistas polacos o caminho para a solução dos problemas do país passa necessariamente pelo diálogo

Ampliar ainda a autonomia das empresas, um maior realismo no cálculo económico, uma diminuição dos subsídios e benefícios fiscais — é caminho apontado, em termos de eficácia económica.

Mas nem só de eficácia económica se trata. Limitação de subsídios obriga a novos preços. Aumentos de preços que devem ser compensados por aumentos nos salários nominais. Mas as coisas não se passam de forma tão simples. Na nova política salarial, o cálculo que está na sua base tem em conta, em parte, os aumentos de preços, mas depende também da eficácia económica.

Os operários têxteis, de um ramo industrial rentável, vão naturalmente ganhar com o novo cálculo salarial. Mas o mesmo não vai acontecer com os dos estaleiros navais, sector actualmente não rentável, e cujos trabalhadores chegam a ganhar duas vezes e meio mais que os dos têxteis, por exemplo.

Trata-se de facto de uma redistribuição de rendimentos. A exigir um vasto entendimento social. Daí o referendo.

«A vontade política das massas não era clara — diz-nos Krausz — havia muitos medos. Mas foi uma discussão necessária, e dela surgiu a compreensão de que alguma coisa tem que mudar. E vai mudar».

A realidade testemunhou entretanto de que as medidas avançadas estavam muito aquém do que se impunha. Entretanto aumentam os preços e vive-se grande inquietação nas empresas deficitárias quanto às perspectivas, nomeadamente em termos salariais. Grande inquietação entre trabalhadores da indústria naval, mineiros e metalúrgicos. Tinha chegado a oportunidade de acção para os grupos de oposição.

E fica aqui uma nota. A posição dos sindicatos em relação à política de preços e salários. Nas palavras de Krvyszgraf, a posição desde o início defendida pelos sindicatos divergia da seguida pelo governo polaco. Concretamente os sindicatos defendiam que «uma reforma de preços tão profunda põe em risco o poder de compra da população. Pelo que o governo não se deveria interessar tanto pelos preços, mas antes pela ajuda às empresas para que aumentem a produção para o mercado. Em síntese, o governo teria trilhado o caminho mais fácil».

As greves e o 8.º plenário do CC

«Na altura em que as greves começaram a fracassar, avançámos com a ideia de uma mesa-redonda. Não excluindo Walesa. Antes Walesa não queria falar com o governo polaco, porque se sentia com força. Aceitou a proposta quando as greves começaram a declinar.»

O movimento grevístico registou dois surtos, ao longo destes meses. Abril/Maio e Agosto. No seu ponto culminante tomaram parte no movimento grevístico entre 5 a 20 mil trabalhadores (números que respeitam todas as fontes...). Na economia socialista há 10 milhões de trabalhadores. Há casos em que 100 grevistas paralisaram uma mina com milhares de trabalhadores. Mas importa não escamotear os problemas.

Se a participação nas greves não foi muito relevante (e a palavra de ordem de legalização do «Solidariedade» sempre surgiu associada a reivindicações de ordem económica), «as reivindicações de ordem económica têm um grande apoio da população em geral». A sociedade polaca espera agora que os programas económicos sejam reformulados. «Para nós é claro que vai ser necessário alargar muito a base de entendimento». As greves terminaram, mas o POUP «vai ter em conta o descontentamento existente».

É neste contexto que o 8.º plenário do CC do POUP, recentemente realizado, considera inaceitável a forma como se tem vindo a realizar a actual etapa da reforma económica (a 2.ª etapa), concluindo que a operação preços-salários agravou ainda a situação existente. Sublinha-se a necessidade de concentrar esforços na diminuição da taxa de inflação.

O POUP deu ao governo um prazo de três meses para elaborar um plano de consolidação da economia nacional em três anos. Os sindicatos defendem a apresentação de uma moção de censura ao governo.

Em síntese, e como caminho na superação dos problemas actuais, reforçando o socialismo, diálogo é palavra de ordem. «Todas as questões políticas devem ser discutidas com toda a sociedade», reafirma Krausz. ■

Amandla! Amandla! Pelo fim do *apartheid*

Amandla! Amandla! — grito cadenciado, expressão de solidariedade anti-*apartheid*. Grito de luta com que foi saudada a mensagem de saudação de Zinzi Mandela, filha de Nelson Mandela, à Festa do «Avante!», pelos muitos milhares de pessoas que na Festa assistiam ao espectáculo de Mory Manté.

Um momento culminante numa Festa em que a solidariedade com os povos de África que lutam contra o *apartheid* teve uma expressão muito particular.

Solidariedade política também se exprime — e de que forma — pela música. A exigência de liberdade e de paz, de progresso para África, o apelo à libertação dos presos políticos na África do Sul, não esteve apenas presente através dos sacos de postais assinados pelos muitos participantes da Festa que iam passando pela Cidade Internacional. Ou no comentário político, aliás num momento muito particular para a África Austral, que obrigou já Pretória a sentar-se à mesa de conversações e a avançar em acordos, cujos termos não há muito seriam impensáveis. Fez-se também música e espectáculo.

Um grande festival de música africana com os Issabari, Celina Pereira, Paulinho Vieira, Dany Silva, Kiki Lima, os Fachos e muito em particular Mory Kanté.

Na mensagem da filha de Mandela à Festa do «Avante!», que aqui reproduzimos na íntegra, Zinzi Mandela diz acalentar a esperança «de que a vossa Festa ajude a desenvolver e ampliar o movimento de solidariedade anti-*apartheid* em Portugal».

Uma esperança bem justificada. Os gritos de Amandla! percorrendo a multidão que acompanhava a música de Mory Kanté testemunham de que a mensagem anti-*apartheid* também no nosso país cai em terreno fértil. É uma funda exigência dos povos de todo o mundo. E assim um contributo objectivo, a confluir, com o peso determinante do conjunto de muito outros, para que o fim do *apartheid* se afirme finalmente como uma realidade. ■

A mensagem de *Zinzi Mandela* à Festa do «Avante!»

Em nome da minha família, transmito-vos as nossas mais calorosas saudações.

É para nós motivo de alento saber que na vossa importante Festa é dado um lugar de grande destaque à luta contra o *apartheid*.

Estamos profundamente agradecidos pela vossa solidariedade. Acalentamos a esperança de que a vossa Festa ajude a desenvolver e ampliar o movimento de solidariedade anti-*apartheid* em Portugal.

No meu país o *apartheid* continua a destruir a vida de milhões de homens e mulheres. Contam-se aos milhares os presos do regime de *apartheid*, incluindo muitas crianças. Ao povo negro da África do Sul são negados os mais elementares direitos humanos. Os Estados da Linha da Frente são vítimas das agressões do *apartheid*. Embora as Forças Armadas da África do Sul tenham sido obrigadas a retirar-se de Angola, prossegue a sua ocupação da Namíbia.

Como jovem mulher e mãe, transmito especiais saudações à juventude de Portugal. Na África do Sul, os jovens são alvo de violentos ataques. Muitos dos nossos jovens, rapazes e raparigas entre os mais válidos, já perderam a vida. Em vez de semear e cuidar as sementes da África do Sul do futuro, o governo de Botha está a destruí-las sistematicamente.

Mas o regime do *apartheid* nunca nos poderá submeter pela força. A nossa juventude, lado a lado com os mais velhos, continuará a luta por uma África do Sul unida, não-racista e democrática.

O meu pai continua preso. Os seus colaboradores mais próximos continuam presos nas prisões de Polsmoor e Robben Island. Milhares de presos políticos permanecem nos cárceres de Pretória.

Apelo-vos para que intensifiquem o vosso apoio à nossa luta e para que continuem a exigir a libertação de todos os presos e detidos políticos.

Desejo pleno êxito à Festa do «Avante!».

A luta continua!

AMANDLA! ■

Pontos Cardeais

Os «nãos» de Jardim

João Jardim «ataca» de novo, desta vez em artigo de opinião no semanário «Tempo». Aceleradíssimo, começa logo assim: «Num partido como o Comunista, o debate público acerca das respectivas posições é causa de enfarte psíquico nas suas hostes. Não sou comunista porque não sou analfabeto, nem sofro de mal psíquico que se situe do desespero à frustração, razões que normalmente estão na raiz de uma opção pelo PCP.»
Estamos inquietos. A obsessão de João Jardim em demonstrar que existe, já o leva a afirmar-se pela negativa, pior — por três negativas, logo numa virada: que **não é** comunista, que **não é** analfabeto, **que não** sofre de mal psíquico!
Mas talvez não seja grave. Geralmente, João Jardim em três, acerta uma. A média mantém-se:
inequivocamente, ele **não é** comunista.

Aos pulos?!...

Entretanto, ainda segundo o «Tempo», o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, encomendou nova sondagem de opinião sobre a popularidade do seu executivo regional, dado o resultado desfavorável obtido por uma anterior, encomendada secretamente à empresa **Norma** e realizada em Maio passado.
O homem está a americanizar-se à grande velocidade. Nos EUA, a três dias da grande derrocada militar no Vietname os computadores do Pentágono reconfirmavam, ao desejo dos generais, a «vitória iminente» sobre o heróico povo vietnamita. Consumada a derrota, restou ao imperialismo ianque inventar o Rambo e ganhar no cinema o que perdeu na vida real.
Era mesmo o que nos faltava, termos um dia destes nas salas de cinema o Mota Amaral rouquejando monossílabos de peitinho ao léu, faca nos dentes e lenço atado na cabeça, aos pulos de fajã em fajã na «reconquista dos Açores»!

Previsões

No telejornal de domingo um dos comentadores auto-encartados que a Televisão tem sempre de reserva para lhe abrilhantar algumas notícias, debitou umas coisas bestialmente convencidas e convincentes sobre as eleições na Suécia, realizadas nesse dia e de que se esperava os resultados: previsível subida dos partidos conservadores» (leia-se direita).
Pois estava o senhor neste preparo, engrossando a comentarial voz em idílicas subidas da direita a esmagar o manter de posições do Partido Social Democrata e da maioria absoluta na sua coligação com os comunistas, a subida do Partido Os Verdes e... uma estrondosa derrota da direita em geral.

segundo o senhor, as previsões apontavam «para a descida dos comunistas abaixo da meta fatal dos 4%, que lhes retirará a representação parlamentar», o que faria tombar os sociais-democratas, «eles mesmo também em risco de descer», o que, naturalmente se explicará por uma «também a esquerda, quando o atento locutor o interrompeu para ler uma notícia de última hora a anunciar que as primeiras projecções dos resultados das eleições suecas apontavam para uma subida do Partido Comunsita (que se traduziria, como se viu mais tarde, num reforço da sua representação parlamentar), Curiosamente, e apesar de ter ali ao lado uma pessoa que ele próprio definira como «comentador», o locutor de serviço não lhe pediu mais comentários. Meteram ambos a viola no saco e o telejornal prosseguiu para outras bandas.
Já não se perde tudo, né?!... Se as «previsões» saem furadas, muda-se de assunto e sempre ficam... as visões.

Perder

Basílio Horta, activíssimo no esforço de arrancar o CDS da sub-cave eleitoral, anda a agarrar-se à aba do casaco do PSD — e dá-lhes puxões. Se o CDS não subir assim, na boleia dum casaco ou mesmo dum bolso, haverá sempre a hipótese de arrancar um bocado à vestimenta do parceiro — o que servirá para alguma coisa, nem que seja para uma tanga.
A esta ginástica chama Basílio Horta «fazer oposição». Vai daí, opôs-se bravamente há dias, acusando o PSD de algo terrível: o ter feito perder ao País... «um ano».
Exactamente, desses que têm 365 dias, ou 52 semanas, ou ainda 12 meses, se preferirem um número mais aconchegado e menos alarmante.
Sem dúvida que o País já concluiu que perdeu muita coisa com o PSD, acompanhado ou não pelo CDS no Governo. Mas a descoberta de Basílio Horta é particularmente feliz e resume tudo: este pessoal é, de facto, uma enorme, gigantesca perda de tempo.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Os namoros da cachopa

Era verdade, então,
então era verdade
então a inflação
então não era, não,
aquela honestidade...

Então não era aquela
mansa e casta donzela
que, obediente às leis
em namoros, a bela
não ia além dos seis...

Mangavam com a tropa!
Sempre a verdade à coca
está, e dá com os pés.
Passou os seis, a cachopa,
passou – já vai nos dez...

Cadilhe é quem o diz.
Aldrabão? Ele acata
o que negar já quis.
Ó Cadilhe infeliz!,
já é preciso ter lata...

Ensino sem tino

Estamos tontos, estamos tontos,
com as contas, com as contas,
tantos contos, tantos contos
com que, Ensino, nos apontas...

São os livros do ensino,
ao preço do ouro fino,
eles são a nossa zanga.
Os livros para o menino
estão deixando os pais de tanga...

Estamos tontos, estamos tontos,
com as contas, com as contas,
tantos contos, tantos contos,
com que, Ensino, nos apontas...

São cadernos, são compassos,
mais demoras e cansaços,
mais despesas colossais,
vão os olhos e os braços
na compra dos materiais...

Depois, se nos quiserem fazer crer
que é de graça o ensino que em nós grassa
é caso para dizer:
– Essa tem graça...

Andam à caça da nossa alma

O dinheiro
estrangeiro
anda à solta entre nós
bicho feroz
que passa
na calma
à caça
da nossa alma...

Ele compra as herdades no Alentejo,
terras e praias do Algarve estão no papo
alastra o caranguejo
com a bênção do Cavaco...

Os tempos livres, os divertimentos,
estão sob a pata fria
e há quem diga, depois, que estes investimentos
são bons para a economia...

Investe já na Comunicação em grosso
– os Mordoch, os Berlusconi, os Maxwell...
Agarra em nós, aperta-nos o pescoço
depois dirá que está tudo very well...

O bicho feroz
passa entre nós
na calma
à caça
da nossa alma...

Pergunto: se o dinheiro
estrangeiro
se o grande capital
nos afoga a alegria
em que é que ele afinal
é bom para a economia?

Quando muito, arrancando almas e peles,
será, bom, sim, mas para a economia deles...

Agenda

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 769
22 de Setembro de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Projecto de

Programa do PCP

Portugal: uma democracia avançada no limiar do século XXI

XII congresso PCP

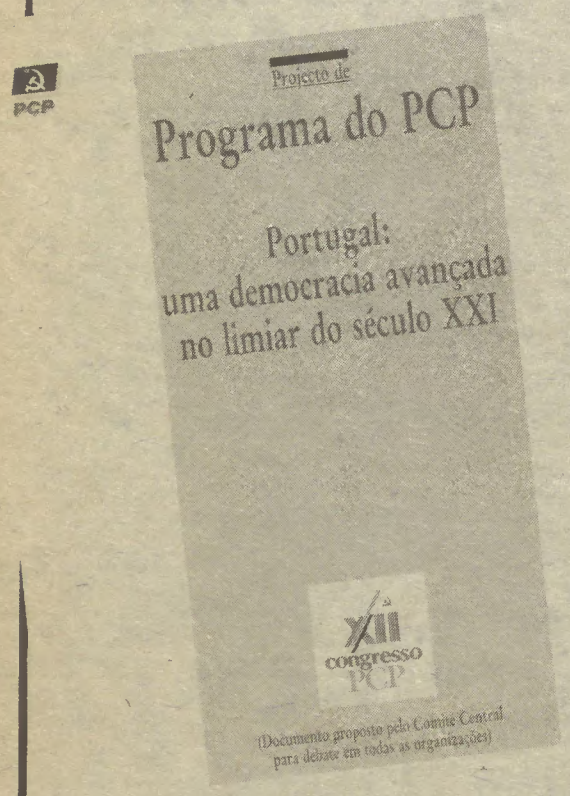
(Documento proposto pelo Comité Central para debate em todas as organizações)

Projecto de

Alterações aos Estatutos do PCP

XII congresso PCP

- Participar
- Intervir
- Propor

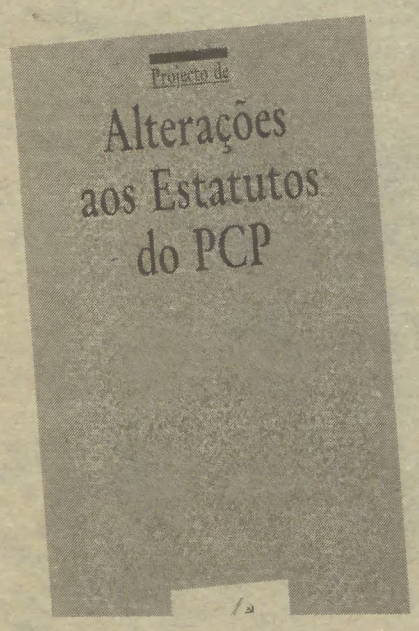


I. A REVOLUÇÃO DE ABRIL
REALIZAÇÃO HISTÓRICA DO POVO PORTUGUÊS .....
Introdução .....
1. A ditadura fascista .....
2. O Programa do PCP para a revolução democrática e nacional .....
3. A revolução de Abril .....
4. Factores negativos no processo revolucionário .....
5. O processo contra-revolucionário .....
6. A integração na CEE — condicionalismos externos da democracia portuguesa ...
7. As conquistas de Abril no futuro democrático de Portugal .....

II. PORTUGAL: UMA DEMOCRACIA AVANÇADA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI .....
Introdução .....
1. Um regime de liberdade .....
2. Um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular e eficiente .....
3. O desenvolvimento económico assente numa economia mista .....
4. Uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida .....
5. Uma política de cultura .....
6. Uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação .....

III. O SOCIALISMO — FUTURO DE PORTUGAL .....
Introdução .....
1. O mundo caminha para o socialismo .....
2. O socialismo — futuro de Portugal .....

IV. O PARTIDO .....



CAP. I
O Partido .....
CAP. II
Os membros do Partido
Seus deveres e direitos .....
CAP. III
O centralismo democrático .....
CAP. IV
Os órgãos superiores do Partido .....
CAP. V
Estrutura orgânica do Partido .....
CAP. VI
Organizações de base do Partido .....
CAP. VII
Trabalho dos membros do Partido nas organizações de massas ....
CAP. VIII
Os eleitos do Partido .....
CAP. IX
O Partido e a Juventude .....
CAP. X
A disciplina do Partido .....
CAP. XI
Os fundos do Partido .....
CAP. XII
Símbolos do Partido .....

TV O Programa

Quinta 22

RTP1

08.00 – **Jogos Olímpicos**
10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de Pedra» (115.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Série** «Ilha da Fantasia» (12.º epis.)
14.20 – **Jogos Olímpicos** – 16 Dias de Glória
15.00 – **Aniversário da TV Galiza**
16.00 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Jogos Olímpicos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**

20.20 – **Série** «O Quarto dos Fundos» (1.º epis.)
21.00 – **Primeiro Andamento** – Com o Ballet Gulbenkian
21.35 – **Telemundo**
22.00 – **Especial Fórmula 1**
22.20 – **Jogos Olímpicos.**

RTP2

14.30 – **Série** «Filhos e Filhas» (54.º epis.)
14.55 – **Série** «Joana» (12.º epis.)
16.00 – **Série** «Quem Sai Aos Seus» (12.º epis.)
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela** «Helena» (57.º epis.)
17.35 – **Série** «O Regresso de Antílope» (12.º epis.)
18.00 – **Série** «Equinócio» (11.º epis.)
19.30 – **Jogos Olímpicos**
22.00 – **Jornal das Nove**
22.30 – **Montra de Livros**

22.35 – **Série** «A Campanha» (4.º epis.)
23.30 – **Século XX:** «A Herança de Yalta».

Sexta 23

RTP1

08.00 – **Jogos Olímpicos**
10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**

13.30 – **Série** «A Herança dos Guldenburgs» (3.º epis.)
14.25 – **Imagens da Arte Portuguesa**
15.00 – **Aniversário da TV Galiza**
16.00 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Jogos Olímpicos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Série** «O Quarto dos Fundos»
20.40 – **Escolher Saúde**
21.05 – **Série** «Homens da Segurança» (9.º epis.)
21.45 – **Especial Fórmula 1**
22.20 – **Jogos Olímpicos.**

RTP2

14.30 – **Série** «Pais e Filhas»
14.55 – **Agora Escolha!**
16.25 – **Giramundo**
16.55 – **Telenovela** «Helena»
17.30 – **Série** «Os Mistérios da Lua» (2.º epis.)
18.00 – **Série** «Basquetebol Americano» (9.º epis.)
19.30 – **Jogos Olímpicos**
22.00 – **Jornal das Nove**
22.30 – **Montra de Livros**
22.35 – **Clube de Jornalistas**
23.10 – **Série** «A Demissão» (3.º epis.)
00.05 – **Entre Barreiras**
00.30 – **Troféu.**

Sábado 24

RTP1

08.00 – **Jogos Olímpicos**
10.00 – **Juventude e Família**
12.05 – **Rock, Rock, Rock**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Série** «A Evolução dos Transportes em Portugal» (2.º epis.)
14.00 – **Parlamento**
14.30 – **Festival Nacional de Floclore do Algarve**

15.30 – **Sessão da Tarde** «Mark, Meu Filho», real. Gunnar Hellstron (EUA/1980)
17.30 – **Série** «Alô, Aló» (11.º epis.)
18.00 – **Jogos Olímpicos**
19.20 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.15 – **Boletim Meteorológico**
21.20 – **Série** «Alf, Uma Coisa do Outro Mundo» (14.º epis.)
22.20 – **Jogos Olímpicos.**

RTP2

10.00 – **Compacto «Totally Live»**
13.05 – **Akagera** (últ. epis.)
13.35 – **Automobilismo** – Grande Prémio de Portugal (treinos)
14.00 – **Compacto «Selva de Pedra»**
17.00 – **«L'Enfant et les Sortilèges»**
18.00 – **Série** «Buster Keaton» (2.º epis.)
19.00 – **Garfield**
19.30 – **Jogos Olímpicos**
22.05 – **Série** «Hill Street» (3.º epis.)
23.00 – **Cinema da Meia Noite** «O Conformista», real. Bernardo Bertolucci (Itália/1971).

Domingo 25

RTP1

08.00 – **Jogos Olímpicos**
10.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70×7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**

13.10 – **Série** «Xerxes» (2.º epis.)
14.10 – **Automobilismo – Grande Prémio de Portugal de Fórmula 1** (transmissão directa)
16.30 – **Clube Amigos Disney**
18.00 – **Jogos Olímpicos**
19.20 – **Série** «O Justiceiro»
20.30 – **Jornal de Domingo**
21.00 – **Boletim Meteorológico**
21.15 – **Gala do Príncipe de Gales**
22.20 – **Jogos Olímpicos**
00.50 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

10.00 – **Troféu**
13.00 – **Music Box**
14.00 – **Caminhos**
14.30 – **Novos Horizontes**

15.00 – **Primeira Matinée** «Nunca Dês Uma Oportunidade a um Parvo», real. Edward Cline (EUA/1941)
17.10 – **Ideias e Negócios**
18.05 – **Série** «A Bela e o Monstro» (6.º epis.)
19.00 – **Série** «Quem Sai Aos Seus...»
19.30 – **Jogos Olímpicos**
22.00 – **Cineclube** «Memória de Elisa», real. Carlos Saura (Espanha/1977).

Segunda 26

RTP1

08.00 – **Jogos Olímpicos**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**

13.30 – **Série** «O Império de Carson (14.º epis.)
14.20 – **Rotas do Extremo Oriente** «Os Livros de Pedra»
15.00 – **Festival de Jovens Músicos** (II Parte)
16.00 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Jogos Olímpicos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Série** «O Quarto dos Fundos»
20.50 – **Série** «O Mar e a Terra»
21.20 – **Ilusionismo** David Cooperfield
22.20 – **Jogos Olímpicos.**

RTP2

14.30 – **Série** «Filhos e Filhas»
14.55 – **Agora, Escolha!**
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela** «Helena»
17.35 – **Série** «Um Amigo Especial» (14.º epis.)
18.00 – **Série** «Histórias Amargas»
19.30 – **Jogos Olímpicos**
22.00 – **Jornal das Nove**
22.30 – **Montra de Livros**
22.35 – **Teatro Português** «Volpone», de Ben Jonhson, pelo Novo Grupo.

Terça 27

RTP1

08.00 – **Jogos Olímpicos**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas** (30.º e último episódio da presente série)
14.10 – **Jogos Olímpicos** – 16 Dias de Glória (série)
15.00 – **A Arte Beat e o Vídeo**
16.00 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Jogos Olímpicos**
19.30 – **Telejornal**
19.55 – **Boletim Meteorológico**
20.05 – **Turismo, Passaporte para a Paz**
22.20 – **Jogos Olímpicos.**

RTP2

14.30 – **Filhos e Filhas**
14.55 – **Dois Dedos de Conversa**
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela** «Helena»
17.30 – **Série** «Histórias Fantásticas de Ray Bradbury»
18.00 – **Music Box**
19.00 – **Jogos Olímpicos**
22.00 – **Jornal das Nove**
22.30 – **Montra de Livros**
22.35 – **Cinemadois** «Alguém Anda a Espiar-me», real. de John Carpenter (EUA/1978).

Quarta 28

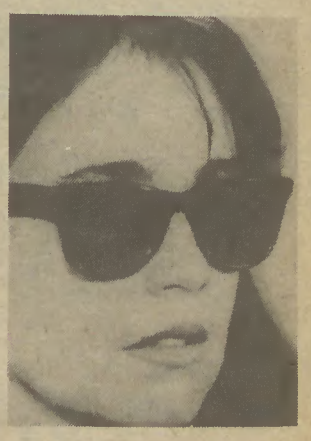
RTP1

08.00 – **Jogos Olímpicos**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**

13.30 – **Série** «Fama»
14.15 – **Missões de Paz**
15.00 – **Série** «Os Homens da Polícia Secreta»
16.00 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto Por Ponto**
18.00 – **Jogos Olímpicos**
19.30 – **Telejornal**
20.00 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Vamos Jogar no Totobola**
20.35 – **Série** «O Quarto dos Fundos»
21.05 – **Lotação Esgotada** «Que Fazemos Nós no Meio da Revolução», real. Sergio Corbucci (Itália/1973)
22.20 – **Jogos Olímpicos.**

RTP2

14.30 – **Filhos e Filhas**
14.55 – **Agora, Escolha!**
16.25 – **Trinta Minutos Com...**
16.55 – **Telenovela** «Helena»
17.30 – **Viagem no Mimi** (II Série – 1.º epis.)
18.00 – **Série** «Viagem de Noite»
19.30 – **Jogos Olímpicos**
22.00 – **Jornal das Nove**
22.30 – **Montra de Livros**



22.35 – **Série** «Joana»
23.25 – **Clube de Imprensa**
24.00 – **Fantasia e Realidade.**

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Gente de Dublin	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★
B	Frenético	—	★★★	—	—	★★★
C	Setembro	—	—	—	★★★★	★★★
D	O Príncipe das Trevas	—	★★★	—	★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

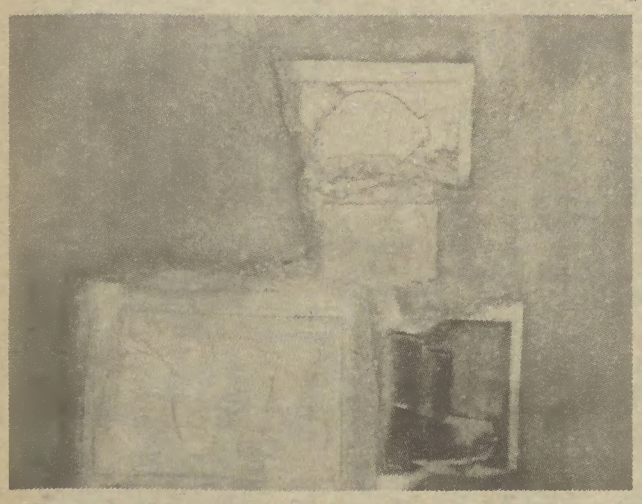
A — Real. John Huston – em Lisboa **Amoreiras** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 24.00).

B — Real. Roman Polanski – em Lisboa: **Amoreiras** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Quarteto** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também às 23.30), **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).

C — Real. Woody Allen — em Lisboa: **Hollywood** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00), **Las Vegas** (15.30, 18.45, 21.45 — de 2.ª a 6.ª; sáb. e dom. — 14.00, 16.30, 19.00, 21.45), **Londres** (15.00, 18.15, 21.30; sáb. também às 24.00), **São Jorge** (14.30, 16.30, 18.45, 21.15).

D —Real. John Carpenter — em Lisboa: **Alfa** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15).

Exposições



Adão Rodrigues e **Laurinda Silvério**
na Galeria Restauração em Lisboa

• LISBOA

Adão Rodrigues e Laurinda Silvério — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C (até 30/9).

Alberto Carneiro — Escultura recente em madeira. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 11. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 20/10).

Ana Aragão — Pintura. Palácio dos Coruchéus, Rua Alberto Oliveira. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 17.30; sáb. das 17.00 às 20.00 (até 29/9).

Carlos Medeiros — Fotografia. Alliance Française, Rua Brancamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª feira das 10.00 às 19.00 (até 13/10).

Catarina Baleiras e Pedro Campos Rosado — Escultura. Gal. Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/9).
Colectiva de alunos da António Arroio (ano lectivo 87/88). Na António Arroio, de 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00 (até 7/10).

Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro — no Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Dora Iva Rita — Pintura. Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 11/10).

Escultura Portuguesa dos Séc. XIII a XVIII, Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes.

Gravura mexicana contemporânea (130 obras de 12 artistas) — nas galerias das exposições temporárias da Gulbenkian.

Jaime Silva pintura, e **António José Matos** — escultura. Gal. Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

Homenagem a Joseph Buys – Gravuras. Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3.ª a dom. das 10.00 às 20.00.

Lino António – Pintura. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00.

Luís Pavão — «Tabernas de Lisboa», fotografia. Fotogaleria, Costa do Castelo, 12-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.30 (até 30/9).

Ourivesaria Portuguesa («Linguagem dos nossos ourives (séc. XII/XIX)» e «Linguagem dos novos materiais»). Galeria do Palácio da Ajuda.

Óxido de ferro (escultura e desenho de António Silva e Rui Vasques) — na Voz do Operário, de 2.ª a 6.ª das 10 às 19 e das 20 às 22 horas e aos sábados das 15 às 19 (até dia 27).

Ruben Nakian (escultura) — Na Gulbenkian, das 10 às 17 horas; encerra à 2.ª, e à 4.ª e sáb. de manhã (abrindo até às 19). Abre hoje às 18.30, mantém-se até 13 de Novembro.

Titina Maselli (pintura) — Na Gulbenkian, até dia 25.

• OUTRAS LOCALIDADES

1.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre. Até 30/9, Parque Central — AMADORA.

1.ª Bienal Municipal de Gravura (obras a concurso e artistas convidados) até 30/11, Galeria Municipal/Recreios Desportivos — AMADORA

Colectiva de pintura e escultura — até 30/9, no Museu Souza Cardoso — AMARANTE.

Guilherme Cardoso «Cascais», fotografia. Galeria JF, Largo Cidade de Victória (até 29/9) — CASCAIS.

Erga — Escultura em cristal. Gal. EC, Alam. Coronel Linhares Lima, 14-B (até 2/10) — Várzea de COLARES

Gravura Portuguesa Contemporânea Gal. Arcada, Arcadas do Parque. Todos os dias excepto à 3.ª, das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 — ESTORIL.

Molina — Pintura. Gal. de Lagos, Rua da Barroca, 24 (até 25/9) — LAGOS.

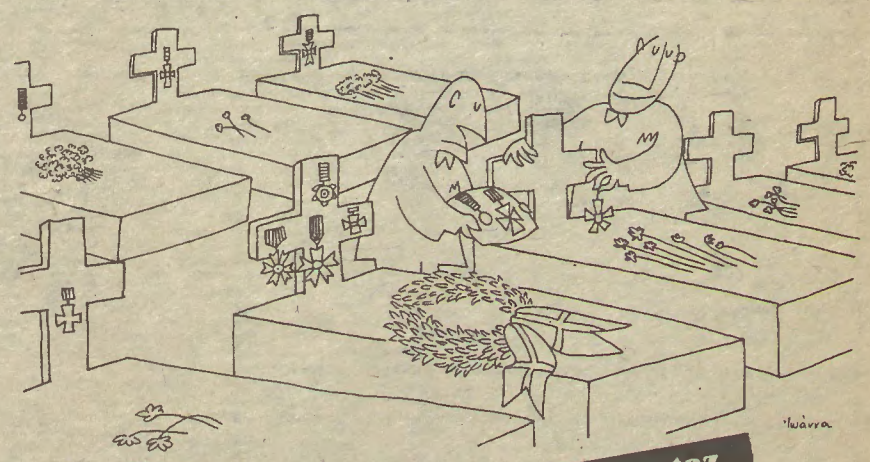
Manuel Baptista — (pintura e desenho) — Até 30/9, na galeria de arte do Espírito Santo — LOULÉ.

Loures em imagens do passado — A memória das coisas — (recolha fotográfica e etnográfica) — até 10/12, de 3.ª a dom., das 10 às 17 horas, no Museu Municipal/Casa do Adro — LOURES

Tapetes Orientais da colecção do Museu Gulbenkian — até 25/9, no Palácio Nacional — MAFRA.

Colectiva de artistas da Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 30/9) — PORTO.

Fotoporto («Dez exemplos de fotografia de autor em Espanha» e «Nouvelles figures-/Homenagem a Philippe Chaveau» – até 5 de Outubro, na Cooperativa Árvore (Rua Azevedo de Albuquerque, 1) – PORTO.



Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a dom. às 21.45. **Maria! Não me Mates que Sou tua Mãe!**, de Camilo Castelo Branco, adapt. e encen. de Fernando Gomes. **Édipo Rei**, de Sófocles, enc. de João Mota (hoje e sábado às 18.30, amanhã às 21.30)

Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., 22.00. **Off-Brodway: Made in Brazil** (Brasil), espectáculo musical com texto e representação de Luiz Carlos Niño e com o concurso de 8 músicos.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª, às 20.30 e 22.45; sábado e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro Aberto, Pç. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Nave Adormecida**, de Fernando Dacosta, encenação de Castro Guedes, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto (rua Tenente Raul Cascais, 1-A; de 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 horas) – **Auto da Feira**, De Gil Vicente, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 3.ª, 4.ª e 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb., às 20.00 e 22.30, dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, Mário Zambujal, José Duarte.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• PORTO

Tearto (Rua do Heroísmo, 86). De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 17.00 e 21.30. **Interlúdio Cómico**, enc. António Capelo.

• ESTORIL

Cine-Teatro do Casino Estoril. 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **Obrigado pelo Amor de Você**, de Edgard Neville, encenação de Gracindo Junior.

Teatro Mirita Casimiro. Às 21.30. **D. João no País das Delícias,** de Norberto Ávila, pelo TEC.

• ÉVORA

Teatro Garcia de Resende. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 **M. Moderado**, de Adamov, enc. Luís Varela – pelo Centro Cultural de Évora.

Plenário em Setúbal

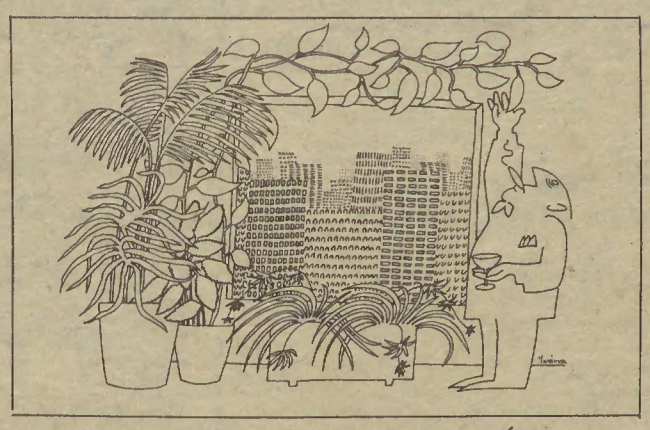
No próximo sábado, dia 24, realiza-se no Centro de Trabalho de Setúbal um plenário concelhio sobre quotizações. O início desta reunião está marcado para as 15 horas.

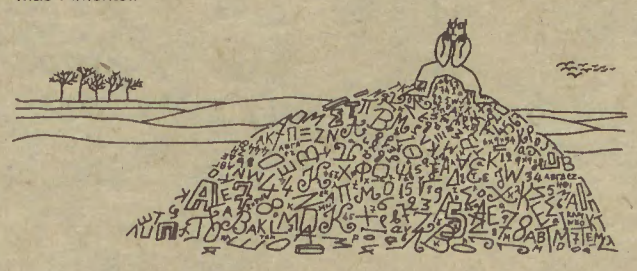
...e ainda

Música, debates, etc.

Trovante

O regresso com novo espectáculo, em três apresentações: no Campo Pequeno no próximo sábado às 22.00, no Coliseu do Porto nos dias 28 e 29 à mesma hora. Em palco vão estar os sete Trovante's — Artur Costa, Fernando Júdice, João Gil, José Martins, José Salgueiro, Manuel Faria e Luís Represas — e, nalguns temas, três músicos seus convidados: Edgar Caramelo, Jorge Reis e Tomás Pimentel.





Ópera

A Vingança da Cigana, de António Leal Moreia, com encenação de Carlos Avilez, cenografia de Vasco Eloy e direcção musical de Manuel Ivo Cruz, está a ser apresentada no Teatro S. Luiz. Os últimos espectáculos realizam-se nos dias 23 e 27 às 21.30 e no dia 25 às 17.00, sendo o espectáculo de 27 gratuito para os jovens até aos 18 anos.

Cinema

No **Cinema Mundial** (R. Martens Ferrão, à Av. Fontes Pereira de Melo) decorre uma semana de cinema soviética, durante a qual serão exibidos:

— dia 23 – **A Comissária**, de Alexandre Askoldov;

— dia 24 – **Adeus a Matiora**, de Efrem Klímov;

— dia 25 – **Amanhã foi a Guerra**, de Iuri Kara;

— dia 26 – **O Correio**, de Karen Chaklmazarov;

— dia 27 – **Robinsonada** ou o Meu Tio Inglês, de Nana Djorjazé.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30.

Na **Cinemateca** (R. Barata Salgueiro, 39) a programação da semana entrelaça vários ciclos: Série B, Samuel Fuller, Mizoguchi, e um de antestreia que apresenta, no dia 23, **Bird**, de Clint Eastwood/1988 – um filme sobre Charlie Parker.

Os bilhetes na Cinemateca são a 150$00 e só podem ser comprados uma hora antes da sessão.

Mais Música

A recém-formada orquestra **Nova Filarmonia Portuguesa** apresenta-se esta semana em concertos na zona de Lisboa: dia 23 no Mosteiro dos Jerónimos, dia 24 na Quinta da Marinha em Cascais.

No Teatro Nacional de S. Carlos o **Grupo de Música Antiga de Colónia** participa em dois concertos, com programas distintos, nos dias 26 e 27.

Em **Almada**, onde decorre um festival de música contemporânea, o concerto da semana — dia 27, às 21.30 — tem a participação do **Quarteto de Cordas de Lisboa.**

Tempo

Fim de Semana

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Céu pouco nublado ou limpo e vento fraco a moderado de Norte. Pequena subida de temperatura.

a TV

O travesti

Foi assim. O PRD queixou-se ao Conselho de Comunicação Social de como a RTP teimava em não cobrir as suas actividades. A RTP respondeu que se tratava de critérios jornalísticos.

E pronto. Foi lido o comunicado do Conselho, como a lei obriga, e não ficou nenhuma garantia de que os... critérios jornalísticos se tornem mais... criteriosos.

Esta invocação dos tais critérios começa a tornar-se ridícula. Na RTP, onde praticamente vigora a lei do **partido único**, também impera o **argumento único**. Amandam com os «critérios» e julgam que está tudo explicado.

Não está. São mesmo os critérios que estão em causa. Critérios políticos disfarçados de jornalísticos.

Puro travesti: Que não engana ninguém...

Escândalo não é critério; este «critério» é um escândalo...

Algumas notícias são importantes. Outras vão para a síntese ou seja, para a vala comum das imagens.

O riso de Oliveira Martins merece lugar destacado. Merecem lugar destacado igualmente a carantonha de Valente de Oliveira, a importância de Leonor Beleza, a sonronice de Barreto, a «juventude» do Couto e Santos, etc, etc. Tudo o que é PSD, merece o máximo relevo. O resto importa pouco...

Mas mesmo no território das «sínteses», manda a segregação, ou seja, o segregado critério.

Por exemplo: na cobertura (?) de um acto do PRD, entrevistam Hermínio Martinho. Freitas do Amaral vai lá ao Norte beber uns copos autárquicos com os amigos e o **Jornal de Sábado** aproveita para o entrevistar.

Mas no mesmo dia, a CGTP efectua uma importante reunião onde se exige (e se explica porquê) o aumento do salário mínimo nacional. Pois nenhum dirigente tem direito ao discurso directo...

Ó Conselho, não te metas mais com a RTP. Critérios são critérios...

Já não falo da medíocre atenção que a RTP prestou à Festa do **«Avante!»**. Não importa que personalidades das mais diversas áreas ideológicas a considerem a mais importante manifestação popular, social e cultural do nosso país. No **Telejornal** acham que não, que aquilo não vale nada, e pronto. Quer dizer que só o **Telejornal** é que leva o passo certo...

E pouco interessa, nem é preciso, apresentar as fontes de certas informações como aquela segundo a qual um alto responsável da União Soviética teria dito que o que existe no seu país «não é socialismo!» Ou como a do **Jornal da Tarde** de domingo segundo a qual «ainda recentemente, como se recordam, a Hungria exigiu a retirada das forças soviéticas»...

Ou como aquela igualmente do **Jornal da Tarde** do dia 16, e com referência aos Jogos Olímpicos, «na questão do terrorismo, vem da Coreia do Norte uma das mais sérias ameaças...»

Para todos os exemplos não me chegaria todo o espaço do «Avante!». O que se passa na RTP, em matéria de informação é simplesmente escandaloso.

E quando é que o escândalo foi critério saudável?

Meter o inimigo nas cabeças mais fracas

A campanha anticomunista desenvolve-se no plano internacional. Não digo que a RTP seja o seu cérebro. Mas que a ela adere alegremente, ah, disso não há dúvidas...

O último exemplo mais convincente aconteceu com as eleições na Suécia.

Levaram todo o dia de domingo a criar na audiência a convicção da derrota do Partido Comunista Sueco. Que tudo apontava para uma esmagadora derrota. Para o total afundamento. Nem conseguiria sequer representação no parlamento...

No **Jornal de Domingo**, inclusive, a «informação» foi veiculada com trombetas e tudo.

Eis senão quando, ligam para a Suécia. Desencanto lá na casa! Tudo indicava que o Partido Comunista continuaria no parlamento...

Soube-se mais tarde que o Partido Comunista não só continuava como crescia: de 19 subia para 21...

É notório que na RTP se estão marimbando para o estrangeiro. O que lhes interessa é tirar proveitos internos dos acontecimentos do exterior, reverbar para o PCP os fracassos doutros partidos. E ainda há pessoas que sorriem, com um ar superior, quando lhes falam na existência de uma campanha contra o PCP...

Claro que o PCP nunca dá ao desmentido a força que deu à mentira. Ainda há pouco tempo encontrei alguém que falava dos dois mil mortos de Tchernobyl...

E não me admiro que muitos tenham ficado realmente com a impressão do «fracasso» do Partido Comunista Sueco. É isso que na RTP se pretende: meter o inimigo nas cabeças mais fracas.

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

A afirmação proferida por Álvaro Cunhal na Festa do «Avante!» de que o PCP «está inteiramente disposto a considerar com o PS os objectivos, as formas, os métodos de combatermos em conjunto a direita, de defendermos em conjunto os interesses do povo e do País, de defendermos em conjunto a Constituição e o regime democrático ameaçado» puseram em polvorosa as hostes do PSD, que se apressaram a lançar recados que... foram atendidos.

Lavamos as mãos

«Tempo» falou com Duarte Lima, do grupo parlamentar do PSD, que nos remeteu para o secretário-geral do partido, considerando que qualquer comentário deveria partir de um membro da Comissão Política Permanente.

Contactado Dias Loureiro, este afirmou que, de momento, não havia qualquer tomada de posição do seu partido em relação às declarações de Álvaro Cunhal.

(«Tempo», de 15/9/88)

Metemos a unha

O secretário-geral do PSD, Dias Loureiro, afirmou-se ontem «convicto» de que, dentro em breve, poderá haver um acordo entre o seu partido e o PS sobre a revisão constitucional.

Dias Loureiro, que prestou declarações à margem da reunião de ontem da Comissão Política Nacional dos sociais-democratas, disse que o PSD «não quer criar dificuldades adicionais à revisão» e desmentiu que o seu partido tivesse recebido qualquer proposta do PS, sobre a matéria, a que não houvesse respondido.

«É falso que haja qualquer documento do PS a que o PSD não tenha respondido», declarou, salientando que o «último documento recebido data de Julho e foi respondido dois dias depois». Para Dias Loureiro, «o PSD tem tudo em dia, no que respeita ao diálogo que tem vindo a travar com o PS sobre esta matéria.

(...) Referindo-se ainda às relações com os socialistas, o secretário-geral do PSD disse «estar certo» de que o PS fará «ouvidos de mercador» às propostas formuladas pelo PCP, nomeadamente aquelas que foram apresentadas por Álvaro Cunhal na Festa do «Avante!».

(«Diário de Notícias», de 15/9/88)

Estamos de acordo

Vítor Constâncio disse ontem ser «desejável» que um acordo com o PSD para a revisão constitucional se venha a verificar «até 15 de Outubro», data da reabertura da Assembleia da República.

O secretário-geral do PS, que falava aos jornalistas no final de uma reunião do Secretariado Nacional do partido, afirmou que os socialistas já deram «provas de querer acelarar o processo de revisão», mas que o PSD «não aceitou ainda» a proposta que lhe foi apresentada. Noutro momento da conferência de imprensa, Constâncio utilizou a expressão «recusou» para caracterizar a posição do PSD face à proposta.

«O PSD conhece a proposta do PS», disse Vítor Constâncio, especificando que no final de Julho foi entregue aos sociais-democratas «uma proposta formal, completa escrita», tendo sido posteriormente precisados «alguns pontos» num encontro entre António Vitorino e o vice-presidente do PSD, Fernando Nogueira, em 2 de Setembro. Esta descrição dos factos parece esclarecer o «caso da proposta de 2 de Setembro», que o PSD afirma não ter recebido.

Quanto ao apelo feito por Álvaro Cunhal, na Festa do «Avante!», para um entendimento dos dois partidos contra a direita, Constâncio afirmou que se trata de «uma proposta que não é aceitável» por já ter sido verificado em Julho que «precisamente o partido com que tínhamos mais divergências em matéria de revisão constitucional era com o PCP».

(«o diário», de 16/9/88)

edições Avante!

Colecção «Paz e Socialismo»

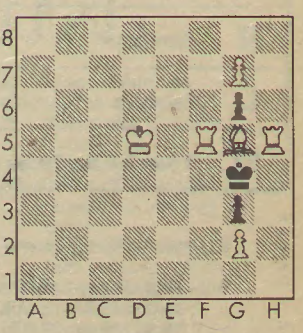
MIKHAÍL GORBATCHOV

DISCURSOS E ARTIGOS ESCOLHIDOS

com um prefácio para a edição portuguesa

Xadrez

Xadrez
CLXXII
22 de Setembro de 1988
Proposição N.º 172
Por: H.F.L. Meyer
«The Theorie of P. Promotion», 1880
Pr: [3]: Ps. g3, g6-Rg4



Br: [6]: Ps. g2, g7-Bg5-Ts. f5, h5-Rd5
Mate em dois lances

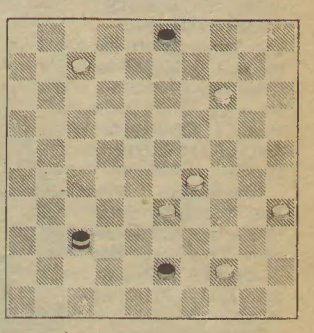
Jogo N.º 172
Open de Budapeste, 1988
Br: Rotchagov (URSS)
Pr: David (DDR)
1. é4, ç5; **2.** Cf3, d6; **3.** d4, ç:d4; **4.** C:d4, Cf6; **5.** Cç3, é6; **6.** Bé3, Cç6; **7.** Bç4, Bé7; **8.** Dé6, Dç7; **9.** Bb3, a6; **10.** 0-0-0, 0-0; **11.** Thg1, b5; **12.** g4, C:d4; **13.** B:d4, Cd7; **14.** g5, Bb7; **15.** Dh5, b4; **16.** g6, f:g6; **17.** T:g6, Cf6; **18.** B:é6+, Rh8; **19.** T:g7; **20.** Tg1+, Rh8; **21.** Dh6, Tg8; **22.** B:g8, T:g8; **23.** B:f6 e as pretas abandonam: 1-0.

Solução do N.º 172
Chave: 1. g8= C!
1. ..., R:f5;
2. Ch6++
1. ..., R:h5;
2. Cf6++
1. ..., g:f5;
2. Cf6++
1. ..., g:h5;
2. Ch6++

A. de M.M.

Damas

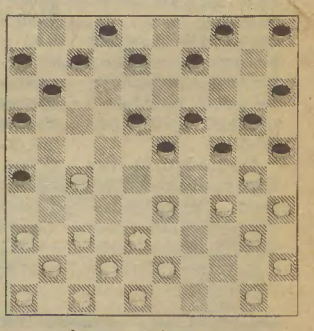
Damas
CLXXII
22 de Setembro de 1988
Proposição N.º 172
Por: Wolff – 1808
Pr: [3]: 3-(37)-43
Br: [6]: 6-14-29-33-35-44



Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 172
Por: Alfred Molimard
1925 (contra: Fayet)
Pr: [17]: 2-4-5-6-7-8-9-10-11-15--16-18-19-20-23-24-25-26

Br: [17]: 27-30-33-34-35-36-37--38-40-41-42-43-45-46-47-48-50



Jogam as brancas e ganham

Soluções do N.º CLXXII
N.º 172 (W):
14-9 (3×14); 29-23 (37×19); 44--39 (43×34); 33-29 (34×23); 7-2+
Golpe N.º 172 (AM):
27-22 (18×27); 37-31 (26×37); 41×21 (16×27); 33-28 (23×32); 43-39 (32×43); 36-31 (27×36); 47-41 (36×38); 39-33 (38×29); 34×1 (25×34); 48-19+

A. de M.M.